

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



A campanha começou.

TEMPORAIS
PCP preconiza
medidas
de apoio

Pág. 7/Semana

Gorbachov em Malta:

**«O mundo
rompeu
com a guerra
fria»**

Pág. 12/Semana

**Nota do Secretariado do CC
sobre os acontecimentos
na Checoslováquia
em 1968**

Pág. 11/Semana



Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana • Págs. 1, 2, 3, 4, 5 e 6/Em Foco

Ao trabalho!

Mãos-à-obra na batalha do voto!

A campanha eleitoral das autárquicas de 89 acaba de entrar na recta final.

Chegou à fase decisória, mudou de qualidade, a batalha directa pelo voto começou.

É uma batalha que vai seguramente endurecer até ao momento das decisões.

Para os comunistas e os seus aliados vai ser necessário redobrar de esforços, reforçar os contactos com o povo, concitar a adesão popular às suas propostas e objectivos.

Em todas as regiões do País, logo na primeira hora do dia 5 e depois de uma pré-campanha - medição-de-forças, a CDU (Coligação Democrática Unitária), lá onde concorre com listas próprias ou onde o faz integrada noutras coligações ganhou a rua, arrancou para a decisiva batalha do voto com todas as suas energias, o seu inigualável activo de trabalho ao serviço das populações locais, com todo o seu entusiasmo e dinamismo, com uma forte confiança nas possibilidades de alargamento da sua base eleitoral e da sua área de gestão autárquica no plano nacional, de um êxito eleitoral que está objectivamente ao seu alcance.

Contudo, nesta nova fase da campanha uma característica oriunda de áreas exteriores às que lhe são próprias tem assumido vulto e ganho um relevo insuspeitado: a sua excepcional projecção política no contexto mais geral da situação que vivemos.

Inevitavelmente, as eleições autárquicas do dia 17, numa área social profundamente sensível à vida diária dos portugueses, mexem com toda a política do Governo, vão inserir-se na vasta frente de contestação popular generalizada da acção dos governantes, da sua ofensiva de restauração acelerada do capitalismo monopolista de Estado com toda a sua dinâmica de classe, as suas profundas implicações económicas, sociais e políticas, os seus agudos antagonismos de interesses.

Realizam-se, por outro lado, numa conjuntura de exacerbadas contradições e perturbações políticas e de confusão ideológica num mundo onde se estão produzindo importantes deslocamentos de forças e bruscas mutações geopolíticas numa dimensão ainda imprevisível e num sentido ainda por definir-se com a necessária clareza.

Particularmente, esta componente externa de que os acontecimentos últimos nos países Socialistas são maiores responsáveis, constitui o alimento ideológico principal da campanha reccionária contra a força mais representativa da CDU - o PCP - tendente a desencorajar e desmobilizar a sua base eleitoral, a fomentar entre os seus eleitores potenciais o fenómeno abstencionista que poderia traduzir-se numa diminuição da sua área de gestão autárquica e numa perda de posições.

Não é qualquer projecto sério de gestão do

Poder Local mas o anticomunismo mais grosseiro e desenfreado o que enforma o miolo da propaganda eleitoral da direita restauracionista e das suas tentativas divisionistas da unidade e da convergência democráticas, lá onde sob formas diversas se avançou no entendimento entre democratas.

O Governo PSD/Cavaco Silva que se evidencia como principal órgão de campanha do partido governante para as eleições autárquicas, mobiliza para a sua cruzada anticomunista não somente os órgãos de comunicação social estatizados que manipula como, além do Governo, órgãos de soberania como a própria Assembleia da República que a sua maioria domesticada, onde elementos provocadores preponderam, põe ao serviço dos seus objectivos partidários.

A feroz campanha anticomunista da direita governante - a que são permeáveis alguns elementos de outras áreas políticas - tem, além disso, o objectivo de desviar as atenções do povo das chagas e buracos da sua política.

O governo PSD e o Primeiro Ministro em pessoa percorrem o País, principalmente as áreas em que o seu domínio é periclitante, exercendo de modo ilegítimo o seu peso político, empenhando o próprio governo e os recursos do aparelho de Estado na sua demagogia eleitoralista.

Cavaco e o seu Governo exibem e avolumam as suas «benfeitorias» mas deixam na sombra os pódres da sua acção governativa: a corrupção, a profunda injustiça social, as indignas transacções monopolistas principalmente em benefício do capital estrangeiro, da nossa economia e da nossa independência nacional.

A carta-circular do ministro Penada aos reformados e pensionistas a quem o Governo distribuiu agora umas miseráveis migalhas para corromper o voto dos velhos trabalhadores é um modelo de demagogia e de ocultação da verdade.

O ministro Penada que assina a «missiva» aos reformados desejando-lhes cinicamente «um bom Natal e um Feliz Ano Novo», jogando com as percentagens, exalta os 209% em 4 anos das pensões mínimas do regime geral e os 17 000 escudos agora atribuídos, silenciando o facto de já em Dezembro de 1987, há dois anos portanto, o MURPI reivindicar o aumento, inegavelmente modesto, das pensões mínimas para 17 100 escudos.

Mas pudicamente silencia o facto dos aumentos de «apenas» 56,4% para os titulares dos cargos políticos num único ano totalizarem, no caso do Presidente da República o equivalente ao montante de 30,7 pensões mínimas de 17 contos, para o Primeiro Ministro de 25,7, para os ministros de 19 e para os deputados o equivalente ao de 10 pensões mínimas!

Silencia também que em 10 anos o PSD foi Governo duante 8 anos e que no total dos 84 ministérios de todo este período o PSD mais os 13 do CDS

e mais os 9 «independentes» do PSD ocuparam 78 dos ministérios!

A bagunça das reprivatizações assume verdadeiro carácter de alienação da titularidade portuguesa de empresas-chave das finanças e de outras empresas de sectores básicos da economia nacional.

Depois da alienação da Unicer para o grupo colombiano «Bavária», do BTA para o grupo espanhol Banesto, da «Opus-Dei», que numa simples operação bolsista meteu nos cofres da SONAE de Belmiro de Azevedo um lucro de 2 milhões de contos(!) da Aliança Seguradora para o grupo francês UAP, da EPSI e CNP para um grupo finlandês, foi agora a vez da escandalosa privatização da Seguros Tranquilidade, de que o grupo Espírito Santo em plena reconstituição em Portugal, associado ao grupo Rockefeller, conseguiu já obter 33% dos 49% do capital reprivatizado numa operação especulativa que sobrevalorizou até aos 15 300\$00 acções cujo valor facial inicial era apenas de 4 800\$00!

A operação «Tranquilidade» rendeu ao «saco azul» do governo 25,8 milhões de contos e, juntamente com o do BTA, perfaz para já uma receita de 54,5 milhões de contos e que permite admitir que os 150 milhões de contos inicialmente previstos da operação «privatizações» pelo governo serão largamente superados.

E nesta dinâmica fluem os escândalos da corrupção em departamentos do próprio governo que estão em apuramento um último dos quais é da própria fiscalização de impostos.

Como se vê, sob o vozear anticomunista dos responsáveis do PSD a propósito dos «acontecimentos do Leste» «algo está pôdre no reino da Dinamarca» isto é nos antros do Governo do PSD e de Cavaco Silva.

Entretanto - no meio desta poeirada da diversão anticomunista e de perturbação das consciências através da qual se pretende neutralizar e obliterar o eleitorado da CDU e desviar das escandaleiras e buracas da administração cavaquista as atenções dos portugueses - os eleitores democratas e os simples cidadãos, que, independentemente das suas opções políticas, se habituaram a dar o seu voto aos candidatos da CDU que justamente ostentam a legenda de «honestidade, trabalho e competência», estão diante de um claro dilema:

Ou recusar firmemente a tentação do abstencionismo inoculada pela propaganda do PSD e

Resumo

29 Quarta-feira

A greve de dois dias dos professores termina hoje, tendo obtido uma adesão de 75 por cento, segundo a FENPROF. ■ O reatamento entre o Sindicato dos Transportes Rodoviários e Afins (SITRA) e a UGT passa pela demissão de Vítor Hugo Sequeira, afirma dirigente daquele sindicato. ■ Os activistas sindicais da metalurgia e metalomecânica reafirmam em plenário a realização no dia 7 de Dezembro de uma jornada de luta do sector, com uma greve de 24 horas. ■ O general Michel Aoun apela à França para não se opor aos que desencadearem uma nova vaga de violência no Líbano. ■ A Assembleia checoslovaca reúne-se em Praga para aprovar uma revisão constitucional de modo a permitir a realização de eleições livres. ■ A guerrilha salvadorenha lança um novo ataque à capital do país. ■ Rajiv Gandhi apresenta a sua demissão e a do seu executivo ao presidente Ramaswamy Venkataram. ■ O Soviete Supremo aprova uma amnistia para todos os soldados do Exército que cometeram crimes durante a guerra do Afeganistão. ■ A Eslovénia, República Federal da Jugoslávia, decide fechar as fronteiras para impedir a entrada em Ljubljana. ■ O secretário-geral do Partido Unificado da Alemanha (PSUA), Egor Krenz, assina uma petição visando garantir um voto de confiança no sistema socialista; entretanto Egor Krenz afirma que uma confederação com a Alemanha Federal era possível desde que condicionada à manutenção de dois Estados alemães independentes e soberanos, mas que a unidade da Alemanha não é de considerar.

30 Quinta-feira

O grupo parlamentar do PCP apresenta na Comissão de Economia propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 1990. ■ A Câmara do Porto autoriza em sessão camarária a construção de um silo-auto no imóvel de «O Primeiro de Janeiro». ■ Médicos suspendem greve de quatro dias, depois de o Governo ter cedido nalguns pontos importantes. ■ São suspensas as greves da Carris e Metropolitano e desconvocada a da Transtejo, enquanto a da Rodoviária Nacional foi reduzida a 24 horas, a cumprir no dia 6 de Dezembro. ■ Mikhail Gorbatchov propõe em Roma a realização no próximo ano, em Helsínquia, de uma cimeira dos 35 países europeus, Estados Unidos e Canadá, para debaterem a situação na Europa. ■ O governo checoslovaco decide iniciar o desmantelamento dos equipamentos técnicos e de engenharia instalados ao longo da fronteira com a Áustria. ■ Alfred Herrhausen, presidente do Deutsche Bank, morre vítima de um atentado bombista em Bad-Homburg. ■ A pianista portuguesa Maria João Pires é eleita candidata ao prémio comunitário «Mulher da Europa».

1 Sexta-feira

Luís Sá intervém numa sessão em Algés conjuntamente com o candidato da CDU à Câmara Municipal de Oeiras. ■ Corazón Aquino, presidente das Filipinas, retoma o controlo da situação no seu país após uma tentativa de golpe. ■ O novo governo grego de salvação nacional apresenta no Parlamento um projecto de orçamento para os seus cinco meses de governação. ■ Mikhail Gorbatchov e o Papa João Paulo II encontram-se pela primeira vez, num acontecimento já considerado como histórico. ■ A Câmara do Povo da República Democrática Alemã aprova por maioria a abolição do papel dirigente do partido marxista-leninista, previsto no artigo da constituição.

2 Sábado

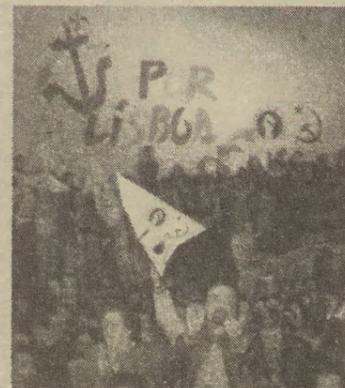
Álvaro Cunhal participa num almoço-convívio no Tramagal, em encontros em Vila Nova da Barquinha, na Golegã, Chamusca e num jantar-convívio em Almeirim. ■ Realiza-se o Encontro Nacional de Teatro no auditório da Faculdade de Letras, numa iniciativa do recém-criado Centro Português de Teatro. ■ Decorre a cimeira americano-soviética a bordo dos cruzadores lança-mísseis norte-americano Belknap e o soviético Slava, na Baía de Marsaxlokk, em Malta. ■ Wishwanat Pratap Singh, de 58 anos, presta juramento como primeiro-ministro da Índia. ■ É anunciado que se realizará nos dias 10 e 11, na Guatemala ou Costa Rica, a cimeira extraordinária dos presidentes dos países centro-americanos. ■ O deputado soviético Andrei Sakharov e outros quatro deputados convocam uma greve geral de duas horas para o próximo dia 11 para reivindicar a inclusão na agenda do projecto de eliminação do artigo sexto da constituição referente ao papel dirigente do PCUS no país.

3 Domingo

Candidatos da CDU no Porto efectuam uma visita aos bairros do Viso e de Francos. ■ A Juventude CDU promove o Festival Novo Rock Amadora, com a participação de nove bandas. ■ O Comité Central e o Politburo do Partido Socialista Unificado da Alemanha demitem-se em bloco; ainda nesta reunião Erich Honecker e outros antigos dirigentes são expulsos do PSUA devido a abusos de poder e má governação. ■ O ministro filipino da Defesa, Fidel Ramos anuncia que a tentativa de golpe foi esmagada e que o exército procede a operações de rescaldo na zona de Makati, onde se encontram enclausurados alguns núcleos de militares revoltosos. ■ Ladislav Adamec, primeiro-ministro checoslovaco apresenta o novo executivo ao Presidente da República, Gustav Husak.

4 Segunda-feira

Arranca oficialmente com uma festa no Pavilhão Carlos Lopes a campanha eleitoral da coligação «Por



Lisboa». ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, expressa a solidariedade do Partido à luta do povo palestino, durante um encontro com o director do Departamento Político da OLP, Abu Jaffar. ■ O défice da Balança Comercial portuguesa atinge 973,9 milhões de contos em 1988, mais 48,85 por cento do que em idêntico período do ano passado. ■ O grupo «Os Verdes» no Parlamento Europeu está reunido em Lisboa para preparar a sua intervenção no próximo plenário da Assembleia da CEE. ■ O Estado-Maior General das Forças Armadas toma posse administrativa da herdade de Malhada de Meias, em Alcochete, no âmbito do projecto de alargamento do Campo de Tiro de Alcochete. ■ A cimeira do Tratado de Varsóvia, reunida em Moscovo, termina com o anúncio, por parte da URSS, Hungria, Polónia, RDA e Bulgária, de que a intervenção na Checoslováquia em 1968 constituiu um acto de ingerência nos assuntos internos de um Estado soberano. ■ O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, chega a Havana para assistir aos funerais dos soldados cubanos mortos em Angola.

5 Terça-feira

Tem início a campanha eleitoral para as autarquias. ■ Na Assembleia da República, os partidos e o Governo debatem os recentes acontecimentos no Leste europeu. ■ Trabalhadores da Função Pública protestam no parlamento contra a integração dos trabalhadores da educação nas autarquias. ■ A UGT envia carta à CGTP desistindo da reunião entre as duas estruturas sindicais e acusando a Intersindical de continuar a ter «estalinistas». ■ Estruturas sindicais dos transportes desconvocam greve na Rodoviária Nacional. ■ Morre Madalena Azeredo Perdigão. ■ Karoly Grosz, antigo secretário-geral do POSH afirma que o seu partido, formalmente dissolvido, continua forte, com 100 mil membros. ■ Eric Honecker, ex-presidente da RDA e ex-secretário-geral do PSUA encontra-se sob prisão domiciliária, em Berlim.

dos seus apêndices ideológicos e dar o seu voto a uma gestão autárquica de reconhecido e provado mérito personalizado nos candidatos da CDU e capitalizado pela Coligação Democrática Unitária, de reforçar e dignificar através do voto consciente o Poder Local democrático;

Ou, pelo contrário, deixar-se tentar pelos «profetas da desgraça» do anticomunismo «primário» ou «universitário» e pelas loas da direita restauracionista e ficar no dia 17 em casa, a possibilitar com uma condenável abstenção de voto na CDU, o assalto às autarquias de elementos desqualificados, insensíveis à complexa problemática de um Poder Local ao serviço das populações, permeáveis ao canto de sereia da corrupção moral e política.

Os partidos, organizações e democratas independentes, que de uma forma ou de outra integram as listas da CDU e todos os seus activistas têm o dever de se lançarem na batalha eleitoral do dia 17 com determinação e espírito de abertura.

A campanha da CDU e das coligações «Por Lisboa», «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã» está colhendo neste início da batalha do voto resultados altamente positivos.

O comício-festa de Lisboa de abertura da campanha é um indicativo do acolhimento de massas da coligação que integra o PCP, o PS, o PEV e o MDP.

O debate dos autarcas da CDU da Amadora com um grande número de empresários que nos candidatos da CDU vêem uma garantia de abertura às suas actividades; o estabelecimento de uma unidade de montagem da Ford em Palmela e de outros empreendimentos em Sines - todos os concelhos de gestão CDU - são realizações que desmentem as opiniões alarmistas de Cavaco Silva quanto ao «retraimento dos investidores» nas autarquias dirigidas pela CDU.

Até ao encerrar da campanha o trabalho mobilizador para o voto deve intensificar-se.

Os comunistas e os seus aliados, os partidos convergentes nas diversas coligações em que participa o PCP têm de pôr à prova a «nossa televisão», isto é, o nosso trabalho esclarecedor e mobilizador de massas, porta-a-porta, rua-a-rua, bairro-a-bairro.

É o contacto e auscultação directos com as populações locais que torna possível consciencializar os indiferentes, os propensos à abstenção na área eleitoral da CDU e dos seus aliados.

Esse activo empenho é o meio mais eficaz e seguro de assestar uma séria derrota na direita governante, de fazer triunfar em cada célula autárquica do Poder Local um projecto democrático de que a CDU é a grande força inspiradora.

Na batalha do voto não pode haver desfalecimentos nem tréguas. Só na base de um aturado esforço e activismo é possível potenciar o êxito eleitoral nas eleições do dia 17.

Mãos à obra, Amigos!

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livrelra,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heskla
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Festa-comício abre campanha «Por Lisboa»

A força também da diferença

Na festa-comício que a coligação PS-PCP-MDP-PEV realizou segunda-feira à noite no Pavilhão Carlos Lopes, Jorge Sampaio apontou sete razões principais para votar nas listas «Por Lisboa»: porque esta representa a vontade de mudança do eleitorado - 1; porque dará voz e decisão aos lisboetas - 2; porque tem uma ambição para a capital - 3; porque é necessário um grande compromisso por Lisboa - 4; porque significa responsabilidade e competência - 5; porque é uma equipa - 6; porque o futuro presidente da Câmara não está só - 7.

Argumentos fortes, que foram apoiados energeticamente pelos milhares de pessoas que encheram mesmo aquele vasto recinto, apesar da noite ser de chuva e cinema mais barato.

A forma inovadora que assumiu a iniciativa mostrou outra razão para a força da coligação que se propõe pôr termo a 10 anos de mau governo na capital: a força, também, da diferença, da novidade que substitui com imaginação a rotina, do vigor jovem que faz dos dias de hoje o começo do futuro.

Passava já da hora marcada um bom bocado, e do Pavilhão ainda o repórter de uma rádio lisboeta informava que as coisas se estavam a compôr. E estavam mesmo. O atraso teve contudo um mérito: quem chegou a horas foi-se adaptando a um cenário pouco habitual em comícios.

É que aquele Pavilhão dos Desportos estava mesmo diferente: na bancada central destacava-se uma bateria de 32 televisores sobre um pórtico vermelho, tudo instalado num palco aberto; numa das bancadas de topo, onde se instalou uma grande quantidade de jovens apoiantes da coligação, sobressaíam os símbolos da coligação - e panos de cores vivas, com dizeres como «O nosso candidato toma banho em casa» ou «O Sampaio é demais, Marcelo p'ra Cascais». Por entre a assistência, reconhecia-se aqui e ali muitas caras conhecidas da política, da cultura, dos sindicatos. A meio da bancada principal - a primeira a ficar repleta - impunha-se o aparato do som e da imagem.

Entretanto, ia chegando mais gente. Lá do lado da juventude crescia a animação, para castigo dos tambores, apitos e outras alfaias sonoras.

E começou!

Apagam-se as luzes, acende-se o écran gigante, a música invade o recinto. Com imagens e música de Lisboa, começava a festa-comício que marcava o fim da pré-campanha e a abertura do período oficial de campanha, os dez dias da recta final para as eleições de 17 de Dezembro.

Dos bastidores para o recinto, apresentados com a ajuda daquela grande televisão, passaram algumas das principais figuras da coligação «Por Lisboa»: Vasco Lourenço, Gomes Mota, Jorge Sampaio, José Saramago, Augusto França, Pitum Keil do Amaral, Rui Godinho...

Um breve silêncio marca a passagem para o saxofone de Carlos Martins. Mas a questão é que só se ouve o som. Não fosse a ajuda de um prestimoso holofote, e teria sido muito mais difícil descobrir que o som vinha lá do alto, de uma plataforma sobre a bancada principal onde brilhava feliz o metal do instrumento e a arte do músico.

Barulho a sério veio depois. Bem, nada a que quem anda pelas estradas e ruas de Lisboa não esteja habituado. Pelo écran e pela memória desfilarão imagens

do dia-a-dia lisboeta: muitos automóveis em fila, o ruído do tráfego intenso demais, a multidão do metropolitano e as horas de ponta de um problema que já é quase redondo. Ao vivo cá em baixo, a um canto, um condutor de barbiça e testa alta - adivinhe-se lá com quem era ela parecido! - dava ares de profissional nestas coisas da condução.

O vídeo mostra agora lixo, crianças mal vestidas a brincar entre desperdícios, o Tejo também carregado de sujeiras. Do outro canto cá de baixo aparece um almeida de barbiça e testa alta, em guerra com um contentor. Agora era mais evidente ainda a semelhança com alguém conhecido por também já se ter mascarado assim. A caricatura do candidato marceliano apareceu ainda mais vezes, de bóia e luvas de boxe como autêntico nadador pronto para enfrentar a poluição, de toga doutoral e ar de sentenças graves, com projectos *for sale* para toda a cidade, e, por fim, já rendido, com uma bandeirinha «Por Lisboa» na mão e o ar simpático de que, afinal, só esteve ali a arremedar outrém - que, lá por ser ridículo tantas vezes, não deixa de ser um perigo para o futuro de Lisboa se o deixarem prosseguir à sua maneira a obra de

Abecasis, do PSD e do CDS na cidade.

A solução

Para os perigos da continuação da política que marcou o município - e de que maneira! - nos últimos 10 anos alertaram os candidatos da coligação «Por Lisboa». Conscientes da gravidade da situação, mas confiantes na possibilidade de, com os lisboetas, dar um novo rosto à cidade, passaram pela tribuna do Pavilhão dos Desportos figuras que estarão à frente de áreas-chave no executivo autárquico que Sampaio vier a chefiar. Entre as várias intervenções, houve canções de Sérgio Godinho e Cidália Moreira, poesia lida por Maria do Céu Guerra, entrevistas - televisivas e ao vivo - a lisboetas sem papas na língua.

Machado Rodrigues falou dos problemas do ambiente, dos transportes, da limpeza, apontando o Governo como «outro grande responsável» e contrapondo à acção do CDS e do PSD com Abecasis «um tratamento global» de todas estas questões.

José Saramago, cabeça-de-lista para a Assembleia Municipal, afirmou a vontade da coligação de «não separar a cultura em popular e erudita, mas fazer a cultura popular, com a participação de

todos», o que passa por «uma nova ideia de Lisboa».

Rui Godinho voltou a chamar a atenção para o problema habitacional. Por um lado, mostrou «a frieza dos números»: pelo menos 130 mil pessoas vivem em condições desumanas, em 16 mil barracas, 26 mil fogos sobrecarregados e cerca de 90 mil habitações que necessitam de obras urgentes. Antes, o écran gigante tinha mostrado o angustiante minuto a minuto de uma derrocada recente na capital. Para responder de forma realista aos problemas da habitação expôs os pontos principais do vasto programa da coligação para esta área.

João Soares, que não pôde estar no Pavilhão, enviou pelo vídeo uma mensagem afirmando que «estarei presente no comício de dia 14 no Rossio e em pleno a exercer as funções que me forem confiadas pelo futuro presidente da Câmara, Jorge Sampaio».

Uma equipa

Jorge Sampaio, por seu turno, faria a última intervenção, a mais longa da noite, expondo durante cerca de meia-hora os pontos de vista da coligação «Por Lisboa» e rebatendo as afirmações que mais têm sido marteladas na opinião pública por Marcelo

Rebello de Sousa e a coligação PSD/CDS.

Detalhando as sete razões principais para votar «Por Lisboa», o secretário-geral do PS lembrou que a coligação que encabeça «não é só o Jorge Sampaio. Toda a gente sabe quem são o Rui Godinho, o João Soares, o Anselmo Aníbal, o Vasco Franco - da lista para a Câmara, ou o José Saramago e o Augusto França - da lista para a Assembleia Municipal, e reparem que só falo deles para não ser exaustivo. Mas agora pergunto: quem sabe quem são os números 2, 3 e 4 da coligação pró-governamental?».

Congratulando-se por a responsabilidade estar finalmente a impôr a sua lei nesta disputa eleitoral, Jorge Sampaio reafirmou que «é preciso falar verdade. E a verdade é esta: Lisboa tem o seu futuro comprometido e só um enorme esforço colectivo, de todos nós, os que aqui estamos e os que lá fora nos apoiam, só um grande compromisso entre os que actuam na cidade, a poderá tirar do buraco onde CDS e PSD a meteram».

Ao som da Banda do Catujal, terminou a festa-comício. Pelas mãos de todos nós, entra-se agora em pleno na campanha eleitoral onde se decide o futuro que queremos para Lisboa.



Lisboa, 4 de Dezembro - um comício diferente para uma campanha em força «Por Lisboa»



O Militante

AS ELEIÇÕES
E A ORGANIZAÇÃO



Cartada

Quem, por mera curiosidade, se dê ao trabalho de procurar num dicionário o significado de *carta*, descobrirá que o termo é equivalente a missiva ou epístola, que pode designar o nome de um peixe pleuronecto de Portugal ou ainda ser usado em várias acepções específicas que vão desde a carta aberta à carta de marear, passando pela carta de corço, ou pela carta registada.

O dicionário dá-nos ainda a utilização do termo em sentido figurado, que tanto pode ser adequado à cartomância como à imposição da autoridade, vulgarizado na expressão «dar cartas».

O que o dicionário não nos diz — apesar do longo espaço dedicado ao assunto — é que carta pode também significar demagogia, propaganda eleitoral, golpe.

Para isso há que descer mais umas quantas palavras no dicionário até descobrir *cartada*, que em sentido figurado quer dizer «acção decisiva em certo assunto».

Uma *cartada* é justamente o que os pensionistas portugueses têm estado a receber em suas casas, através dos CTT.

Proveniente do Ministério do Emprego e da Segurança Social, a *cartada* tem a particularidade de ser assinada pelo ministro Silva Peneda que à dactilografia deu um toque pessoal manuscrito de desejos de Bom Natal e Feliz Ano Novo.

Como convém à quadra e as técnicas de *marketing* não se cansam de recomendar:

Destina-se a dita cuja *cartada* disfarçada de epístola ministerial a dar a boa nova a todos e a cada um dos pensionistas de que as pensões acabam de ser aumentadas, com efeitos já a partir do corrente mês. Diga-se de passagem que a iniciativa epistolar substitui com vantagem a tradicional campanha publicitária, perdão, informativa do Governo na televisão, já que salvo erro ou omissão não haverá pensionista que não receba as boas novas que poderá ler e reler as vezes que quiser ou até, porque não?, emoldurar para a posteridade e edificação das gerações vindouras.

Porque vale a pena ler a *cartada* do ministro do Emprego e Segurança Social de Cavaco Silva. Quem, por exemplo — e longe vá o agouro — se ficar pelo montante da nova pensão actualizada, não descobrirá que, para o Governo, o aumento traduz «mais um passo numa caminhada segura para melhorar as condições de vida» dos pensionistas, nem tão-pouco que o Governo gostaria de ter ido mais longe «mas a situação global do País ainda não o permite».

Ficará sem saber, em particular, como o Governo se sente feliz por a pensão mínima do regime geral — que há quatro anos, num governo PSD, era de 5500\$00 — ser hoje de 17 000\$00, ou seja como faz o favor de explicar a *cartada*, sofreu um aumento de 209 por cento.

É claro que o texto não explica como é que se vive com dezassete contos por mês, nem quantos quilos de fruta, litros de leite, postas de peixe ou caixas de medicamentos se compram com 209 por cento de aumento de cinco mil e quinhentos escudos.

Como as epístolas não são relatórios — e as *cartadas* ainda menos — não se faz referência ao facto de os «simples» 56 por cento de aumento dos políticos, este ano, se traduzirem em centenas de milhares de escudos a mais, de tal forma que a pensão mínima de 17 contos não se assemelha sequer a uma gorjeta.

Neste aspecto, as percentagens assemelham-se às cartas.

Nas primeiras, quando não se refere a base de que se parte, ou se escamoteia o seu significado real — a passagem de uma unidade para duas unidades equivale a 100 por cento de aumento — permite a manipulação mais abjecta, como é o caso de se falar da miséria alheia com a ligeireza com que o faz o ministro Silva Peneda.

Nas segundas, quando são utilizadas para capitalizar falsos benefícios — porque uma pensão digna é um direito que assiste aos cidadãos e os portugueses ainda o não disfrutam — em vésperas de eleições, transformam-se em *cartada* que nada abonam em favor da ética política de quem as usa.

Mas ao tirar da manga esta *cartada* — que nem sequer se pode dizer inesperada — o Governo denuncia-se na intenção de querer continuar a *dar cartas*.

Pelo que vale a pena estar alerta e não esquecer que após as broas de fim de ano se costumam suceder os aumentos de Ano Novo.

■ A. F.

Poder Local

Calúnias contra a Câmara serão levadas a tribunal

— disse Maria Emília Sousa presidente e candidata à CM Almada

O ex-responsável pela gestão dos Recursos Humanos na Câmara Municipal de Almada e ex-membro do PCP, Francisco Rocha, responderá em tribunal pelas calúnias proferidas contra a presidente da edilidade, Maria Emília Sousa, e a vereadora Fátima Mourinho.

Quem o afirmou foi a própria presidente da Câmara de Almada, num jantar promovido por trabalhadores do município em apoio à candidatura da CDU/PCP-PEV, na passada quinta-feira, num restaurante da Cova da Piedade.

Falando para os cerca de 300 participantes na iniciativa, Maria Emília Sousa refutou ponto por ponto as acusações de Francisco Rocha, dizendo não passarem de mentiras e difamações incalificáveis cujo objectivo é tentar prejudicar a candidatura da CDU. Concretamente, a presidente da Câmara negou que a actual campanha televisiva de promoção a Almada tenha intuídos eleitorais, recordando que sempre o município se preocupou em minorar a quebra das actividades económicas do concelho durante os meses não estivais e em apoiar e promover as iniciativas culturais e económicas do concelho. A título de exemplo, referiu o Festival da Caldeirada, com que se procura promover a Costa da Caparica - «tão boa de inverno como de verão» -; a Festa do Teatro; a divulgação dos Percursos Turísticos; o apelo a que a população faça as suas compras em Almada; etc. Iniciativas que visam objectivamente desenvolver as actividades económicas do concelho e

que, como frisou, nunca merecem reparo nem sequer das restantes forças políticas.

Um alerta ao PS

A presidente e candidata da CDU negou igualmente ter inaugurado um cemitério há muito a funcionar, esclarecendo que o que foi recentemente inaugurado foram a capela e os serviços de apoio do mesmo, numa cerimónia em que participou o Bispo de Setúbal e os responsáveis autárquicos.

Por outro lado, Maria Emília Sousa negou qualquer apoio da Câmara a um ex-trabalhador do município acusado de tráfico de drogas, salientando que, pelo contrário, muitos foram os erros de Francisco Rocha na gestão dos Recursos Humanos a tal ponto que, a terem sido seguidos alguns dos seus «conselhos», quem teria hoje de responder perante a justiça seria a própria Câmara.

Após salientar que uma recente inspecção do Tribunal de Contas nada teve a apontar à sua gestão, Maria Emília



Cerca de 300 pessoas participaram no jantar de trabalhadores da Câmara de Almada de apoio à CDU

acusou Francisco Rocha de ter tentado utilizar de forma indevida verbas do Fundo Social Europeu e classificou as suas calúnias de manobras para desvirtuar o trabalho da CDU em defesa dos interesses da população.

A propósito, Maria Emília Sousa alertou o PS para o comportamento das pessoas que hoje dizem apoiá-lo e cujo único objectivo é prejudicar a CDU através de mentiras e calúnias.

A finalizar, a presidente da Câmara salientou a ampla unidade registada nas listas da CDU/PCP-PEV e manifestou a sua confiança de que os resultados eleitorais vão reforçar a presença da CDU em todos os órgãos do concelho.

No jantar, em que participaram também diversos trabalhadores socialistas, salientou-se a intervenção da vereadora do PS Matilde Alves, que em breves palavras exprimiu o seu apoio à CDU e o apreço pela gestão conduzida pela camarada Maria Emília.

De registar ainda, para além das intervenções de Romeu Correia e de um representante dos Bombeiros, a de

José Maia, actual vice-presidente da Assembleia da República e presidente da Assembleia Municipal de Almada, cargo a que se recandidata.

Numa alocução bastante emotiva, José Maia deu conta das suas reflexões sobre o que «faz correr os homens» e o que «faz correr certos homens». Numa alusão aos detractores do PCP, lembrou que no tempo da presidência de José Vieira em Almada se disse que tinha uma casa com piscina e ficado com dinheiros da Caixa Geral de Depósitos, como hoje se dizem coisas idênticas em relação à actual vereação, apenas para desprestigiar a CDU e o PCP; que certos homens «correm» por dinheiro e/ou poleiro, transformando-se em caluniadores sem escrúpulos.

Mas falou também dos ideais que fazem «correr os homens» por uma sociedade mais justa e mais fraterna, como os comunistas portugueses e tantos outros democratas sinceros. E esse é o exemplo que importa seguir, que importa continuar na certeza de se estar no caminho certo.

CDU com a UNESCO contra o analfabetismo no distrito de Lisboa

Os candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do distrito de Lisboa anunciaram na semana passada que assumem o compromisso de contribuir, no âmbito das suas competências, para a concretização do objectivo universal aprovado pela UNESCO (e subscrito pelo Estado português) da erradicação do analfabetismo até ao ano 2000.

Afirmando que não têm «ilusões quanto à possibilidade de erradicação do analfabetismo a partir das autarquias locais», os candidatos da Coligação Democrática Unitária tomam este compromisso como «um elevado imperativo social e cultural» de que se não podem dissociar, procurando assim «surprender a incapacidade e o alheamento manifestados a partir da política nacional do Governo».

A CDU do distrito de Lisboa lembrou - na conferência de imprensa que deu num hotel da capital no dia 29 de Novembro - que «as limitações que a ausência de alfabetização impõe a todos os que dela são vítimas» - e que, como foi salientado, se situam entre os sectores mais vastos e mais penalizados da sociedade -

leva a que se considere o analfabetismo como «atentatório da própria dignidade dos cidadãos», pois «restringe-lhes o acesso à cultura, diminui-lhes a capacidade de compreender a sociedade que os envolve» e «afecta a própria liberdade de opção política, ainda que de modo não expresso».

O analfabetismo é um problema que «persiste com excessiva amplitude» no distrito de Lisboa, embora este se encontre «em situação menos desfavorável que os restantes» - afirmaram os candidatos da CDU, representados na conferência de imprensa por Salvado Sampaio, Fernando Pereira, Vera Dantas, Rego Mendes, Jorde Cordeiro, Mário Lobo, Paula Lança e Rita Magrinha. E referiram, a propósito, alguns números,

extraídos de uma publicação do Ministério da Educação: entre os maiores de 14 anos, 12 por cento eram analfabetos em 1981, prevendo-se para 1995 uma taxa de 5,1 por cento, o que atinge dezenas de milhares de pessoas. Para Lisboa são atraídas, contudo, populações do interior, onde as taxas de analfabetismo são muito superiores: 26,3 por cento em Beja, 20,8 por cento em Bragança, 24,3 por cento em Castelo Branco, 20,4 por cento em Évora, 20,3 por cento na Guarda, 25,1 por cento em Portalegre são os exemplos referidos pelos candidatos da CDU no que toca às projecções para 1995.

Um programa em seis pontos

Os candidatos da coligação PCP-PEV apontam para o distrito de Lisboa um plano de combate que assenta «numa concepção plena e integrada, que considere a intervenção simultânea ao nível dos analfabetos e das condições propiciadoras do sucesso esco-

lar (no plano das condições materiais do ensino e da ligação da escola ao meio) que reduza as taxas de insucesso e de abandono precoce da escola», fenómenos que, como foi assinalado, se encontram na origem do aumento do analfabetismo.

Tal plano da CDU para o distrito inclui seis pontos: o levantamento da situação em cada concelho e freguesia; programas de mobilização e sensibilização dos analfabetos para a frequência de cursos de alfabetização; intervenção activa no apoio à implementação de tais cursos; disponibilização para, de acordo com condições a definir entre as autarquias e a administração central, apoiar o trabalho das coordenadoras concelhias de alfabetização; reclamar junto das entidades competentes da administração central a colocação de professores e monitores para a ampliação dos cursos de educação de adultos; e promover actividades socioculturais complementares dirigidas a todos os participantes dos cursos de alfabetização.

Poder Local

Diz quem sabe Em Loures a CDU é a mais jovem

A CDU é das forças políticas que se apresentam às eleições de 17 de Dezembro no concelho de Loures, a que em melhor posição se encontra para recolher o apoio e os votos da juventude. Quem o afirma são os jovens apoiantes da coligação, que recordam, a fundamentar a sua opinião, o «vasto trabalho realizado com e para os jovens» pelo executivo presidido por Severiano Falcão.

Os frutos deste trabalho - refere a Juventude CDU numa nota que enviou à comunicação social - vêem-se no grande número de infra-estruturas desportivas e culturais construídas, nas dezenas de iniciativas promovidas ou apoiadas pela Câmara, no diálogo e colaboração constantes entre as autarquias e os jovens do município. «Está prática - sublinha-se - confere à CDU um conhecimento dos problemas e anseios da juventude do concelho que mais nenhuma força política possui».

Por outro lado, «a CDU aposta na juventude», incluindo nas suas listas para os diversos órgãos autárquicos de Loures 85 candidatos com menos de 30 anos, muitos deles em posições elegíveis.

Quanto a estes jovens candidatos da coligação, «estão

neste momento empenhados em discutir com os jovens e as suas estruturas (associações de estudantes, sindicatos, escuteiros, comissões de jovens, grupos de paróquia, etc.) o projecto de compromisso-programa» para o próximo mandato.

A Juventude CDU afirma-se convicta de que «o diálogo, a troca de opiniões franca e aberta e as críticas recolhidas darão um significativo contributo à elaboração de um conjunto de compromissos com que os jovens do concelho se identifiquem e defendam».

Do projecto destacam-se, como linhas fundamentais: o apoio constante às iniciativas promovidas pelos jovens e suas organizações e o fomento do associativismo juvenil; o reforço da política de auscultação e diálogo permanente com os jovens, concretamente com a criação de um Conselho Consultivo da Juventude e a realização do 1º Encontro de Jovens do concelho; a construção de casas da juventude ou a reconversão dos espaços existentes para centros de actividade juvenil; o reforço de mecanismo de atendimento e informação à juventude, nomeadamente criando centros de atendi-

mento e informação juvenil.

Os jovens candidatos da CDU afirmam ainda que se vão empenhar na resolução dos problemas mais sentidos pela juventude do concelho de Loures. Referem, em concreto, o desemprego, a inexistência de um Centro de Formação Profissional, a falta de escolas preparatórias e secundárias e o mau funcionamento das existentes, a ausência de cursos médios e superiores na área do município, o número reduzido de escolas com ensino nocturno, o elevado custo da habitação - «problemas que não são da responsabilidade e competência das autarquias, mas sim do Governo», recordam.

IGAPHE não paga às Câmaras

À Câmara Municipal do Seixal o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado deve mais de 21 mil contos. Évora queixa-se de que o mesmo IGAPHE tem em dívida ao município mais de 150 mil contos. Serão casos únicos?

Aquele instituto - diz a CM do Seixal - foi notificado várias vezes para efectuar o pagamento da ligação e conservação de esgotos de 400 fogos da Quinta do Cabral, 102 moradias na freguesia de Arrentela e 4 lotes da Quinta da Princesa - todos eles registados em nome do IGAPHE. «Como não foi efectuado o pagamento, procedeu-se nos termos da legislação aplicável», informa a Câmara, acrescentando: «Neste momento encontra-se em relaxe, tendo as Execuções Fiscais dado início ao processo de cobrança coerciva».

Segundo uma relação divulgada pelo executivo autárquico, a dívida do IGAPHE vem desde 1985.

No caso de Évora, a dívida do IGAPHE é referida no editorial do Boletim Municipal (nº 35, de Novembro passado), e faz parte de uma série de responsabilidades que são imputadas ao Governo de Cavaco Silva, «por não ter cumprido até agora o compromisso contemplado no PIDAC de 1989 de participar em obras de reanimação do aeródromo; porque não pagou a dívida de mais de 150 mil contos de terrenos que

foram cedidos pela Câmara ao IGAPHE destinados à construção de habitação social desde 1975; porque atendeu contra o perfil e a imagem da nossa cidade, ao mandar pintar daquela forma as casas da Cruz da Picada, ignorando o indeferimento e protestos da Câmara; porque extinguiu a Empresa Pública de Parques Industriais e ignorou todas as propostas da Câmara de viabilização e relançamento do Parque Industrial, sendo assim responsável pelas dificuldades criadas ao desenvolvimento económico da nossa região».

Infelizmente, não se pode dizer que sejam casos únicos de confrontação directa entre a política do Governo PSD/Cavaco Silva e os órgãos autárquicos.

AR dos Açores repudia inquéritos do PSD

A inclusão, dentro do âmbito dos inquéritos parlamentares, da possibilidade de inquérito não só às autarquias mas também aos governos regionais, defendida pelo deputado do PSD, Pacheco Pereira, na Assembleia da República, mereceu recentemente o vivo repúdio da totali-

dade dos deputados da Assembleia Regional dos Açores.

Perante a posição daquele deputado, a representação parlamentar do PCP, através do deputado regional Paulo Valadão, propôs ao Plenário da Assembleia Legislativa

Regional a aprovação de um voto de protesto pela referida atitude política, e reafirma o seu empenhamento na continuação da construção da autonomia da Região Autónoma dos Açores, no quadro do estabelecido pela Constituição da República.

Recorde-se que a Lei fundamental do país consagra e estabelece o enquadramento legal da autonomia político-administrativa regional, os poderes regionais e os seus órgãos de governo próprio, o que constitui uma importante conquista das populações.

CDU não pára em Braga

Casais Batista, candidato da CDU à presidência da Câmara de Braga, esteve recentemente reunido com a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, na sede deste sindicato. Aqui damos notícia de outras iniciativas que têm sido levadas a cabo ultimamente pela CDU em Braga, com vista às próximas eleições autárquicas.

No encontro, o candidato teve oportunidade de entregar aos dirigentes sindicais o programa da CDU à Câmara Municipal de Braga e expor as principais linhas programáticas, em particular, referentes aos trabalhadores da autarquia e serviços municipalizados.

A CDU, segundo referiu, apoia a criação de uma comissão de trabalhadores, manifestando desde já o seu empenhamento na dignificação dos trabalhadores autárquicos que, conjuntamente com os seus restantes colegas do aparelho do Estado, vêm sistematicamente denegrir a sua imagem na opinião pública, quantas vezes

fruto apenas do mau funcionamento dos serviços.

No final do encontro, concordou-se na necessidade de serem mantidos contactos mais frequentes entre o STAL e a autarquia, lamentando-se o facto de não ter havido até ao presente reuniões com quaisquer candidatos à edilidade bracarense, pelo que foi realçado o significado daquela reunião com o candidato CDU.

Ainda neste âmbito, Casais Batista, manteve um encontro na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Braga, em que foi salientada grande apreensão pelo aumento da repressão contra os sindicalistas em empresas do concelho e quanto à forma como são empregues os fundos da CEE que poucas melhorias têm produzido no mercado de trabalho.

O cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Braga, juntamente com os candidatos à Assembleia Municipal e à Freguesia da Sé, efectuaram também uma visita a esta autarquia para se inteirarem das carências da população local.

A falta de acessos a moradias construídas à sete anos atrás, o estado degradado

das ruas, falta de ajardinamento e sinalização, a existência de várias lixeiras espalhadas por toda a freguesia, são alguns dos aspectos verificados pelos candidatos, que constatarem igualmente o abandono do parque infantil, situação intolerável sobretudo quando não existe em Braga um único parque infantil de responsabilidade camarária.

Esta iniciativa evidenciou a necessidade de o futuro executivo municipal efectuar um grande trabalho de melhoria e construção de infra-estruturas de modo a elevar a qualidade de vida da população da Sé, tarefa que os candidatos da CDU se propõem levar a cabo com trabalho, honestidade e competência.

Na sede da CDU em Braga, representantes do núcleo da Associação de Arquitectos e candidatos CDU estiveram reunidos, num encontro em que participou também o candidato à presidência daquele município.

Em foco esteve o crescimento urbanístico da cidade, e foi salientado o papel do arquitecto na construção de um espaço humanizado. De realçar a coincidência de pontos de vista quanto à necessidade da existência de um plano director municipal, como um instrumento fundamental para a definição de um crescimento harmónico e disciplinado da cidade de Braga, bem como da vantagem e importância da participação mais activa daquela

Associação em projectos de grande envergadura.

Barcelos

A CDU de Barcelos apresenta-se ao eleitorado com um vasto conjunto de propostas com vista responder às necessidades do desenvolvimento da cidade, cujo território não se altera há 58 anos. No concreto, é avançada a proposta de criar uma rede de transportes e de diligenciar junto do poder central para a definição rápida da área urbana.

Por outro lado, e tendo em conta a importância agrícola do concelho, é proposta a criação de uma escola superior de agricultura e de um gabinete técnico municipal de apoio a projectos de investi-

mentos nesta área. Na área da educação e cultura urge, entre outras questões, segundo a CDU de Barcelos, construir jardins infantis, bem como efectuar a compra do Teatro Gil Vicente.

Outras propostas como um investimento de 150 mil contos para resolver os problemas de saneamento, ou ainda os 300 mil contos para o alargamento da rede de abastecimento de água, são razões que os candidatos CDU apresentam para demonstrar que a alteração da actual correlação de forças na autarquia irá beneficiar e o desenvolvimento do concelho e as respectivas populações. Para mudar Barcelos é necessária participação da CDU no próximo executivo.

Recuperação do Castro Matoso

— propõem candidatos CDU de Coimbra e Cernache

Candidatos da Coligação Democrática Unitária à Câmara e à Assembleia Municipal de Coimbra e à Assembleia de Freguesia de Cernache - no decurso de uma das muitas deslocações que têm feito para contactar as populações e com elas discutir nos locais os problemas que enfrentam - exigiram a recuperação para habitação social «sem mais demoras» do bairro Castro Matoso, em

Malga, onde um terreno infra-estruturado para 85 fogos apenas tem 18 acabados, encontrando-se ao abandono e a saque há mais de 14 anos - informou o gabinete de imprensa da coligação.

Entretanto, na zona urbanizada da Moita Santa, continua sem solução o problema do saneamento colectivo.

Em Cernache os candidatos da CDU detectaram ainda

várias situações de falta de lavadouros, poluição do meio ambiente, indefinição quanto à política de solos para construção de habitação.

No quadro dos contactos que a coligação PCP-PEV tem tido no concelho, o cabeça-de-lista Santos Cardoso reuniu com a direcção da Fundação Bissaya Barreto, na sua casa-museu. O candidato a presidente da CM de Coimbra considerou as acti-

vidades da Fundação, nomeadamente em jardins de infância, apoio à terceira idade na Zombaria, a zona verde no espaço onde ainda se encontra o horto municipal, e a construção da Europa dos Pequenos junto à Quinta das Lágrimas como «iniciativas muito válidas para o desenvolvimento do concelho e que devem merecer o apoio claro» do executivo autárquico.



Casais Batista, cabeça de lista da CDU para a CM de Braga

Poder Local

CDU na rua pelo Porto ataca problemas da energia

A resolução do problema das energias é hoje uma questão essencial para o Porto e a sua população. Daí que, a candidatura da CDU «Pelo Porto» dê particular atenção no seu programa a esta temática e tenha, na rua, em plena Praça Carlos Alberto, junto ao edifício dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade, dado a conhecer perante a cidade os seus «compromissos solenes» nesta matéria.

São eles: lutar incansavelmente pela restituição imediata das instalações e bens dos SMGE, usurpados ilegalmente pelo Governo Cavaco Silva com o apoio da Polícia, à Câmara do Porto e reassumir a sua gestão por parte do município; reclamar a abertu-

ra de negociações com a EDP, com base no entendimento de que o Porto não deve o que não cobrou aos munícipes; renegociar as tarifas de energia eléctrica para protecção da população mais carenciada até 1993; satisfazer os direitos dos trabalha-

dores dos SMGE e assegurar que eles não sejam prejudicados em relação aos trabalhadores da EDP; pôr cobro ao caos que a EDP criou nos SMGE, com graves prejuízos para a população da cidade; concretizar, num prazo de dois anos, o projecto intermunicipal de abastecimento de gás natural, contrariando a sua entrega a grupos privados, cujo interesse essencial é o lucro e não o fornecimento de energia tão barata quanto possível aos munícipes.

Denunciando as posições assumidas pelo PSD e pelo PS ao longo do processo, a CDU considera-os «responsáveis pelo preço elevadíssimo da energia eléctrica».

A entrega do abastecimento de gás ao capital privado, impedindo assim os municípios do controlo dos preços dum bem essencial, defendida por essas forças políticas, é igualmente denunciada pelos candidatos «Pelo Porto», que consideram que «é demagógico falar do desenvolvimento, da modernização da cidade, da descentralização e da melhoria da qualidade de vida dos portugueses quando, em matéria essencial, se tem uma política tão grave como a defendida pelo PS e pelo PSD e pelos seus próprios candidatos a presidentes da Câmara».

Gaia: defender o Cabedelo, o Douro e o litoral

A conservação do Cabedelo, como «sítio protegido», a construção de um porto de abrigo para os pescadores da Afurada e da Aguda e medidas em defesa da margem do Douro e do litoral de Vila Nova de Gaia foram defendi-



Na Praça Carlos Alberto, junto à sede dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade, a CDU do Porto divulgou as suas propostas para a resolução dos problemas da energia na cidade



No Cabedelo Ilda Figueiredo e outros candidatos da CDU aos órgãos autárquicos de Vila Nova de Gaia deram uma conferência de imprensa para falar da defesa desta área, bem como da margem do Douro e do litoral

das por Ilda Figueiredo e outros candidatos da CDU, numa conferência de imprensa realizada no próprio local.

É que, conforme houve oportunidade de observar, o estuário do Douro, a bacia de Sampaio e o Cabedelo estão

ameaçados pela forma como decorrem as dragagens no rio, realizadas pela Sociedade de Dragagens, sob orientação do Gabinete de Navegabilidade do Douro, numa área que é da responsabilidade da Administração dos Por-

tos do Douro e Leixões. Conforme denunciou a CDU — factos confirmados recentemente por técnicos do Instituto Nacional de Investigação das Pescas — a construção do estradão de areia em pleno rio, cortando a meio a bacia de Sampaio, tem consequências graves para a fauna aquática e a paisagem e pode ser ainda grave para as populações ribeirinhas se a extracção de areias do Rio Douro exceder largamente, como está a ser noticiado, os níveis autorizados no plano de desassoreamento.

Foi ainda no contexto da luta pela resolução deste grave problema que a CDU promoveu uma visita e contacto com a população da Afurada, à qual se seguiu um animado debate no qual foram abordadas as questões que mais afligem os moradores desta freguesia piscatória de Vila Nova de Gaia.

RTP silencia iniciativas da CDU

Constitui autêntico escândalo a reiterada ausência da RTP na cobertura de actos públicos na presente campanha da CDU na cidade do Porto. A denúncia dos factos foi feita pela Coligação à Comissão Nacional de Eleições e ao Conselho da Comunicação Social e assenta em exemplos muito concretos.

A RTP silenciou, designadamente, a visita guiada à cidade do Porto com o arquitecto Siza Vieira, o encontro com deputados do Parlamento Europeu sobre o tema «A região do Porto na Europa», a visita ao Centro Histórico com eurodeputados que propuseram no PE a concessão de fundos comunitários para a recuperação urbana da zona, a apresentação de candidatos da CDU a todos os órgãos autárquicos, que decorreu em sessão pública no Mercado Ferreira Borges, a apresentação pública do Programa da CDU e da «Carta dos Direitos da Cidade» e, há poucos dias, o almoço da CDU, que decorreu no Palácio de Cristal com a participação de 1800 pessoas e a presença do secretário-geral do PCP e que constituiu, de longe, a maior iniciativa das realizadas por qualquer candidatura até ao momento.

«É por de mais evidente», denuncia a CDU/Porto, «que este comportamento da RTP não pode ser seriamente atribuído a critérios de natureza jornalística e contrasta com a abundante cobertura que tem sido feita nos telejornais de actos de outras candidaturas concorrentes ao mesmo acto eleitoral». «Constitui», refere mais adiante, «uma flagrante violação da Constituição e do princípio da imparcialidade perante as diversas candidaturas a que os órgãos de comunicação social devem rigoroso respeito».

«Desenvolver Setúbal» quer dignificar o papel da mulher

«Vivemos num concelho onde nestes últimos quatro anos piorou a qualidade de vida das mulheres, se acentuaram as discriminações entre os homens e as mulheres. Setúbal foi o concelho do distrito, onde o número global de mulheres desempregadas mais aumentou e mais aumentou também o número de mulheres jovens à procura do primeiro emprego; encerraram algumas empresas de mão-de-obra feminina e não foram criadas alternativas. (...) Recuou-se na caminhada da emancipação da mulher». Quem o afirma é Odete Santos, candidata ao município de Setúbal, pela coligação «Desenvolver Setúbal», na intervenção proferida numa conferência de imprensa realizada a semana passada no Círculo Cultural de Setúbal, sob o tema — «As Mulheres de Setúbal e Azeitão — Por um Concelho de Futuro».

Evocando o facto de terem sido as mulheres as grandes vítimas da política de estagnação económica e social destes últimos quatro anos, Odete Santos acusaria ainda o actual presidente da Câmara

de falta de diálogo e respeito para com os munícipes, o que tem impedido muitas mulheres de recorrer àquele órgão de poder autárquico para manifestar as suas carencias, reivindicar os seus

direitos, exigir melhorias para si e para os seus bairros.

A candidata ao próximo mandato autárquico em Setúbal sublinhou que a sua coligação interpretará os sentimentos das mulheres e assume a herança de destacadas figuras femininas, como Luísa Todí, Ana de Castro Osório e Olga Sarmiento, a sua escrita e luta pelo direito à instrução, à participação na vida cultural e política. É neste sentido que a coligação «Desenvolver Setúbal» propõe a toda a população um projecto de mudança de mentalidades, inserido numa política de desenvolvimento em que, a par dos aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais, se respeitem os direitos dos cidadãos, homens e mulheres, à participação e à expressão sob a insígnia da igualdade de oportunidades.

«Desenvolver Setúbal» tem programa feminino

Concretamente, Odete Santos apontou em breves linhas alguns pontos do programa da coligação dirigido à população feminina, a alguns dos quais fazemos aqui referência.

Na criação de infra-estruturas de apoio às mulheres como mãe, cidadã e trabalhadora, o programa prevê a abertura de cantinas para apoio às crianças que frequentam as escolas em regime normal; encontrar formas de harmonizar os horários das creches e ensino pré-escolar, em articulação com os diferentes estabelecimentos,

com os horários dos empregos dos pais; criação de parques infantis junto dos bairros e dinamização de actividades de tempos livres nas escolas e em articulação com as colectividades e Juntas de Freguesia.

Na área dos cuidados de saúde a coligação preconiza um papel mais interveniente das autarquias na saúde preventiva, bem como a melhoria da rede de saúde, nomeadamente nas valências de planeamento familiar, exames e consultas de ginecologia, pediatria e obstetrícia; reivindicar a abertura de consultas de sexologia e planeamento familiar para jovens;

A criação de mais emprego para as mulheres é outro ponto do programa que visa criar incentivos para dinamizar iniciativas locais de em-

prego feminino, criar novas e diversificadas saídas profissionais para jovens à procura do primeiro emprego; criar condições e cursos adequados à formação profissional, reciclagens e valorização profissional das mulheres, adequar a sua formação às exigências do mercado de trabalho, por exemplo, com cursos de carpintaria, mecânica, informática, novas tecnologias.

Para as mulheres deficientes este conjunto de medidas garante, para além de uma intervenção genérica para a eliminação das barreiras físicas, pugnar pela inserção das mulheres deficientes nos diversos serviços de formação profissional e, em cooperação com as respectivas organizações, procurar a sua integração em serviços da autarquia.

Poder Local

**CDU
agora é assim!**



PCP-PEV

**Colectividades de Sintra
homenageiam Feliciano Loureiro**

Quarenta e uma colectividades de cultura e recreio do concelho de Sintra homenagearam Feliciano Loureiro, vereador eleito pela CDU na Câmara Municipal de Sintra, e responsável pelo pelouro do desporto.

Feliciano Loureiro é de novo candidato da CDU à autarquia Sintrense nas eleições de 17 de Dezembro.

No documento entregue a Feliciano Loureiro, subscrito por cento e dois directores das quarenta e uma colectividades, salienta-se que a obra iniciada «com tanto amor» pelo vereador da CDU, «tem que continuar, pois só assim o desporto no Concelho de Sintra será uma realidade».

**CDU da Amadora
debate desenvolvimento desportivo**

A CDU - Coligação Democrática Unitária do Concelho da Amadora, promoveu no passado dia 3, domingo, um encontro de dirigentes associativos, técnicos desportivos e atletas do concelho, com os candidatos da CDU à Câmara Municipal.

No Encontro, que decorreu sob o lema «Um projecto de desenvolvimento desportivo para a Amadora», foram debatidas questões como as colectividades e a sua função social, a intervenção do município no apoio à actividade desportiva e a política de construção de equipamentos desportivos.

O Encontro foi presidido pelo presidente da Câmara Municipal da Amadora, Orlando de Almeida, pelo vereador do pelouro da cultura e desporto, Fernando Pereira, e pelo vereador responsável do pelouro de construções urbanísticas, Manuel Vieira, todos candidatos da CDU nas eleições de dia 17.

Dentre os presentes destacava-se Rita Borralho, figura conhecida do atletismo nacional, e candidata da CDU na Freguesia da Falagueira.

**Empresários
— parceiros municipais na Amadora**

O secretariado da CDU da Amadora enviou a todos os empresários do concelho uma carta em que se propõe «aprofundar o apoio aos agentes económicos do concelho, numa ligação estreita às suas associações de classe, consignando-lhes o estatuto de parceiros municipais».

Para conhecer as opiniões, propostas e preocupações dos agentes económicos locais a este respeito, teve lugar na segunda-feira dia 4 um jantar-convívio, em que, entre outros, usaram da palavra Orlando de Almeida, presidente da Câmara Municipal e candidato à reeleição, e Carlos Carvalhas, deputado do PCP no Parlamento Europeu.

**Cascais — candidato da CDU
lança desafio para debate público**

Vitor Silva, cabeça de lista da CDU para a Câmara Municipal de Cascais, desafiou para um debate público sobre o concelho, os candidatos do PS e do PSD/CDS.

Tal debate teria lugar no dia 11 deste mês. O desafio foi feito por Vitor Silva em carta endereçada aos candidatos das outras forças concorrentes, aguardando agora a resposta, para a marcação do local.

**Oeiras — desportistas apoiam
candidatura de Celorico Moreira**

Melo de Carvalho e Alves Barbosa, dois nomes conhecidos do panorama desportivo nacional, manifestaram na passada semana o seu apoio à candidatura de Celorico Moreira, pela CDU, à presidência da Câmara Municipal de Oeiras.

Em carta enviada à Comissão Concelhia da CDU de Oeiras, Melo de Carvalho, professor de educação física, e que já foi responsável pelo pelouro de desporto do município de Oeiras em 1985, manifestou «total e incondicional apoio à candidatura de Celorico Moreira».

Alves Barbosa, várias vezes campeão nacional de ciclismo, expressou também o seu apoio «à candidatura da CDU para a Câmara Municipal, encabeçada por Celorico Moreira».

Trabalhadores

**Salários e rendimentos
Propostas da CGTP**

Depois de uma análise crítica à política de rendimentos seguida pelo Governo, a CGTP propôs em conferência de Imprensa, a semana passada, em Lisboa, que as taxas de actualização salarial oscilem entre os 15 e os 18 por cento em 1990, que a pensão mínima do regime geral seja fixada em 20 500 escudos, que o abono de família suba para 2500 escudos por descendente e que seja reconsiderado «o papel do salário mínimo no contexto de uma política de valorização da força de trabalho e de aproximação aos salários praticados nos países da CEE». A CGTP propôs a fixação do salário mínimo em 37 mil escudos, mais 5500 escudos do que o actual. O máximo semanal do horário de trabalho não deve ir além das 40 horas, propôs ainda a Central.



Dirigentes da CGTP-IN em conferência de Imprensa (foto de arquivo)

Os dirigentes do movimento sindical unitário, entre diversas considerações da máxima oportunidade e interesse para todos os assalariados e para a economia em

geral, condenaram a política de baixos salários. Consideraram-na «contraproducente» e «contraditória» perante «o esforço de desenvolvimento acelerado de que o País ne-

cessita», juntamente com «uma política social mais justa», sem esquecer a revisão do sistema tributário que penaliza fortemente os trabalhadores.

**Dia de luta
na Função Pública**

Com a sempre notória presença dos trabalhadores das Autarquias Locais, representados pelo seu sindicato, o STAL, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública anunciou para antontem um dia nacional de luta.

Os objectivos são conhecidos: a maioria dos TFPs ficou descontente com a propalada modernização administrativa e com os baixos salários e aumentos frequentemente irrisórios, derivados do novo sistema retributivo.

A nível nacional, as iniciativas foram diversificadas e de-

correram sobretudo em Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Aveiro, Guarda e Leiria.

Segundo foi anunciado pela FNSFP, além de plenários, de uma deslocação de trabalhadores da região Centro à capital e de outras iniciativas, em Lisboa, diri-

gentes, delegados e activistas do Sindicato da Função Pública do Sul, do STAL, e do STML (Câmara de Lisboa) assistiram nas galerias da Assembleia da República ao debate do OE (Orçamento) e entregaram aos deputados uma exposição sobre o que se passa na Função Pública.

**Protocolo de cooperação
nas relações de trabalho**

A CGTP-IN acaba de assinar com a Associação Portuguesa dos Profissionais em Sociologia Industrial das Organizações de Trabalho um protocolo de cooperação, destinado ao «desenvolvimento do estudo das relações de trabalho». Em 27 de Novembro findo, o gabinete de Imprensa da central acrescentava que o mesmo protocolo «prevê a existência de uma comissão de ligação permanente entre as duas instituições». Nesse âmbito, poderão desenvolver-se «projectos comuns de estudo e investigação».

**Matadouros: «Em risco
a saúde dos consumidores»**

Ao referir-se, numa nota à Imprensa, ao Matadouro de Leiria — exploração entregue pelo Governo há mais de dois anos a uma empresa privada — o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro, com sede em Coimbra, protesta contra os moldes em que se processou essa privatização. O Matadouro, que «era da exclusiva responsabilidade do Iroma (Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas) foi entregue à «privada» sem sequer ser elaborado um protocolo entre as partes interessadas. Essa atitude, para o Sindicato, representa um «risco para a saúde dos consumidores» e não acautela, longe disso, os direitos dos trabalhadores do Matadouro com vínculo à Função Pública. O Sindicato baseia o que afirma no facto de não lhe ter sido fornecida qualquer cópia do protocolo que, em seu entender, deveria existir. Quando o pediu para consulta foi-lhe respondido que «se encontra actualmente em discussão, não tendo sido ainda objecto de acordo entre as entidades envolvidas», refere, em citação, o mesmo Sindicato.

**LNEC não paga aumentos
e retroactivos**

Em 29 de Novembro findo, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, os trabalhadores do LNEC (Laborató-

rio Nacional de Engenharia Civil) pagara há uma semana atrás os salários e o subsídio de Natal sem os aumentos salariais e os retroactivos devidos de acordo com o Decreto-Lei 353-A/89, de 16 de Outubro. A principal anomalia detectada pelo Sindicato não reside, porém, «na inoperacionalidade ou na imprevisão do Ministério das Finanças». O que é novo, sublinha o Sindicato, não tem a ver com os «apertos financeiros» do LNEC, mas sim com o facto de serem «os próprios vencimentos dos seus trabalhadores a não serem pagos totalmente a tempo e horas». Ao repudiar o que se passa, o Sindicato prevê que as diferenças sejam liquidadas este mês. De outro modo, os trabalhadores «adoptarão as formas de luta adequadas para fazer valer os seus direitos», conclui.

**USC marginalizada
na Segurança Social**

A União dos Sindicatos de Coimbra protesta publicamente contra a marginalização que a atinge como representante dos trabalhadores no Centro Regional de Segurança social. Dizem os dirigentes da USC que, embora a sua participação no CRSS seja legal, como membro efectivo do seu conselho consultivo, o presidente daquele organismo matém-na ostensivamente fora das suas decisões, e cita o caso recente do processo que deu origem à visita de um membro do Governo àquele distrito. A USC protestou junto do presidente do CRSS.

**Pró-ASP da PSP afirma
que o direito sindical
está por consagrar**

Embora congratulando-se por a Assembleia da República ter reconhecido finalmente aos profissionais da PSP o direito de constituírem associações profissionais, pelo que «toda a classe policial em Portugal está hoje de parabéns», a Pró-Associação Sindical dos Profissionais da PSP não deixa de insistir no facto de «o direito sindical, como tal, estar por consagrar», e reivindica o desaparecimento das restrições, demasiado apertadas, chegando ao ponto de «atrofiar, nomeadamente, o direito de expressão e de manifestação».

Assembleia da República

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 1990

Governo não quis torná-lo socialmente mais justo

O Orçamento de Estado para 1990 entra hoje na sua recta final com a votação da parte correspondente às receitas e votação final global. Iniciada ontem em plenário, esta derradeira fase decorre da discussão na especialidade efectuada na Comissão de Economia, debate este que, por sua vez, fora já antecedido há cerca de quinze dias de uma primeira apreciação por parte da Câmara, seguida na ocasião da respectiva votação na generalidade. O essencial das propostas de alteração ao Orçamento apresentadas pelos partidos da oposição, tal como prevíamos na nossa última edição, foi entretanto literalmente recusado pelos deputados da maioria no debate em comissão especializada realizado até segunda-feira última. Por atender, como resultado da postura seguidista da maioria em relação ao Governo, ficaram assim muitas dezenas de propostas que visavam no fundamental valorizar a função do Estado, combater as desigualdades e dar satisfação às reclamações populares.

Era manifestamente o caso das propostas subscritas pelos deputados comunistas, cujo conteúdo, como ainda recentemente fora salientado por estes em conferência de imprensa, se apresentava como economicamente credível, financeiramente viável e socialmente justo.

Tratava-se sobretudo, no capítulo das despesas — dada a difícil correcção da «vertente quantitativa» — de introduzir alterações de natureza qualitativa que atenuassem as dificuldades existentes, aproximasse socialmente os cidadãos e possibilitassem alguma melhoria da sua qualidade de vida.

Orientando-se por este princípio, foi assim que o Grupo Parlamentar do PCP privilegiou nas alterações que apresentou verbas destinadas à habitação e urbanismo, educação, desporto e ocupação dos tempos livres, defesa e protecção do ambiente, saúde e cultura.

Para avaliar do seu alcance, refira-se, a título de exemplo, que só no plano da educação, o reforço da verba total proposto pelos deputados comunistas atingia a cifra de um milhão e 800 mil contos, verba destinada essencialmente à construção de algumas escolas, como a ampliação e beneficiações.

No capítulo da habitação e urbanismo, atendendo sobretudo à diminuição sucessiva a que se tem assistido nas dotações para este sector (para o Orçamento do ano que vem previa-se um decréscimo de

33 por cento relativamente ao anterior) eram igualmente bastante significativas as verbas propostas pelos deputados do PCP destinadas à construção de habitações nas zonas mais carenciadas, como as áreas de Lisboa e Porto.

A criação e a valorização de centros de Saúde constituíam por sua vez, o essencial do destino a dar ao reforço de verbas propostas pela bancada comunista, enquanto na área da cultura foram igualmente apresentadas várias propos-

tas de alteração cujo propósito, como foi sublinhado na conferência de imprensa, poderia ser até o de «impedir que o monumental Centro de Belém seja o sorvedouro» onde se esgotem as verbas destinadas a esta área.

Pelo seu volume e intenção, grande significado assumem ainda as propostas de alteração respeitantes à agricultura, de onde se destacam um milhão de contos para o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do rio Guadiana e o montante de também um milhão de contos para investimentos e outras ajudas às explorações agrícolas ignoradas pelo investimento co-financiado comunitariamente.

Nota de realce merece ainda — no quadro das autarquias locais — a proposta de alteração elaborada no sentido de que o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) fosse reforçado em 7,8 milhões de contos (com base numa projecção que atribui mais 30 milhões de contos de cobranças do IVA do que os previstos pelo Governo) por forma a dar cumprimento à Lei de Finanças Locais e defender a capacidade financeira das Autarquias.

Concretizar uma efectiva moderação da carga fiscal

sobre os rendimentos do trabalho e sobre os rendimentos familiares mais baixos, tais foram, por outro lado, as preocupações que nortearam o Grupo Parlamentar comunista na apresentação das suas propostas no âmbito da fiscalidade.

Nesse sentido, foi defendida uma redução da taxa do primeiro escalão de 16 para 12 por cento (que favorecendo os rendimentos mais baixos não deixa de beneficiar os rendimentos médios) sendo simultaneamente preconizado que a dedução prevista para os rendimentos brutos do trabalho dependente tenha por limite os 350 mil escudos de forma a que a regra base da dedução de 65 por cento dos rendimentos tenha efectiva aplicação para o salário mínimo nacional.

Visando uma maior justiça fiscal, referência especial merece ainda neste domínio a proposta que previa que os rendimentos dos juros de depósitos e dos rendimentos de quaisquer tipos nominativos ou ao portador e, bem assim, as mais-valias realizadas com transacções de valores mobiliários, sejam obrigatoriamente globalizados para efeitos de IRS.

Dívidas do PCP à Previdência «Uma pedestre mentira!»

— afirma o Grupo Parlamentar Comunista

A propósito das declarações do deputado Silva do PSD proferidas no decorrer do debate do Orçamento de Estado sobre alegadas dívidas do PCP à Segurança Social, o Secretariado do Grupo Parlamentar comunista emitiu um comunicado onde afirma que «tal afirmação constituía naquele momento e constitui hoje uma pedestre mentira».

Garantindo que o PCP «nada deve à Segurança Social», a nota tornada pública terça-feira recorda que no próprio dia em que aquele deputado proferiu aquelas «incorrectas e despropositadas» afirmações logo o Grupo Parlamentar do PCP as contestou considerando-as caluniosas e completamente falsas.

Na ocasião, saliente-se, foi igualmente requerida pelo PCP aos serviços da Assembleia uma informação sobre se teria dado entrada qualquer requerimento do PSD a solicitar elementos sobre a situação dos partidos perante a Segurança Social, tendo simultaneamente lançado um desafio ao Governo para que este transmitisse à Assembleia até dia 22 de Novembro uma resposta clara quanto a eventuais dívidas existentes.

Ora sucede que, passadas duas semanas o Executivo não deu qualquer resposta, facto que demonstra, no mínimo, a

incomodidade deste ao ter descoberto que o deputado do PSD que o apoiava lançou mão «de uma mesquinha manobra caluniosa sem qualquer fundamento para tentar desviar a atenção do debate orçamental».

Afirmando ter já na sua posse documentos comprovativos oficiais que provam que o PCP não tem qualquer dívida à Segurança Social, o Grupo Parlamentar, no seu comunicado, desafia entretanto o deputado Silva Marques a retratar-se perante a Assembleia e o País, em face da mentira que lançou com base em elementos falsos ou desactualizados, e a que teve acesso de forma invia, já que não os recebeu por via oficial, isto é, através da Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do PCP, tendo em consideração a gravidade institucional e política da situação gerada pela irresponsabilidade do PSD e daquele deputado, exige de novo que o Governo responda com prontidão ao requerimento já apresentado, sublinhando por último que uma vez que o desafio está lançado, resta esperar para ver «quem afinal tem medo da transparência e da verdade».

PSD falou do Leste a pensar nas autárquicas

Os acontecimentos nos países socialistas do leste europeu e sua evolução, pese embora a importância de outras matérias igualmente tratadas, constituíram sem dúvida o aspecto marcante da agenda que preencheu os trabalhos na sessão plenária de terça-feira.

Pela forma como foi agendada por iniciativa do PSD — sem qualquer cobertura regimental, exactamente para o primeiro dia da campanha eleitoral para as autárquicas e com algumas das suas mais destacadas figuras, conhecidas precisamente pela sua vocação anticomunista, a movimentaram-se com frenesim para a sua convocação —,

seria naturalmente de esperar que a maioria e o Governo tentassem instrumentalizar este debate, de forma a dele retirarem dividendos eleitorais que de algum modo

Intervenção de Carlos Brito no debate na pág. 6/Em Foco

podessem minimizar o saldo negativo que actualmente têm na opinião pública. Embora frustrada, em larga medida por acção dos deputados comunistas, apostados em valorizar desde o início a discussão de tão importante matéria, esta postura da maioria governamental acabou por estar quase sempre presente nos trabalhos, com alguns dos

seus deputados a procurarem por todas as formas assestar as suas baterias no PCP e na Coligação «Por Lisboa».

Surpreendentemente, porém, não só não foi uniforme o

posicionamento revelado por todos os intervenientes da maioria e do Governo no debate, como nem sequer este descambou no geral, ao contrário do que seria de esperar e com uma ressalva para o caso do Pachedo Pereira, no descontrolado delírio anticomunista com que habitualmente brindam o Parlamento. Para este facto terá contri-

Dias melhores esperam a nossa floresta

Proceder a um correcto ordenamento florestal que permita um desenvolvimento harmonioso da floresta em simultâneo com um racional aproveitamento dos recursos disponíveis e com a preservação do ambiente, tal é, em substância, o conteúdo do projecto de lei da iniciativa do PS que na semana finda acolheu a aprovação na generalidade da Câmara.

Para atingir este objectivo, de acordo com o legislador, ao Estado incumbe um decisivo papel, designadamente no fomento e protecção da florestação com espécies de lento e médio crescimento.

A partir de agora, alterações significativas são de esperar na evolução que nos últimos anos tem caracterizado a estrutura dos povoamentos e do crescimento da produção florestal.

Inverter este quadro surge, pois, no entender do PCP, como um imperativo, em ordem a impedir que se venha a agravar a situação atenta-tória já hoje reconhecida da utilização nacional dos recur-

sos, situação que se tem caracterizado, como bem lembrou o deputado comunista, pela agressão às economias locais de vastas regiões rurais, pelo desprezo de centenas de milhares de hectares de incultos porque não propícia rendimentos directos e rápidos, pela invasão de áreas de uso agrícola e plantações permanentes e pela concentração de enormes extensões de solo e de um enorme potencial de recursos florestais nas empresas de celulose.

Assim, na perspectiva da bancada comunista, para além da racionalização técnica e económica (quanto à sua natureza e ordenamento) a introduzir na floresta portuguesa, importa também aumentar substancialmente o valor acrescentado à produção florestal, produzindo e exportando produtos industrializados e não matéria-prima em bruto ou com baixa incorporação industrial, como é o caso das celuloses.

Este levantamento urgente dos prejuízos e a criação de uma linha de financiamento acessível que permita às autarquias, agricultores e outros atingidos responderem às perdas ocorridas, constituem duas das medidas preconizadas pelo Grupo Parlamento do PCP com vista a minorar as nefastas consequências dos temporais que assolaram o País em finais de Novembro último. Contidas num projecto de resolução a submeter em breve à apreciação da Câmara, estas medidas são acompanhadas de uma outra que estabelece com carácter imediato a intervenção do Executivo na resolução dos prejuízos e problemas da maior urgência e dimensão em cooperação com as autarquias locais ou regionais, designadamente o que se refere com o altíssimo do viaduto que liga Benavente e Salvaterra de Magos.

Este caso, recorde-se, constituiu um dos mais graves incidentes então ocorridos no Ribatejo, acabando mesmo por impedir o trânsito na via que liga aquelas duas localidades por onde circulam diariamente cerca de seis mil viaturas.

Outros casos houve, infelizmente, de idêntica gravidade, que estiveram na base desta iniciativa da bancada comunista. Referenciando alguns deles, o deputado do PCP, Lino de Carvalho, lembrou na breve intervenção que produziu em plenário a proposta deste problema, a situação no Sotavento Algarvio (onde as trombas de água destruíram culturas e voltaram a trazer à luz do dia o desenvolvimento anárquico da construção civil com casas e muros a serem construídos em cima das linhas de água) e as fortes chuvas que caíram no alentejo, atirando-o e pondo mesmo alguns campos irremediavelmente em causa as sementeiras de cereais de Outono-Inverno.

Este caso, recorde-se, constituiu um dos mais graves incidentes então ocorridos no

Referindo-se aos actuais problemas existentes que afectam o «martirizado povo palestiniano», os signatários da «mensagem» manifestam-se pela necessidade da sua «solução negociada e global», nomeadamente através da reali-

Deputados saúdam povo palestiniano

A propósito da passagem do 1.º aniversário da Proclamação do Estado da Palestina, vários deputados portugueses subscreveram uma mensagem de congratulação na qual saúdam o povo palestiniano por aquele histórico evento.

Subscrito por deputados de vários quadros, o texto salienta designadamente o papel da «luta determinada e firme» do povo palestiniano, cuja importância consideram «decisiva» na resistência sontra a «ocupação dos territórios árabes e pela conquista da liberdade, da democracia e da paz».

Referindo-se aos actuais problemas existentes que afectam o «martirizado povo palestiniano», os signatários da «mensagem» manifestam-se pela necessidade da sua «solução negociada e global», nomeadamente através da reali-

zação de uma Conferência Internacional que conte, acentuam, com a participação de todas as partes interessadas incluindo a Organização de Libertação da Palestina.

Os deputados comprometem-se simultaneamente, afirma-se no texto, a «desenvolver os melhores esforços para que Portugal, através dos seus órgãos competentes, após esta iniciativa» que contribuirá certamente, confiam, para a «tão desejada paz naquela região».

Subscrevem a mensagem, entre outros, os deputados Carlos Brito, Rui Godinho, Rogério de Brito e Jerónimo de Sousa (PCP); Carlos Candal, Raul Rego e Manuel Alegre (PS); Montalvão Machado, Fernandes Marques e Fernando Amaral (PSD); e Carlos Lilaia (PRD).

Escolas de Setúbal padecem de «grave doença»

Uma escola de 1300 alunos que ainda não abriu; outras, onde a degradação pode ser medida pela chuva que cai nas salas de aula, pelo número de cadeiras e mesas desengonçadas ou pelas obras de reparação nunca realizadas; superlotação de alunos; falta de salas de convívio, ginásios e laboratórios; insuficiência de funcionários efectivos, eis, em traços gerais, alguns dos problemas com que se debate hoje a rede escolar, ao nível do preparatório e secundário, no concelho de Setúbal.

Um panorama que pela sua natureza sombria, está bem de ver, destoa frontalmente das estafadas trivialidades em favor das virtudes da governação com que a maioria PSD e o Executivo normalmente brindam o País.

A deputada comunista Odete Santos, na sequência de uma visita que realizou a todas as escolas preparatórios e secundárias do concelho de Setúbal, comprovou-o de forma singela e oportuna ao tratar o problema na intervenção que produziu da tribuna numa das sessões plenárias da passada semana.

Sem mais delongas, bastou-lhe apenas enumerar alguns desses casos, indicia-

dores da «grave doença» — assim lhe chamou — de que padece a rede escolar no concelho sadino.

E começou justamente pela Escola do Viso, construída junto de uma pedreira em laboração, escola que ainda não abriu as portas dos seus 1300 alunos «apenas» porque, atempadamente, não foram tomadas as necessárias medidas para garantir o encerramento da referida pedreira.

«Doloroso», de acordo com as suas palavras, foi também o quadro que encontrou na Escola Luísa Todi.

Prevista parar durar cinco anos, em instalações meramente provisórias, a escola já lá vai com 16 anos de uso, referiu, «somando sinais evidentes de ruína», mais parecendo «um amontoado de pedregulhos que um estabelecimento de ensino».

Situada tal como a anterior numa das zonas mais carenciadas do concelho, a Escola Secundária da Bela Vista apresenta, por seu turno, idênticos sinais de degradação. «Chove nas salas de aula, criando-se situações de risco com as infiltrações junto da instalação eléctrica. Os alunos não dispõem de uma

sala de convívio e amontoam-se debaixo dos telheiros, onde, para não variar, também chove», observou aquela deputada, cabeça de lista pela CDU à presidência da Câmara de Setúbal.

Com o dobro da lotação prevista, com jovens a frequentarem as aulas em espaços que mais não são do que contentores, sem laboratórios, encontra-se como contou a Escola Secundária n.º 1, enquanto os jovens da Camarinha, continuam a citar, com opção desporto, se querem ter aulas de Educação Física têm de as ter ao livre, quando não chove, pela

Defesa Nacional e Forças Armadas Problemas exigem mudanças e diálogo

A existência de «fortes elementos de crise» no sector da Defesa Nacional e das Forças Armadas susceptível de colocar estas últimas à beira de «situações de ruptura» vem colocar na ordem do dia a necessidade de urgentes mudanças e a abertura de um debate nacional capaz de dirimir os problemas existentes.

Ao defender no Parlamento esta posição, em nome da bancada do PCP, na semana finda, quando procedia a uma reflexão sobre esta problemática, o deputado João Amaral quis chamar juntamente a atenção para a gravidade das questões que no seu enten-

der estão em aberto e para a necessidade de as superar através de um diálogo, no qual deverão participar as instituições e as Forças Armadas, por forma, observou, a «respeitar legítimos direitos e interesses e aprofundar condições de defesa e garantia dos interesses nacionais».

Na base deste «alerta», para utilizar uma palavra de João Amaral, estão três feridas da do seu ponto de vista importa «debater com urgência»: a primeira resulta da intenção governamental de «imposição de um modelo de Estatuto do Militar das Forças Armadas que aparece aos militares como «contrário e inadequado»; a segunda, tem a ver com o «estado caótico da programação militar»; como terceira está o «decrésimo em termos reais e os baixos valores orçamentados para o financiamento das funções de treino operacional, manutenção e sustentação».

Das matérias que ocuparam a sessão plenária de anteontem, destaca-se ainda a aprovação unânime de um projecto de resolução que determina a publicação integral das actas da Comissão de Inquérito ao «Caso Cadilheira», iniciativa que partiu do PCP e do CDS.

A circunstância de a política de Defesa Nacional e das Forças Armadas serem «desviados à deriva», apareceu, entretanto, como o «ponto comum» que poderá explicar estas situações, ficando apenas por apurar, como frisou João Amaral, se tal sucede propositadamente.

E que, referiu, «há como que uma deliberada intenção de prolongar estados de apodrecimento, de indefinição», facto que poderá querer significar, como admitiu, que se pretende «ali-

mentar a frustração para mais facilmente impor soluções estatutárias indesejadas» ou «manter a falta de perspectivas e até a inactividade, para mais facilmente impor modelos organizativos inadequados».

Seja como for, a verdade é que ao invés da situação presente — encarrando-se a questão não apenas em termos de política de Defesa Nacional como até de credibilidade externa do País —, o quadro desejável exigiria «um corpo renovado de doutrina de defesa nacional, da actualização dos conceitos estratégicos, da valorização cívica e profissional da componente humana das Forças Armadas, da modernização orientada e racionalizada dos equipamentos».

Revelador do estado de indefinição a que se chegou e da ausência de perspectivas de actuação por parte dos responsáveis governamentais é, por outro lado, como lembrou João Amaral, o Estatuto da Condição Militar (ECM), que resultou mais da pressão e movimentação dos interessados do que da iniciativa do Executivo, e que acabou, na versão anunciada, por frustrar expectativas e suscitar «contestação e oposição».

«Em vez de se tornar factor de coesão — sublinhou a propósito João Amaral — é base de insatisfação e injustiça. Recua em relação ao ECM aprovado nesta Assembleia, põe em causa direitos adquiridos. É particularmente contestado quanto ao regime de alargamento do tempo mínimo de passagem à reserva, na antecipaça da idade de reforma».

E se neste caso o debate com os interessados não existiu, o mesmo se poderá dizer em relação à Lei da Programação Militar, às questões relativas ao Serviço Militar Obrigatório, à legislação estatutária em curso de apreciação ou à Lei da Programação Militar.

Sobre esta última, vale a pena notar, como tratou de chamar a atenção o deputado do PCP, que ela constitui outro sintoma do desmoronamento que o Governo criou ao sector».

Com efeito a programação prevista na Lei de 87 está em aspectos determinantes «completamente furada» (as palavras são de João Amaral) de tal forma que é já o Ministério que, embora o quinquénio de aplicação da Lei seja o de 87 a 91, ou seja falem dois anos para o seu termo «quer já deitar a Lei fora e fazer uma inteira-mente nova».

O vício principal da Lei, acentuou o deputado comunista, é o da dependência de financiamentos externos, financiamentos prometidos mas não cumpridos (calcula-se em um quarto de bilião de dólares), «financiamentos que as mais das vezes se traduzem não em dinheiro mas em equipamento imposto, algum de sucata, outro que serve objectivos estranhos a interesses nacionais».

Por todas estas razões, no entender do PCP, urge mudar, abrir o debate nacional e o «debate no seio da instituição que a grandeza dos problemas reclama, tornando-se simultaneamente um imperativo que as «instituições definam com clareza o papel das Forças Armadas ao novo quadro» e sejam capazes de saber dialogar.

Prejuízos pelos temporais PCP preconiza medidas de apoio

O levantamento urgente dos prejuízos e a criação de uma linha de financiamento acessível que permita às autarquias, agricultores e outros atingidos responderem às perdas ocorridas, constituem duas das medidas preconizadas pelo Grupo Parlamento do PCP com vista a minorar as nefastas consequências dos temporais que assolaram o País em finais de Novembro último. Contidas num projecto de resolução a submeter em breve à apreciação da Câmara, estas medidas são acompanhadas de uma outra que estabelece com carácter imediato a intervenção do Executivo na resolução dos prejuízos e problemas da maior urgência e dimensão em cooperação com as autarquias locais ou regionais, designadamente o que se refere com o altíssimo do viaduto que liga Benavente e Salvaterra de Magos.

Este caso, recorde-se, constituiu um dos mais graves incidentes então ocorridos no

Ribatejo, acabando mesmo por impedir o trânsito na via que liga aquelas duas localidades por onde circulam diariamente cerca de seis mil viaturas.

Outros casos houve, infelizmente, de idêntica gravidade, que estiveram na base desta iniciativa da bancada comunista. Referenciando alguns deles, o deputado do PCP, Lino de Carvalho, lembrou na breve intervenção que produziu em plenário a proposta deste problema, a situação no Sotavento Algarvio (onde as trombas de água destruíram culturas e voltaram a trazer à luz do dia o desenvolvimento anárquico da construção civil com casas e muros a serem construídos em cima das linhas de água) e as fortes chuvas que caíram no alentejo, atirando-o e pondo mesmo alguns campos irremediavelmente em causa as sementeiras de cereais de Outono-Inverno.

Trabalhadores

Greves desconvocadas mas não só

A desconvocação das greves nos transportes e em outros sectores ficou, em geral, a dever-se à disposição do Governo de manter as negociações, de revisão salarial nomeadamente, numa base superior à sustentada antes. No entanto, mantiveram-se as paralisações sectoriais na CP e o sector da metalurgia, metalomecânicas e minas continuava antontem a anunciar para hoje uma greve nacional, que inclui o sector da indústria automóvel.

Metalúrgicos e profissionais similares não aceitam a proposta patronal de aumentos salariais de 11 por cento. Os sindicatos e a federação sindical do sector (FSMMMP) reclamam aumentos superiores (recordam que o Governo se aumentou a si próprio em 56 por cento), pretendem uma resposta do patronato à reivindicação do máximo de 40 horas para a duração do período de trabalho semanal, novos valores para o subsídio de refeição não inferiores a 200 escudos, diuturnidades, manutenção dos direitos consagrados no CCTV (contrato vertical) e, entre outras reivindicações, que o pacote laboral não seja introduzido na regulamentação geral de trabalho do sector.

Os metalúrgicos, incluindo os do sector automóvel, dizem não aos despedimentos, à destruição das empresas, à polivalência e ao pacote laboral do Governo.

Os sindicatos afirmam que as suas propostas são «realistas e possíveis de concretizar». Entretanto, não desistem do aumento intercalar, que pretendem seja de 5 por cento em Janeiro. Insistem também no prosseguimento das negociações.

Professores

A Fenprof (Federação Nacional dos Professores), ao saudar os docentes dos

graus pré-escolar, básico e secundário pela «consciencialização e firme determinação» que mostraram nas 48 horas de greve de 29 e 30 de Novembro findo, afirma que as paralisações dos professores reforçaram claramente «a capacidade negociadora da Fenprof».

Sublinha a mesma federação que, «nesta fase crucial do processo reivindicativo, a percentagem de adesão à greve nacional entre 70 e 75 por cento constitui uma inequívoca demonstração da vontade dos professores portugueses de se oporem às propostas apresentadas pelo Ministério da Educação e pelo Governo, tão distantes da prometida dignificação da carreira docente».

A Fenprof cita os casos do decreto-lei das grelhas salariais, já publicado em 18 de Novembro findo, e o clausulado do 2.º projecto de estatuto da carreira docente, pior ainda em alguns aspectos do que o primeiro, como exemplos claramente significativos da necessidade de lutar por aquela dignificação à qual na prática o Governo não procede.

Entre os aspectos fundamentais da carreira que os professores defendem destacam-se: «a contagem integral do tempo de serviço na transição da carreira; a paridade com as carreiras técnicas da Função Pública, durante o faseamento; a efectiva revalorização material e social da carreira; a inexistência de impedimentos artificiais que impeçam o acesso ao topo; medidas excepcionais para os professores próximos da aposentação».

Entretanto, a Fenprof reuniu-se com a Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), num «clima de diálogo e abertura», que deve continuar em «futuros debates». Na reunião foram abordadas, segundo a Fenprof, «questões que constituem preocupação, tanto dos professores como dos pais, nomeadamente as referentes à gestão e administração das escolas e ao estatuto da carreira docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário».

Ainda na área da Função Pública, mas na Administração Local, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa anunciou para 30 de Novembro findo uma greve de 24 horas do sector operário para «exigir a reabertura do processo negociado». Também aqui é a questão das carreiras o ponto central.

Greve na Viação com adesão quase total

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), ao mesmo tempo que anunciava o o dia nacional de luta de 5 do corrente, afirmava que a greve dos inspectores, examinadores e agentes de viação (termo anunciado para hoje) teve uma adesão que se aproximou dos 100 por cento em todo o País.

Aqueles trabalhadores da Direcção-Geral de Viação, que pelos mesmos motivos já tinham recorrido à greve de 2 dias em Maio, lutam pela revalorização da carreira profissional.

A FNSFP recorda que a greve de Maio obrigou o Governo a negociar um projecto de diploma que «iria dignificar aqueles trabalhadores, mas que até à data (seis meses depois) não teve andamento».



Na Rodoviária Nacional (foto de arquivo) as propostas do ministro, apesar de representarem «uma base para a continuação das negociações», diz a Festru, podem «constituir uma tentativa de isolamento dos trabalhadores da RN». Nesse caso, serão naturalmente reanalisadas as formas de luta a desenvolver

Os sindicatos e a federação responsabilizam o Governo pelos prejuízos causados pela greve.

Ainda na área da Função Pública, mas na Administração Local, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa anunciou para 30 de Novembro findo uma greve de 24 horas do sector operário para «exigir a reabertura do processo negociado». Também aqui é a questão das carreiras o ponto central.

Por outro lado, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU) sublinhava que a desconvocação das greves marcadas para 4 a 7 do corrente na Carris e no Metropolitano e, mais tarde, também na Rodoviária Nacional, tem a ver com o «facto de, nas negociações que decorreram entretanto, os Conselhos de Gerência (CG) terem apresentado valores que, apesar de insuficientes,

se aproximam das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores».

Ao desconvocar as greves, decididas em plenários de trabalhadores, a Festru lamentava, em 30 de Novembro findo, que os CG e o Governo, ignorando os direitos e interesses dos trabalhadores, bem como os transtornos que as greves de transportes provocam junto da população, só agora apresentem valores que deveriam e poderiam ser apresentados desde o início, evitando-se, assim, a elevada conflitualidade que tem existido neste sector fundamental da vida portuguesa».

Elevada adesão na CP

Depois de responsabilizarem o Conselho de Gerência (CG) e o Governo pelo conflito que levou mais uma vez à greve os trabalhadores da

CP, os dirigentes da Federação dos Ferroviários sublinham a elevada adesão às paralisações parciais que devem terminar hoje.

Recordam-se os motivos da greve:

- Por uma revisão justa da tabela salarial para 1990 (a reivindicação da Federação é de 16 por cento, o CG mantém a posição de 11,5 por cento);

- Pela negociação do regulamento de carreiras;

- Pela redução semanal do horário de trabalho de 44 para 40 horas, e da idade da reforma;

- Contra a extinção da Caixa de Previdência dos Ferroviários;

- Por uma nova gestão para a CP.

Estas são as reivindicações apresentadas pela Federação. Recorde-se que o Sindicato dos Maquinistas também participou nas paralizações.

EFFAS

Ainda a via administrativa?

É preciso dar conteúdo prático às reivindicações alcançadas afirmam os representantes de 10 500 trabalhadores

Se até lá se mantiver a actual situação, as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas (EFFAS), além de outras formas de luta, organizam no próximo dia 12, às 10 horas, uma concentração em frente ao Ministério da Defesa, em Lisboa.

A decisão foi aprovada em plenário das ORTs das EFFAS na passada sexta-feira. Uma moção lembra que a legalização do sindicato dos trabalhadores desse sector reconheceu implicitamente um conjunto de direitos que não estão a ser respeitados.

Afirma o plenário que, após 27 dias de espera, o Ministério da Defesa continuava sem responder ao pedido de reunião que lhe fizeram os representantes dos trabalhadores das EFFAS, depois de verificarem que «os únicos trabalhadores — tanto quanto se sabe — que ficaram excluídos da

negociação no novo sistema retributivo e da actualização salarial foram os que pertencem aos estabelecimentos fabris das Forças Armadas e que são cerca de 10 500».

Por esse motivo, foi enviado em 2 de Novembro findo ao Ministério da Defesa um ofício do Sindicato solicitando uma reunião onde fossem discutidas, entre outras, as seguintes matérias:

- Actualização salarial; valorização das carreiras profissionais; regime jurídico; redução do horário de trabalho e condições de trabalho.

Uma das principais exigências — todas razoáveis — do Sindicato dos Trabalhadores dos EFFAS é a abertura imediata de negociações por parte do Ministério da Defesa.

Compreende-se assim a alusão que o plenário de 28 de Novembro faz à via administrativa. Aliás, a moção aprovada e à qual já fizemos referência lembra, logo no

início, que «a prática seguida durante anos, no que diz respeito à definição das condições de prestação de trabalho nos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, foi a via administrativa».

Naturalmente, é essa via que o Sindicato não quer.

Deslocação anulada

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (STEFFAS) anunciava, entretanto, que uma deslocação ao Ministério da Defesa, prevista para antontem, tinha sido anulada, porque o secretário de Estado Adjunto do ministro da mesma pasta acedera a marcar uma reunião com o Sindicato para a semana de 11 a 15 do corrente.

Reformados

Marcha de protesto depois de amanhã

Depois de amanhã, sábado, na baixa lisboeta, o Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos, MURPI, organiza uma marcha de protesto. Entre outros motivos da iniciativa está o facto de um milhão de pensionistas continuarem, mesmo depois dos últimos aumentos, a receber menos de 17 mil escudos mensais.

O desfile em Lisboa faz parte da jornada nacional de protesto e inclui os reformados, pensionistas e idosos do distrito de Setúbal.

Esta forma de luta inicia-se às 11 e 30 com uma concentração no Terrero do Paço (Praça do Comércio) em Lisboa.

Meia hora depois, os participantes desfilarão pela Rua Augusta até ao Rossio, onde haverá nova concentração.

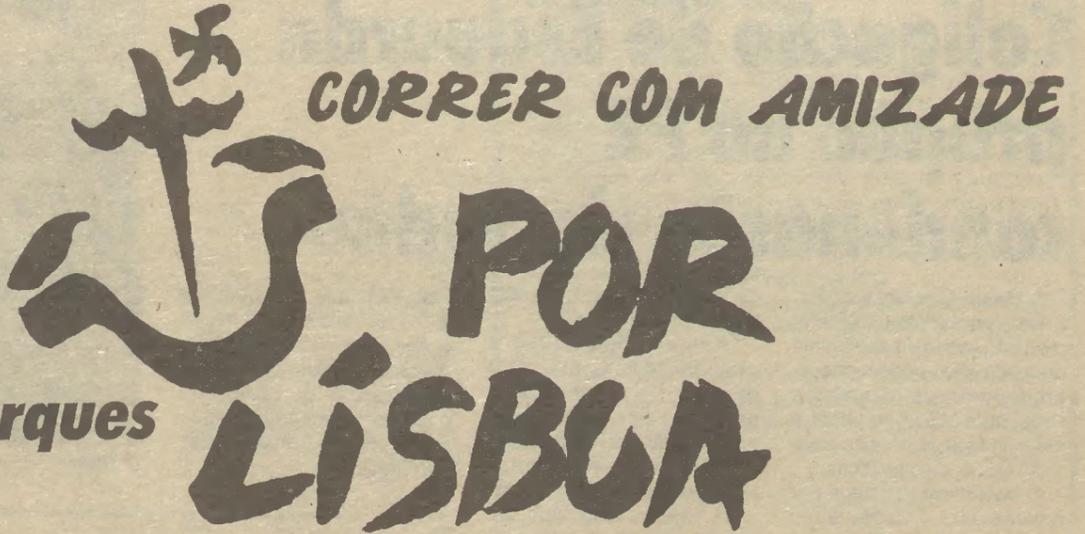
Intervêm representantes do MURPI de Lisboa e de Setúbal, bem como um dirigente nacional.



Frente a São Bento (foto de arquivo)

Amanhã, um feriado diferente na capital

- **Cerca de 2000 atletas em movimento**
- **Carlos Lopes apoia a iniciativa**
- **Rosa Mota e Rafael Marques entre os inscritos**



Cerca de dois mil concorrentes, entre os quais alguns grandes nomes do atletismo português, inscreveram-se na prova «Correr Por Lisboa» que esta coligação, concorrente às próximas eleições autárquicas, promoverá amanhã (sexta-feira), com partida às 10 horas de Monsanto (Estádio Pina Manique) e chegada à Praça do Município, numa distância de 13 quilómetros com passagem pela Ajuda, Alcântara, Av. 24 de Julho, Av. Infante de Santo, Largo do Rato, Av. Liberdade, Restauradores, Rossio e Rua do Ouro.

Haverá prémios para os cinco primeiros de cada escalão e, para além de camisolas para todos os classificados, serão sorteados vários prémios, entre os quais duas viagens à Bulgária (com estadia de 14 dias).

Uma grande corrida popular

Entre os inscritos, contam-se Ezequiel Canário, Domingos e Dionísio Castro, António Leitão, José Regalo, Ar-

mando Aldegalega, Cidália Caetano, Aurora Cunha e Rita Borralho, mas alguns deles fizeram-no apenas a título simbólico, já que terão nessa altura competições no estrangeiro. Quiseram dessa forma demonstrar a sua adesão a uma prova e à ideia que presidiu à sua organização: **Lisboa precisa de uma grande corrida popular.**

Aliás, no mesmo sentido se pronunciaram já os dois campeões olímpicos portugueses, **Rosa Mota e Carlos Lopes**, que aderiram à prova.

Carlos Lopes, que actualmente treina quatro atletas do Imortal de Albufeira (Salvador Pereira, Raul Cruz, Rodolfo Lopes e António Sousa), permanecendo assim estreitamente ligado ao atletismo, dará o tiro de partida. «Lisboa ainda não tem uma grande prova de estrada de nível internacional e é uma pena. E os próximos eleitos autárquicos, deverão fazer um esforço no sentido de que ela venha a ser uma realidade. Daí o meu apoio a esta ideia da prova «Correr por Lisboa», salientou Carlos Lopes.

PROGRAMA-HORÁRIO

- 9.30 h — Início do Festival (Praça do Município) Banda de Música da Soc. Musical e Desportiva de Caneças
- 9.45 h — Exibição do Rancho Folclórico Vendedeiras Saloias de Sintra
- 10.00 h — Partida da Prova (o tiro de partida será dado por Carlos Lopes)
- 10.05 h — Exibição do Grupo Jazzbell
- 10.35 h — Chegada dos primeiros classificados
- 10.45 h — Exibição do Grupo Jazzbell
- 11.00 h — Exibição do Rancho Folclórico Vendedeiras Saloias de Sintra
- 11.20 h — Distribuição de Prémios
- 11.30 h — Exibição do Grupo Jazzbell
- 11.45 h — Exibição do Rancho Folclórico Vendedeiras Saloias de Sintra
- 12.00 h — Fecho — Banda de Música da Sociedade Musical e Desportiva de Caneças

COMISSÃO DE HONRA

Anacleto Pinto, Aniceto Simões, António Leitão, Armando Aldegalega, Aurora Cunha, Carlos Lopes, Cidália Caetano, Dionísio Castro, Domingos Castro, Ezequiel Canário, João Campos, Joaquim Ferreira, José Araújo, José Pinto, José Regalo, Luís Horta, Luís Cunha, Manuel Faria, Rita Borralho, Tavares da Silva, Tomás Paquete.

ESCALÕES

- Juvenis (M/F) — Nascidos em 73/74
 - Juniores (M/F) — Nascidos em 71/72
 - Seniores (M/F)
 - Veteranos I (40/44 anos) a)
 - Veteranos II (45/49 anos) a)
 - Veteranos III (50/54 anos) a)
 - Veteranos IV (55 anos ou mais) a)
 - Veteranas (35 anos ou mais) a)
- a) No dia da prova

Prova de pesca entre Alcântara e Belém

Para além da corrida e do cicloturismo, a Coligação «Por Lisboa» marcou também para amanhã, feriado, uma prova de pesca, cujos pormenores essenciais aqui deixamos já de seguida.



LOCAL DA PROVA

Margem Norte do Tejo — entre a doca de Alcântara e a Torre de Belém.

HORÁRIOS

- 7.00 h — Concentração dos concorrentes
- 7.30 h — Chamada para entrega dos documentos da prova

- 8.00 h — Saida dos concorrentes para pesqueiros, após sorteio
- 9.00 h — Início da prova
- 14.00 h — Final da prova
- 14.30 h — Início da pesagem
- 15.00 h — Encerramento da pesagem
- 18.00 h — Distribuição de prémios na sede da Coligação-Av. Ant.º Aug. Aguiar, 134.

PRÉMIOS

- Presença — T-shirt aos 300 1.ºs inscritos
- Individual — do 1.º ao 10.º classificado
- Equipas — da 1.ª a 5.ª classificada

Descrição do percurso

a partida será dada às 10.00 horas da Pista de Cinza do Estádio Pina Manique, dirigindo-se os atletas pela porta anexa aos campos pelados, virando os atletas à direita pela Estrada de Monsanto, Estrada do Outeiro, Estrada dos Marcos, Rua dos Marcos, Calçada da Ajuda, Rua da Bica do Marquês, Rua D. Vasco, Largo da Boa Hora, Calçada da Boa Hora, Rua Aliança Operária, Rua João de Barros, Calçada da Tapada, Rua Leão de Oliveira, Rua 1.º de Maio, Largo do Calvário, Rua de Alcântara, Largo de Alcântara, Rua Prior do Crato, Praça da Armada, Rua do Sacramento a Alcântara, Av. Infante Santo, Estrela, Rua da Estrela, Rua de S. Jorge, Av. Álvares Cabral, Largo Rato, Rua Alexandre Herculano, Av. da Liberdade, Praça dos Restauradores, Rossio, Rua do Ouro, Rua do Comércio, situando-se a meta na Praça do Município.



Passeio de cicloturismo

A Coligação «Por Lisboa» realiza amanhã (sexta-feira), às 10.30, um passeio de cicloturismo aberto a todos, designado «Amizade por Lisboa», na distância aproximada de 30 km. Este passeio de cicloturismo visará a divulgação de uma prática desportiva saudável entre a população. Terá como ponto de partida e chegada a Praça do Município. Está previsto um serviço de apoio médico aos participantes.

A partida será dada da Rua do Arsenal (junto à Praça do Município), virando à direita para a Praça do Comércio, Av. Infante D. Henrique, Av. Marechal Gomes da Costa, Av. Marechal Craveiro Lopes, Av. General Norton de Matos, Est. do Calhariz Benfica, Est. de

Monsanto, Estrada do Outeiro, Estrada dos Marcos, Ruas dos Marcos, Calçada da Ajuda, Rua da Bica do Marquês, Rua de D. Vasco, Largo da Boa Hora, Calçada da Boa Hora, Rua Aliança Operária, Rua João de Barros, Calçada da Tapada, Rua Leão de Oliveira, Rua 1.º de Maio, Largo do Calvário, Rua de Alcântara, Largo de Alcântara, Rua Prior do Crato, Praça da Armada, Rua Sacramento a Alcântara, Av. Infante Santo, Estrela, Rua da Estrela, Rua de S. Jorge, Av. Álvares Cabral, Largo do Rato, Rua Alexandre Herculano, Av. da Liberdade, Praça dos Restauradores, Rossio, Rua do Ouro, Rua do Comércio, Praça do Município.
Bom passeio!

Camaradas Falecidos

Adriano Neto Nobre

No passado dia 23 faleceu o camarada **Adriano Neto Nobre**, de 80 anos, antifascista respeitado pelo povo da Marinha Grande.

Militante do PCP há cerca de 60 anos, Adriano Nobre — como acentua a Concelhia local do Partido — foi um dos mais destacados dirigentes do movimento operário nas décadas de 30 e 40, tendo participado na direcção de inúmeras greves locais e nacionais (M.º Grande, Campanhã, Oliveira de Azeméis, «greve dos rolões» pelo aumento dos terceiros ajudantes, etc.). Foi preso e torturado por várias vezes, mas nunca desistiu da luta contra a tirania fascista. Operário vidreiro desde os 7

anos de idade, foi um dos fundadores do Sindicato dos Lapidários, que viria a dar origem ao Sindicato Nacional da Indústria Vidreira.

Forçado a fugir para Espanha, com José Gregório e outros, aquando da ilegalização do sindicato em 1933, regressou pouco mais tarde com aqueles camaradas para participar activamente na preparação e realização do levantamento do 18 de Janeiro de 1934. Preso em 22 desse mês, foi desterrado para Angra do Heroísmo, onde passou 6 anos de prisão. Regressado em 1940, volta a integrar-se na organização clandestina do Partido. E em 43 é designado para representar a organização da Marinha Grande no I Congresso clandestino

do Partido, acabando por ser substituído por Agostinho Saboga devido a doença. Em 46 viria a participar no II Congresso clandestino do Partido onde fez uma intervenção sobre a organização local. Em 1947 foi de novo preso, passando então por Caxias e pelo Aljube.

O funeral de Adriano Nobre realizou-se no passado dia 24, com a presença de muitas centenas de pessoas, incluindo representantes de organizações democráticas de diversos quadrantes. Para a família e especialmente para a sua companheira de sempre, Maria da Conceição, os comunistas da Marinha Grande e todo o Partido manifestam profundo pesar e toda a solidariedade.

Diogo Albino Panasco

Antigo operário da construção civil, faleceu recentemente com 80 anos o nosso camarada **Diogo Albino Panasco**, que conheceu as prisões da Pide. Até aos momentos finais da sua vida manteve-se activo, desempenhando tarefas de tesouraria no Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), de Évora.

Manuel de Sousa Alexandre

Membro da organização da freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada, faleceu no passado dia 24 o militante comunista **Manuel de Sousa Alexandre**, operário da antiga Parry & Son.

António Carvalho dos Santos

Reformado, ligado ao sector portuário e organizado na freguesia lisboeta de S. Miguel, faleceu recentemente o camarada **António Carvalho dos Santos**, de 64 anos, militante do Partido há vários anos.

José Silvestre Roque

Faleceu recentemente com 72 anos de idade o camarada **José Silvestre Roque**, destacado militante comunista em Albufeira, no Algarve. Membro do Partido desde 1974, pertenceu à Comissão Concelhia local do PCP e foi, entre 1976 e 1985, vereador na Câmara Municipal de Albufeira.

Inocêncio Pinto da Silva

Natural de Arouca, residente no Caramulo (concelho de Tondela), faleceu o nosso camarada **Inocêncio Pinto da Silva**, de 85 anos, enfermeiro, aposentado.

Carlos Neves Ribeiro

Da organização do Partido na freguesia de S. João de Brito chegou-nos a informação do falecimento do camarada **Carlos das Neves Ribeiro**, de 84 anos. Desenvolveu intensa actividade no Partido.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Parlamento Europeu

Coligação de Esquerda propõe no PE condenação do Sudão

O Grupo Coligação de Esquerda apresentou no Parlamento Europeu uma proposta de resolução condenando as arbitrariedades cometidas pela Junta Militar no poder e exigindo a libertação imediata dos presos políticos.

O documento começa por recordar que o Sudão é um dos países signatários da Convenção de Lomé, bem como as preocupações da Comunidade Internacional «face aos horrores da guerra civil» naquele país, considerado como um dos mais pobres do mundo.

Chama a atenção, por outro lado, que o golpe de Estado liderado pelo general Omar Hassan Ahmed El-Bechir, em 30 de Junho último, pôs termo ao sistema parlamentar, proibiu os partidos políticos e pôs em causa a Conferência constitucional que visava encontrar uma solução negocia-

da para o conflito armado Norte-Leste no Sudão.

Lembra, também, que a Junta Militar instaurou tribunais especiais com poderes para declarar a pena de morte, o que faz temer pela vida dos prisioneiros, em particular pelas vidas de Mohamed Ibrahim Nogoudé, secretário-geral do Partido Comunista sudanês, deputado; El Tigani, chefe de redacção do «Al Midan»; Sodek Mahdi, dirigente do Partido Oumma; Sid Ahmed Al Hussein, membro do PDU, deputado; Sid Ahmed Khalifa, jornalista e chefe de redacção do «Al Watau» e Hassan El Tomabi, chefe da Frente Nacional Islâmica.

Face a esta situação, o Grupo Coligação de Esquerda considera que o Parlamento Europeu deve condenar as prisões arbitrárias e pedir aos Ministros dos Negócios Es-

trangeiros que procurem por todos os meios ao seu alcance obter a libertação imediata de todos os presos políticos, o fim da repressão e o restabelecimento das liberdades políticas, sindicais e de informação.



O Sudão é um dos países mais pobres do mundo



As pequenas e médias empresas têm de ser protegidas pela comunidade

Compromisso satisfatório para a construção civil

Na última sessão do Parlamento Europeu o deputado comunista Carlos Carvalhas pronunciou-se favoravelmente sobre a directiva que coordena as disposições legislativas relativas aos processos de recurso em matéria de adjudicação dos contratos de obras públicas e fornecimentos.

Para aquele deputado, a posição comum do Conselho sobre a matéria, apesar das suas insuficiências, representa um «compromisso satisfatório».

Fazendo notar que o relatório apresentado «chama a atenção para os pontos divergentes entre a posição do Parlamento e a posição comum», Carlos Carvalhas salientou que se está perante uma segunda leitura «de questões importantes relativas à construção do Mercado Único».

Assim - disse - são dadas maiores garantias às instâncias nacionais administrativas ou jurisdicionais em detrimento da Comissão, e o mesmo se passa em relação às instâncias de recurso e à possibilidade de suspender um processo.

Para Carlos Carvalhas, este tema diz igualmente respeito aos trabalhadores e aos seus salários, bem como às

pequenas e médias empresas.

Sublinhando que «o compromisso é considerado satisfatório, nomeadamente pelas associações das empresas interessadas», Carlos Carvalhas considerou não ser necessário «modificar tal compromisso que poderia ter consequências desfavoráveis».

Não deixou no entanto de deixar claro que os deputados do PCP não estão de acordo «que sejam dados poderes à Comissão susceptíveis de ferir o ordenamento jurídico português», ao mesmo tempo que frisava a necessidade de «ter em conta a estrutura empresarial das empresas de construção civil dos países periféricos de economias mais débeis, como é o caso de Portugal».

Para o deputado comunista, aquelas empresas necessitam de protecção e de terem a possibilidade de um acesso privilegiado aos mercados públicos, em nome do princípio da coesão económica e social.

É preciso ter em conta - disse - as pequenas e médias empresas que numa concorrência desenfreada seriam esmagadas, tal como não se pode esquecer as questões do emprego e da sua precariedade.

Prosseguir e reforçar o programa ERASMUS

O programa de acção comunitária em matéria de mobilidade dos estudantes (ERASMUS) deve ser continuado e reforçado, com base na experiência adquirida, de forma a serem encontradas as respostas adequadas às lacunas na sua aplicação.

Quem o defendeu foi o deputado Joaquim Miranda, ao intervir no debate sobre a matéria quando o plenário do PE apreciou o relatório de Coimbra Martins sobre as propostas da Comissão ao Conselho a propósito deste assunto.

Salientando que o referido programa tem merecido a maior receptividade por parte das Universidades, quer pelos objectivos que se propõe atingir, quer pelas acções que no seu âmbito se desenvolvem, Joaquim Miranda chamou a atenção para a exiguidade dos meios financeiros que são postos à disposição do ERASMUS.

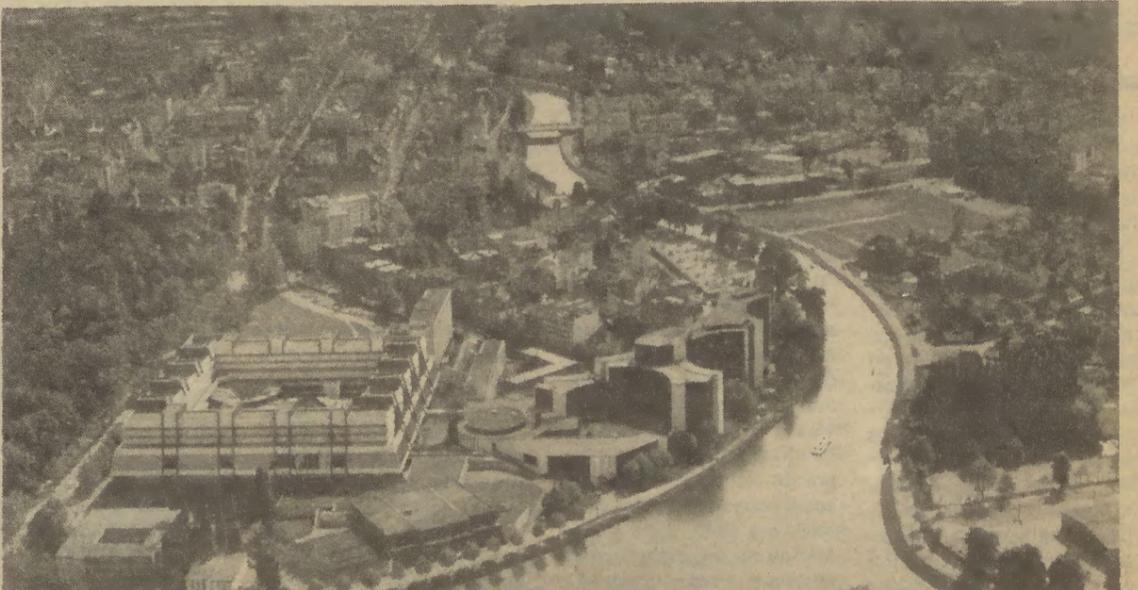
Trata-se — disse aquele deputado — de um problema mais global que atinge o conjunto das acções nos domínios da cultura, da educação, da informação, da juventude e para os quais a inscrição de menos 0,8 por cento do orçamento reflecte a subalternização a que são remetidas as questões sociais e culturais, sem as quais não é possível falar nem em Europa dos cidadãos nem em espaço social.

Esta realidade, segundo o deputado do PCP, não impede que o problema assuma particular relevo no que se refere ao programa ERASMUS, quer pelos aspectos positivos que ele comporta, quer pelas expectativas geradas em seu torno. Pelo que importa que o programa possa vir a contar com mais meios, até tendo em consideração o facto de, após 1985, a Comunidade contar com mais dois países: Portugal e Espanha.

A carência de meios junta-se, por outro lado, a questão dos critérios a seguir na distribuição dos fundos por cada Estado. Como disse a propósito Joaquim Miranda, «se constantemente temos a referir as diferenças de desenvolvimento que separam os Estados-membros, importará neste momento ter presente que as Universidades, e bem assim os professores e alunos destas, não são ilhas nos países em que estão implantados», pelo que «se em alguns destes países se verificam atrasos, eles reflectem-se obviamente naquelas Universidades».

Neste contexto, os comunistas portugueses consideraram da maior importância as propostas da Comissão que apontam para a necessidade de consagrar dois novos critérios, relacionados com a situação periférica de certos países e com os desniveis de custos de vida entre os Estados-membros.

Como fez notar Joaquim Miranda, «o actual critério do número de estudantes no ensino superior introduz, caso não sejam seguidos factores de ponderação, situações de desfavor para países de menor desenvolvimento, particularmente para aqueles em que se verificam apertados «numerus clausus», como acontece em Portugal.



Ao PE também chegou as preocupações com a situação internacional

A situação na América Central

A política do Parlamento Europeu face à resolução dos conflitos e o desenvolvimento dos países da América Central foi também tema de uma intervenção recente do deputado Joaquim Miranda, para quem as referidas questões passam pelo acatamento e implementação dos Acordos de Esquipulas II, confirmados e aprovados na Cimeira de Tela.

Para aquele deputado, o PE deverá orientar a sua acção na procura de uma paz duradoura na região sublinhando «os passos positivos e mesmos exemplares que vão sendo dados por algumas das partes envolvidas e interessadas». Destaca, neste caso, «as propostas e as acções das autoridades da Nicarágua, substanciadas e evidenciadas quer por uma permanente disponibilidade para o diálogo, quer pela decisão de realizar eleições», apesar da «intensificação dos ataques dos «contras», nomeadamente contra objectivos civis de que têm resultado perdas de vidas entre a população».

Joaquim Miranda defendeu ainda que o PE deve ainda insistir junto dos governos cujas práticas não se coadunam com o espírito e a letra dos Acordos de Esquipulas II para o seu completo acatamento, citando em particular o governo ARENA de El Salvador. «Não pode tolerar-se, afirma aquele deputado, que um tal governo assinasse tais acordos e, entretanto, mantenha uma efectiva indisponibilidade para o diálogo, produza e incentive ameaças públicas e atentados contra entidades eclesíásticas, fomenta a actividade dos esquadrões da morte e crie, assim, o caldo de cultura propício ao desenvolvimento dos conflitos militares no país», com as consequências dramáticas que se conhecem e os inevitáveis efeitos negativos ao nível da região.

Foi neste espírito que os deputados comunistas apoiaram a sugestão do envio de uma delegação do Parlamento Europeu a El Salvador.

Acordo de Pesca entre a CEE e a Namíbia

Até ao momento, os recursos pesqueiros da Namíbia têm estado à mercê de uma verdadeira pilhagem por parte dos barcos de diversos países. Com a proclamação da independência, no entanto, é mais do que previsível que a Namíbia declare a sua zona exclusiva em matéria pesqueira, de forma a assegurar a protecção e gestão racional dos seus recursos.

Assim sendo, importa saber se a Comissão das Comunidades está decidida a empreender conversações com a Namíbia com o objectivo de assinar um acordo de cooperação em matéria de pescas, visando justamente a melhoria da gestão dos recursos, das infra-estruturas portuárias e a continuação da actividade dos barcos comunitários naquela zona.

A questão foi já levantada pelos deputados comunistas, que aguardam informações sobre o assunto.

Internacional

Checoslováquia/68

Declaração do Tratado de Varsóvia

No fim dos trabalhos da cimeira do Tratado de Varsóvia, realizada em Moscovo para apreciação dos resultados de Malta, foi feita uma importante declaração pública sobre os acontecimentos de 68, na Checoslováquia, agora considerados como uma ingerência nos assuntos internos de um Estado soberano.

Subscvem a declaração os cinco países cujas tropas entraram, em 1968, na Checoslováquia: URSS, Hungria, Polónia, RDA e Bulgária.

Na declaração afirma-se nomeadamente que «interrompendo o processo de renovação democrática na

Chcoslováquia, essas acções ilegais tiveram consequências negativas a longo prazo».

Em declarações anteriormente proferidas em Itália, e em referência aos acontecimentos da Checoslováquia, em 68, Gorbachov havia avançado a ideia de então

não terem sido «aproveitados até ao fim os métodos políticos e outros de que dispunham as partes, inclusive os dirigentes soviéticos, para se ter uma atitude correcta em relação à situação na Checoslováquia».

Para o dirigente soviético, o que aconteceu reflectiu «o carácter anormal» do processo que ocorria na Europa e no mundo em geral, num período em que a corrida aos armamentos atingia novos níveis e a confrontação ideológica adquiria formas extremamente agudas. Neste contex-

to, considerou, mudanças e acontecimentos análogos provocavam reacções inadequadas em relação ao que seria de esperar numa situação normal.

Entretanto, o actual primeiro-ministro da Checoslováquia, Ladislav Adamec, propôs a criação de um grupo de historiadores dos cinco países do Tratado de Varsóvia que participaram na intervenção militar na Checoslováquia, em 1968, para reexaminar a evolução dos acontecimentos nesse momento dramático da história do país.

Nota do Secretariado do Comité Central sobre os acontecimentos na Checoslováquia em 1968

1. No dia 4 do mês corrente, foi difundido um comunicado conjunto de dirigentes da URSS, Bulgária, RDA, Polónia e Hungria relativo à intervenção na Checoslováquia em 1968 das tropas do Tratado de Varsóvia, compostas por contingentes desses cinco países.

O comunicado considera que, tendo interrompido o processo de renovação democrática na Checoslováquia a intervenção teve consequências negativas a longo prazo e sublinha que «a história comprova que, por mais complexa que seja a situação internacional, é extremamente importante nas relações internacionais a resolução política de todos os problemas e o respeito rigoroso dos princípios de soberania, independência e não ingerência nos assuntos internos — o que está em sintonia com o Tratado de Varsóvia».

Na mesma data de 4 de Dezembro o governo soviético publicou uma declaração em que sublinha que «não foi sempre tida em conta a necessidade da renovação socialista e da análise realista dos acontecimentos em curso», que «em 1968 a direcção soviética de então atendeu à posição de uma só parte na disputa na Checoslováquia, motivando pelo grave confronto entre o leste e o oeste uma atitude inadequada e a ingerência nos assuntos internos de um país amigo». O governo soviético (conclui a declaração) «compartilha da opinião da presidência do CC do Partido Comunista e do Governo da Checoslováquia segundo a qual a entrada das tropas dos cinco países socialistas em 1968 não teve fundamento

e a respectiva decisão, no contexto dos factos agora conhecidos, foi errónea».

2. Estas declarações merecem necessariamente atenção e estudo e constituem um importante acontecimento na análise crítica da história e na vida internacional.

É de sublinhar entretanto que a análise histórica de acontecimentos ocorridos há dezenas de anos, por ser objectiva e rigorosa, não pode ser realizada apenas na base de critérios adequados à situação internacional actual (desanuviamiento, relações de cooperação da URSS com os Estados Unidos, passos importantes na redução dos armamentos, etc.), situação radicalmente diferente da situação então existente.

É de lembrar que, nos fins da década de 60, se atravessava um período de grande tensão internacional. Tivera lugar poucos anos antes a guerra de agressão dos Estados Unidos contra a Coreia popular e socialista. O imperialismo norte-americano lançara e conduzia uma guerra feroz contra o Vietname. Sucediavam-se as agressões, ingerências e intervenções militares do imperialismo contra Estados independentes e povos em luta. Intensificava-se a agressão de Israel no Médio Oriente. Também Portugal fascista lançava e conduzia as guerras coloniais contra os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Os Estados Unidos cercavam a União Soviética com bases militares da Europa ao Extremo-Oriente. Eram postas em causa a integridade das fronteiras saídas da 2.ª Guerra Mundial. Com a corrida frenética aos

armamentos, o imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano, punha como seu objectivo estratégico alcançar a superioridade militar sobre a União Soviética e os países socialistas.

Na avaliação dos acontecimentos e decisões de 1968, além da situação interna na Checoslováquia, tem necessariamente de ser também considerado o quadro mundial existente na época.

3. Entretanto a vida — tanto pela evolução da situação e graves fenómenos negativos registados em vários países socialistas, como pela *perestroika* e outros processos de renovação visando o reforço e desenvolvimento do socialismo — trouxe novas e importantes experiências e lições que tornam inteiramente lícito o reexame de decisões e acontecimentos passados. As declarações de 4 de Dezembro dos cinco países do Tratado de Varsóvia e do Governo Soviético, e a própria referência na nota do Governo Soviético a «factos agora conhecidos», obrigam a uma nova reflexão, a uma análise mais aprofundada e a conclusões daí decorrentes, não apenas relativas aos acontecimentos da Checoslováquia e à intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia em 1968, mas relativas à evolução ulterior da situação, aos problemas e às crises que se registam numa série de países socialistas, nomeadamente na Checoslováquia.

6 de Dezembro de 1989

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

PCP, encontro com a OLP

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, recebeu na sede do PCP Abu Jaafar, Director do Departamento Político da

OLP, que estava acompanhado por Issam Beiseisso, representante da OLP em Portugal e por Haiel Alfahoum, chefe da secção da Europa

Ocidental no Departamento Político e Ahmad Abdelrajek, adjunto do Delegado Permanente da Palestina em Paris.

Durante o encontro foram

trocadas opiniões acerca da luta do povo palestino, particularmente sobre o levantamento popular palestino (Intifada) contra a ocupação israelita, assim como sobre a situação na região.

Álvaro Cunhal que se encontrava acompanhado de Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, expressou a solidariedade do PCP à luta do povo palestino pelo seus inalienáveis direitos nacionais, tendo defendido que o Governo português deveria reconhecer a Proclamação do Estado Palestino, e, neste espírito, a elevação do estatuto da missão da OLP em Lisboa ao nível de Embaixada, como já reconhecem outros países da Europa Ocidental.



Palestina em luta

Num momento em que se comemora o aniversário do início da Intifada, a Direcção Unificada do Levantamento Palestino apelou à OLP para que prossiga as iniciativas de paz e à população dos territórios ocupados para que incremente «a sua insubmissão ao ocupante israelita». Uma greve geral paralisou entretanto os territórios ocupados e Jerusalém Leste, como protesto contra a repressão que atinge neste momento a cidade velha de Nablus. Continuam os assassinatos, a tiro, de palestinos pelas tropas israelitas.

Entretanto, o Egipto comunicou oficialmente aos Estados Unidos a resposta da OLP ao plano Baker para o Médio Oriente.

Não é ainda conhecido o teor da resposta. Entretanto é conhecido que a direcção palestina só considera haver condições para negociar com o governo de Israel, desde que seja reconhecida a OLP na formação da delegação palestina, e que o processo conduza à convocação de uma conferência internacional.

Filipinas, situação incerta

Uma tentativa de golpe de Estado militar contra o governo de Corazón Aquino, foi no fundamental neutralizada, embora se mantenham ainda focos de luta.

Não se espera, entretanto, uma estabilização da situação. A extrema-direita ameaça com actos terroristas e uma «guerra de libertação nacional». Entretanto, todas as forças de oposição põem em causa o pedido de auxílio à força aérea norte-americana, feita por Aquino e pelo seu ministro da Defesa, Fidel Ramos.

A Frente Democrática Nacional, organização clandestina, ligada ao Partido Comunista Filipino «condenou a intervenção americana e a traição vergonhosa da soberania nacional perpetrada pela fracção Aquino-Ramos». «O imperialismo americano já fixou o preço a pagar: a manutenção das bases americanas no país», afirma o comunicado da Frente.

RDA responde a Kohl

Egon Krenz, chefe de Estado da RDA afirmou, numa primeira reacção ao plano para uma futura reunificação, apresentado pelo chanceler Kohl, da RFA, que a reunificação num único Estado não está na ordem do dia.

Krenz adiantou, por outro lado que, quando «sob a palavra confederação se entende a existência de dois Estados alemães independentes e soberanos, então tudo é possível».

RDA, demite-se direcção do PSUA

O Comité Central e o Politburo do Partido Socialista Unificado Alemão, demitiram-se em bloco. Foi entretanto criado um grupo de trabalho destinado a preparar o congresso extraordinário, cujos trabalhos se deverão iniciar dia 15.

O grupo de trabalho é presidido por Herbert Kroger, actual primeiro-secretário da organização distrital de Erfurt.

Antes de se demitir em bloco, o CC do PSUA expulsou do partido 12 antigos dirigentes, entre os quais Erich Honecker, sob acusação de graves violações dos estatutos do PSUA, e ainda abusos de poder.

Namíbia, fim dos trabalhos da comissão tripartida

Angola, Cuba e África do Sul expressaram a sua satisfação pela conclusão exitosa das eleições na Namíbia.

Num comunicado distribuído ao princípio da noite de segunda-feira no termo da sexta ronda de conversações tripartidas da comissão de verificação dos acordos de Nova Iorque, as partes exortaram à contínua cooperação conjunta e à ascensão da independência da Namíbia nas melhores circunstâncias possíveis.

As delegações angolana, cubana e sul-africana reafirmaram a necessidade de se propor a manutenção da lei e da ordem para que o processo de reconciliação nacional prossiga em condições normais.

Reiterando a responsabilidade da África do Sul em relação à administração da Namíbia durante o processo de transição à independência, as partes apelaram à comunidade internacional a prestar o seu apoio financeiro.

Em relação à presença em território namibiano de elementos sul-africanos sob a dependência do administrador-geral para a Namíbia e que exercem funções civis, a parte sul-africana ofereceu-se a retirá-los logo que possível.

A comissão passou em revista os mecanismos conjuntos de verificação do comité conjunto de inteligência e decidiu manter o seu centro de revisão e avaliação em Windhoek.

A delegação cubana informou sobre o processo de retirada das tropas em Angola e por último a comissão decidiu que a próxima ronda se realize em Angola em 1990.

Venâncio de Moura considerou a sessão como tendo decorrido numa atmosfera de «franca colaboração».

Internacional

Cimeira de Malta

«O mundo rompeu com a guerra fria»

- diz Gorbatchov

«O mundo rompeu com a guerra-fria e entra, como pensamos e esperamos, num longo período de desenvolvimento pacífico». Esta a apreciação avançada por Gorbatchov, já depois de Malta, no encontro realizado em Moscovo com os representantes dos países do Tratado de Varsóvia. Apreciação que não contradiz a recomendação, ainda em La Valetta, de não exagerar o optimismo. Antes se trata de componentes interligadas de uma mesma realidade. Um decidido movimento rumo ao desarmamento, mas que só se poderá ir concretizando, sabendo encarar de frente os escolhos.

De qualquer forma não será de mais lembrar aqui que, quando Gorbatchov apresentou o plano soviético para o desarmamento nuclear até ao ano 2000, poucos seriam os que então iriam imaginar os avanços registados nestes escassos anos no quadro político internacional.

O encontro cimeira de Malta, que quase simbolicamente acabou por se realizar numa embarcação civil, o paquete soviético «Máximo Gorki»,

não tinha por objectivo a assinatura de acordos concretos. Entretanto, tudo indica, que o terreno foi preparado para a assinatura de tais acordos.

Na conferência de imprensa conjunta dos presidentes soviético e americano, com que se encerrou o encontro, Gorbatchov sublinhou que os elementos positivos evidenciados durante as conversações permitem esperar progressos, em particular a redução em 50% dos armamentos

estratégicos ofensivos. A URSS e os EUA, disse o presidente soviético, encaram com optimismo a possibilidade de concluir em Viena, no próximo ano, o respectivo acordo. Os dois presidentes expressaram o desejo recíproco de assiná-lo ao mais alto nível.

Um outro avanço muito concreto, no domínio dos acordos de desarmamento: a assinatura de um acordo sobre redução de armas convencionais na Europa.

Na sequência do encontro de Bush com os dirigentes de NATO, realizado em Bruxelas, logo após a cimeira de Malta, dava-se como quase certo que em fins de Junho ou princípios de Julho do próximo ano se reuniria em Viena uma cimeira dos 16 países da NATO e dos sete do Tratado de Varsóvia, para a assinatura de uma convenção sobre redução de armas convencionais.

Para o presidente americano tal acordo teria de anteceder qualquer nova cimeira de Helsínquia, proposta por Gorbatchov em Itália.

Outro domínio em que se avançou, foi no das armas químicas. Embora se mantenha a resistência dos Estados Unidos a um tratado de pura e simples destruição de tais armas, Washington admite agora a suspensão da produção das armas químicas binárias, particularmente perigosas.

No domínio - importante - da economia, abriram-se finalmente portas para uma «cooperação económica normal» por parte dos EUA com a União Soviética.

Pontos de discórdia: a necessária negociação para redução das forças navais, que os EUA continuam ainda a recusar, e a América Central. Neste ponto, Gorbatchov garantiu não haver envio de

armas soviéticas para a zona, mas lembrou que Washington aposta ainda no derrube do governo sandinista da Nicarágua.

O balanço é, portanto, globalmente positivo.

Em entrevista à televisão soviética, ainda em La Valetta, Gorbatchov considerou mesmo que tinham sido ultrapassadas as expectativas.

É verdade que as declarações de princípio afirmadas publicamente nem sempre correspondem à prática política concreta. Bush disse, por exemplo: «somos capazes de dar o nosso contributo para acabar com a divisão da Europa e a confrontação militar. Devemos ainda pôr termo à violência e aos sofrimentos que afectam tantas regiões do mundo e eliminar a ameaça do nosso futuro».

Entretanto, e enquanto o presidente americano faz tão encorajadoras afirmações, armas americanas continuam a ser enviadas para os «contra», na Nicarágua e para a Unita, em Angola.

Factos que importa ter sempre presentes, na avaliação das realidades, sem com isso minimizar a importância dos passos que estão a ser dados para uma outra realidade internacional.

Depois de Malta

À cimeira de Malta, sucederam-se, de imediato, reuniões em Bruxelas e Moscovo, para informação e debate, pela NATO e Tratado de Varsóvia, dos avanços registados no diálogo.

Destas reuniões resultou de imediato uma concretização da possibilidade da assinatura de uma convenção sobre armas convencionais, este Verão, em Viena. O que, no equilíbrio de posições a considerar, abre vias, quer para a nova cimeira de Helsínquia, proposta por Gorbatchov em Itália, quer para um debate sobre a liquidação de facto do armamento nuclear na Europa.

Entretanto, por parte da NATO, muito embora se manifeste confiança (naturalmente numa perspectiva muito própria) nos importantes processos de renovação em curso em vários países socialistas, e declaradamente na perestroika, reafirma-se a recusa de avançar para a dissolução dos pactos militares, e defende-se (são palavras de Bush) que «agora, mais do que nunca, esta aliança (a NATO) é a base de uma mudança pacífica na Europa».

Realidade complexa, que foi analisada na reunião do Tratado de Varsóvia, em Moscovo, onde Gorbatchov, sublinhou que o mundo rompeu com a guerra-fria e tende a entrar num longo período de desenvolvimento pacífico, e simultaneamente disse que «permanece ainda muito desse período (da guerra-fria) nas concepções e na política externa de certos Estados».

Realidades contraditórias, sem dúvida, mas por estes caminhos, difíceis embora, que se está a avançar no sentido de uma paz sólida. Com todas as consequências - inegavelmente positivas - que a paz tem para todos nós

Gorbatchov em Itália

«Chegou o momento em que devemos sentar-nos à mesa das conversações e examinar as bases em que se deve desenvolver no futuro o processo de Helsínquia, conferindo-lhe um novo conteúdo». Uma proposta de Gorbatchov, divulgada na intervenção na câmara municipal de Roma, no âmbito da visita realizada a Itália em vésperas de Malta. Gorbatchov sublinhou então que uma nova Helsínquia é hoje um imperativo, devido às transformações que estão a ocorrer na Europa e em todo o mundo.

Na opinião do dirigente soviético, um dos passos a dar, é atribuir à NATO e ao Tratado de Varsóvia um carácter predominantemente político em detrimento do militar. Para o que há também que reorientar as doutrinas militares, reestruturar as forças armadas de ambas as partes e pensar nessa conferência em novas estruturas, organizações e mecanismos destinados a reforçar a segurança.

Em conferência de imprensa realizada em Milão, de balanço da viagem oficial a Itália, Gorbatchov informou que nas conversações com os dirigentes italianos, foram expressas posições coincidentes no que se refere ao respeito da opção de cada povo, sem mútuas ingerências. Respeito ainda pela cultura, tradições e psicologias próprias.

Numa referência às transformações em curso na Europa, foi abordada a questão dos dois Estados alemães, afirmando Gorbatchov que «hoje seria injustificado e artificial forçar a reunificação da Alemanha». O dirigente soviético considerou, a propósito, que «o futuro da civilização, de todos nós, da Europa e dos dois Estados alemães será determinado pela História», e que, entretanto, as mudanças que decorrem na RDA e da RFA «criam grandes possibilidades para o au-

mento da cooperação e do intercâmbio entre estes Estados».

Declaração conjunta

Da visita do presidente a Itália, resultou a assinatura de vários acordos bilaterais sobre o desenvolvimento económico, industrial e tecnológico, a materialização de projectos científicos, a realização de pesquisas no domínio da protecção do meio ambiente e no estudo do espaço.

Foram ainda assinados outros documentos sobre a conversão da indústria militar e a prevenção e aviso em casos de emergência.

Culminou a visita, a assinatura de uma declaração comum soviético-italiana, que inclui 8 pontos que abarcam os mais diversos temas, que vão do desarmamento aos direitos humanos, passando pela protecção do meio ambiente, as relações económicas leste-oeste e norte-sul.

As duas partes consideraram que «o mundo deve ser livre dos males de uma guerra nuclear e da ameaça de uma catástrofe nuclear» e que «o desenvolvimento das relações políticas deve ser acompanhado de progressos rápidos nas conversações sobre o desarmamento nuclear, convencional e químico».

As conversações de Viena, de Genebra e a observância do Tratado DAM de

1972, são meios apontados como forma de conseguir estes projectos.

A URSS e a Itália pretendem empenhar-se na elaboração de acordos destinados a estabelecer normas ecológicas obrigatórias.

O documento fala da criação de «condições para a complementaridade das economias dos países de leste e oeste, norte e sul».

No que se refere aos direitos humanos, a declaração foca a necessidade de rever as leis nacionais de modo a corresponderem aos regulamentos e acordos internacionais.

Afirma-se que a futura estrutura internacional deve assentar, cada vez mais, nos valores universais da liberdade, tolerância étnica, religiosa e de outra índole e no pluralismo.

Ambas as partes pensam que a Europa pode dar um original contributo para um período de paz em vésperas do terceiro milénio, e afirmam que a URSS e a Itália concentrarão os seus esforços na formação, à escala europeia, de uma grande homogeneidade jurídica, ecológica, cultural e científica.

Encaram com optimismo a resolução política dos conflitos regionais e estão dispostos a contribuir para criar condições favoráveis à consolidação da segurança e confiança.

Espaço económico europeu

A União Soviética, que «contribuiu para a mudança da situação política no mundo», quer agora «fazer funcionar essa mudança em favor da normalização do desenvolvimento da economia internacional», afirmou Gorbatchov, em encontro, em Mi-

lão, com representantes dos meios de negócios e finanças italianos.

Para a criação de um «espaço económico europeu», o dirigente soviético propôs, como primeiro passo de uma «estrutura organizativa básica», que permita avançar rumo ao espaço económico europeu a criação de um «mecanismo de consultas», envolvendo a CEE, a EFTA e o CAME.

Em perspectiva, «um processo em que países e estruturas de integração com características económicas diferentes participem em pé de igualdade».

Gorbatchov sublinhou em particular a «interdependência» e a necessidade de «ultrapassar a divisão do mundo» e criticou as políticas que «criam deliberadamente obstáculos à igualdade e reciprocidade de vantagens».

A «nova era», sublinhou o dirigente soviético, «é impen-sável sem a renovação das bases da economia internacional e a criação de um verdadeiro mercado mundial, livre de excepções e discriminações».

Gorbatchov com o Papa

A URSS e o Vaticano chegaram a acordo em conferir um carácter oficial às relações entre os dois Estados, cuja forma será determinada pelos respectivos departamentos diplomáticos.

Gorbatchov informou ainda que durante o encontro foi analisada a possibilidade de uma próxima visita do Papa à União Soviética.

Estes os resultados concretos do encontro, que se pode considerar histórico, entre o dirigente soviético e o Papa.

«A greve dos 5 mil operários da Lisnave eclodiu como resposta inevitável à terminante recusa patronal de dar satisfação às suas justas reivindicações: aumento geral de 25\$00 diários; pagamento de 30 dias e fim das horas extraordinárias.

A greve teve início nos estaleiros da Margueira, no dia 11 de Novembro às 13.30h. Cerca de 1.500 operários concentraram-se em frente da Administração. Grupos de operários, totalizando cerca de 300, percorreram os barcos, chamando os seus camaradas para a luta. A empresa ficou ocupada dia e noite pelos operários, permanecendo estes de braços caídos junto das máquinas. No dia seguinte, mais de metade do pessoal do escritório aderiu também à greve.

Nos estaleiros de Lisboa (Rocha do Conde de Óbidos), informados pelos seus camaradas da Margueira, os operários lançaram-se em greve. A partir das 13 horas do dia 12 a greve era geral nos estaleiros da Lisnave.

No dia 12, agentes da Pide vestindo fatos-macacos procuram criar a confusão e a divisão gritando «A malta vai pegar à uma!», mas não conseguiram enganar ninguém. (...)

No dia 13, às 3 da madrugada, a empresa foi brutalmente invadida pelas forças da GNR a cavalo e brigadas de choque da PSP com cães-polícia e metralhadoras. Centenas e centenas de trabalhadores, envergando os seus fatos de trabalho, saíram sob escolta policial, com os canos das metralhadoras junto às costas, pelo crime de defenderem o seu pão.

As forças policiais voltaram a intervir nesse mesmo dia de manhã para impor aberta e escandalosamente as exigências do patronato aos trabalhadores, que se apresentavam decididos a prosseguir a greve: só podia entrar quem tivesse mais de 5 anos de casa; quem se compromettesse a dar bom rendimento no trabalho; quem quisesse fazer horas extraordinárias; quem concordasse em receber o irrisório aumento de 8% estabelecido pela empresa.

Nos estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos, os 2.300 operários ofereceram uma corajosa resistência à repressão, defendendo-se dos cães e das coronhadas com ferros e instrumentos de trabalho.

No dia 15, os estaleiros da Lisnave estavam ainda cercados pela GNR e PSP de capacidade de aço. A 17, a PSP ocupava ainda a empresa. (...)

«5.000 operários em greve na Lisnave» - «Avante!», VI série, nº 410, Dezembro de 1989)

AVANTE!

«Dando provas de elevada consciência de classe e espírito solidário, os trabalhadores de muitas empresas da margem sul do Tejo e da região de Lisboa puseram-se imediatamente ao lado dos seus camaradas da Lisnave.

Os operários da empresa Metalização, de Sacavém, que estavam a trabalhar por conta desta na Lisnave, resolveram regressar à sua empresa declarando que não iam trabalhar para um local onde outros operários estivessem em luta com o patronato.

Em várias outras empresas, como na CUF, Arsenal, Siderurgia, em tentativas de paralisações e outras acções, os operários manifestaram a sua solidariedade apresentando também as suas reivindicações. Na Parry & Son os operários pararam e concentraram-se num recinto. Para impedir a greve, o patronato interveio imediatamente prometendo o mesmo aumento que a Lisnave desse.

O pessoal dos navios estrangeiros (em reparação no estaleiro da Lisnave) fez greve de solidariedade com os seus companheiros.»

«Solidários com os seus camaradas da Lisnave» - «Avante!», VI série, nº 410, Dezembro de 1989)

Álvaro Cunhal no distrito de Santarém



Álvaro Cunhal no distrito de Santarém: em cima (à esquerda) em Vale de Cavalos (concelho da Chamusca) e Moita do Norte (concelho de Vila Nova da Barquinha)



Tocando cinco Concelhos — Abrantes, Vila Nova da Barquinha, Golegã, Chamusca e Almeirim — o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, cumpriu no passado sábado mais uma das suas célebres maratonas eleitorais, desta vez no Distrito de Santarém e a um ritmo que, como sempre, não deu «folgas» a ninguém e, muito menos, permitia descuidos horários a quem queria acompanhar toda a digressão, que começou às 13.00 com um almoço-convívio no Tramagal (Concelho de Abrantes) e terminou ao jantar, em Almeirim e numa

iniciativa semelhante, por volta das 21.30. Pelo meio ficaram encontros com as populações de Moita do Norte (Vila Nova da Barquinha), Golegã e Vale de Cavalos (Chamusca) onde o secretário-geral do PCP, de microfone em punho em largos apinhados de gente, transmitia em tom quase coloquial a mensagem política da CDU — Coligação Democrática Unitária, advertindo para a histeria anticomunista que se apossou da direita e em especial do partido do Governo, denunciando assim o seu temor (e a sua certeza) duma grande vitória da Coligação nas próximas eleições de 17 de

Dezembro, concomitante com a severa derrota que espera o PSD e a direita em geral. Com centenas de pessoas aguardando-o na generalidade do percurso, o secretário-geral do PCP polarizou sem dúvida a atenção das populações nesta digressão ribatejana. O facto ganha particular significado se recordarmos que o trajecto cumprido por Álvaro Cunhal abrangeu zonas de influência desigual da CDU, oscilando entre Concelhos onde detém a maioria absoluta, como a Chamusca, ou posições na Câmaras e nas Freguesias (nestas últimas também com maiorias e trabalho em minoria). Há que reflectir, entretanto, no seguinte: se as multidões são um indicador significativo e, ao mesmo tempo, algo aleatório do ponto de vista de expressão eleitoral, o entusiasmo dessas multidões já permite uma avaliação mais concreta da disposição do eleitorado face às candidaturas que se lhe apresentam, pela dinâmica interna que significa e pode desenvolver. Ora o entusiasmo dos auditórios que aguardam o secretário-geral do PCP e foram sempre engrossando durante as suas intervenções no passado sábado no Distrito de Santarém, tornou-se suficientemente óbvio para confirmar as expectativas de grande reforço da CDU também no Ribatejo, nas eleições autárquicas do próximo dia 17. Entretanto a nossa reportagem aproveitou esta deslocação do secretário-geral do PCP ao Distrito de Santarém para contactar, na exiguidade do tempo disponível, os representantes autárquicos da CDU presentes em cada local, bem como as realidades locais respectivas. Disso também daremos conta nas páginas que se seguem. Chamamos igualmente a atenção para os excertos do discurso proferido por Álvaro Cunhal no Tramagal, que apresentamos na página 3 deste caderno.

H.C.



Ribatejo: diálogo em cinco concelhos

Álvaro Cunhal no Distrito de Santarém

A Freguesia do Tramagal, no Concelho de Abrantes, nasceu e cresceu ao ritmo da Metalúrgica Duarte Ferreira, uma unidade industrial de grandes dimensões que fixou milhares de pessoas à beira Tejo, envolvendo-as igualmente na crise imposta por gestões ruinosas e uma política restauracionista desenvolvida na última década, após a intervenção estatal ocorrida na empresa na sequência do 25 de Abril. Mas a povoação e as suas gentes não enfrentam apenas essas dificuldades sócio-económicas e têm, igualmente, que se haver com uma gestão autárquica incompetente, que deixou acumular e agravar carências de toda a ordem. A luta da CDU contra esse estado de coisas tem-lhe granjeado um prestígio crescente, que perspectiva uma vitória nas próximas eleições. Foi aí que **Álvaro Cunhal** iniciou a sua jornada ribatejana de sábado passado, num almoço-convívio onde produziu uma intervenção que condensamos nestas páginas. Foi aí também que falámos com a cabeça de lista da CDU para a Freguesia, **Maria Rosa Barralé**, de que daremos conta mais adiante.

O restaurante local escolhido para a realização do almoço-convívio era amplo e mesmo assim teve dificuldade em acolher as centenas de pessoas presentes, facto, aliás, referido pelo dr. Luís Peixoto, cabeça de lista da Coligação à Câmara Municipal de Abrantes (e que entrevistamos noutra página deste Caderno), quando usou da palavra no almoço do Tramagal, afirmando: «ainda ontem estava preocupado com a possibilidade de virem poucas pessoas a esta iniciativa, hoje estou preocupado a pensar que houve gente que não pôde arranjar lugar».

Foi portanto para um auditório vasto e entusiasmado que Álvaro Cunhal falou, tal como o fizera antes a cabeça de lista à Freguesia do Tramagal, **Rosa Barralé**, na apresentação da candidatura CDU à Freguesia do Tramagal feita durante a sessão. É o depoimento que dela recolhemos que transcrevemos a seguir:

«Temos uma lista com condições para ganhar - afirmou-nos - e muito trabalho a desenvolver. No Tramagal continuam a existir graves problemas para os quais é necessário encontrar soluções - e encontrá-las em estreita colaboração com as populações. Nesse sentido o nosso Programa eleitoral aponta apenas em linhas gerais as várias necessidades, para que a população possa delinear aquilo que pretende que a sua junta realize. É fundamentalmente o desenvolvimento destas ideias pela população que tem de construir o pilar de um programa que pretende para quatro anos», enfatizou. E Rosa Barralé apontou-nos de seguida as principais questões que orientarão o trabalho da CDU na Freguesia do Tramagal:

«Em relação ao abastecimento de água lutaremos pelo aperfeiçoamento do sistema de distribuição ao domicílio, nomeadamente aproveitando estruturas já existentes e viáveis, enquanto para a energia exigiremos junto dos departamentos responsáveis que o fornecimento de

electricidade à população satisfaça integralmente os utentes. Mas como as necessidades básicas no Tramagal vão ainda mais longe, no tocante aos esgotos exigiremos à Câmara Municipal de Abrantes (até aqui sempre desinteressada dos problemas desta Freguesia) que se faça a análise do sistema existente, com vista ao seu aperfeiçoamento e conclusão, nomeadamente no Cruci-



O presidente da Câmara de Constância (CDU), conversando com a presidente da JF de Bemposta (ao centro) de maioria CDU, no Concelho de Abrantes, e com Rosa Barralé, candidata à JF do Tramagal, durante o almoço convívio nesta localidade



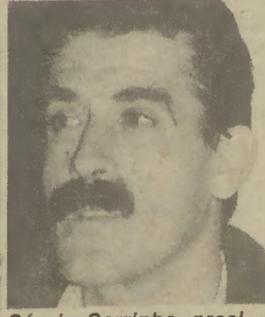
Gabriel Duarte, candidato à CM de Almeirim



João Filipe, candidato da CDU à presidência da CM de Vila Nova da Barquinha



Dr. Luís Peixoto, candidato à CM de Abrantes



Sérgio Carrinho, presidente da CM da Chamusca

fixo, ainda à espera de uma verdadeira rede de saneamento básico». Apesar da escassez do tempo, Rosa Barralé ainda conseguiu referir

mais algumas questões prioritárias a atacar:

«No campo da Higiene desenvolveremos acções para tornar a Fre-

zias e criando condições para que as diversas sociedades e grupos se possam desenvolver sem atropelos e de forma eficiente».



Vale de Cavalos (Chamusca)

Vila Nova da Barquinha

A paragem seguinte foi em **Moita do Norte**, no Concelho de Vila Nova da Barquinha, mais uma autarquia ribatejana que o PS perdeu, nas eleições de há quatro anos, a favor do PSD. **João Filipe**, o candidato da CDU à presidência da Câmara de Vila Nova da Barquinha, estava entre a multidão que aguardava o secretário-geral do PCP (que, mais uma vez, estendeu o microfone a quem quis colocar questões). Também conversámos um pouco com ele, que nos afirmou:

«Pensamos que o povo do nosso Concelho está neste momento em melhores condições para compreender que a voz da CDU é essencial na Câmara de Vila Nova da Barquinha. Os grandes problemas do Concelho continuam sem resolução: o investimento é praticamente nulo, a indústria inexistente, o comércio escasso, a oferta turística igualmente débil, os transportes não respondem minimamente às necessidades. Como consequências imediatas desta situação, sofremos uma grande dependência do exterior, a população activa não se fixa no Concelho, cada vez mais transformado em dormitório, a população mais jovem vai criar riqueza noutros Concelhos».

Alinhadas em traços gerais as questões que afligem o Concelho, o candidato da CDU à presidência da Câmara enumerou-nos algumas das propostas da sua lista para o ataque aos problemas:

«A questão central será a elaboração de um Plano Director Municipal concelhio ou inter-concelhio, que tome em linha de conta a regionalização como factor de grande importância no desenvolvimento futuro do Concelho, nomeadamente no que toca a incentivos para a fixação de indústrias e empresas, as possibilidades de exploração dos recursos existentes, etc.

«Mas - prosseguiu - se este é o eixo principal da nossa actuação, pois irá definir de forma clara o futuro do nosso Concelho, estaremos igualmente atentos a alguns problemas concretos das populações e que terão de ser resolvidos a curto prazo, em áreas tão diversificadas como recursos hídricos e saneamento básico, rede viária, transportes, electrificação, habitação, educação e ensino, saúde, juventude,



Jantar/convívio em Almeirim



Golegã

cultura e desporto, património cultural e ambiente. Urge igualmente a efectiva descentralização para as Freguesias de meios humanos, materiais e financeiros, estimular o associativismo e cooperação inter-municipal, ouvir os trabalhadores da autarquia nas questões que directamente lhes dizem respeito e os afectar».

Golegã e «as piscinas PSD»

A chegada à Golegã - com ponto de encontro marcado junto ao Centro de Trabalho local do PCP - fez-se com o dia já a escurecer e as nuvens a ameaçar uma chuva que, afinal, nunca chegou a cair. Quem foi chegando - e até ao final da intervenção de Álvaro Cunhal - foi a população local que, ultrapassados os primeiros momentos de expectativa, se acercaram do microfone e disseram de sua justiça. Alguém recordou que aquele exacto local em que se encontravam já fora «praça de jorna», informação que o secretário-geral do



O diálogo foi uma constante

PCP aproveitou para recordar o que significava esse «cerimonial» fascista em que os homens se ajuntavam, como um rebanho, à espera de serem escolhidos pelos capatazes dos latifundiários para a «esmola» de uns dias de trabalho, acrescentando que as pessoas que dão vida e rosto às candidaturas da CDU vêm dessas «praças de jorna» onde lutaram contra tal ignomínia e por melhorar as suas condições de vida, ou seja a dos trabalhadores explorados que eles próprios eram.

Mas não se ficaram por aqui, as intervenções da população. Um ex-funcionário da Câmara Municipal da Golegã, que lá trabalhou 12 anos como tractorista de 2ª sem nunca ser promovido, acusou a Câmara PS/PSD de corrupta, que «só dá empregos aos filhos dos senhores», desafiando quem quisesse, a desmentilo, o que levou à alusão das «piscinas sociais democratas», para onde são apenas recrutados jovens JSD. A partida para Vale de Cavalos, no Concelho da Chamusca, foi quase

«difícil», dado o empenho das pessoas em apontar os problemas vividos na autarquia.

Chamusca e Almeirim

Vale de Cavalos é uma Freguesia de maioria CDU num Concelho onde a Coligação Democrática Unitária também é maioritária. A recepção ao secretário-geral do PCP foi particularmente calorosa, com salvas de foguetes a assinalar a sua chegada e

uma multidão que, já de noite e no largo onde se improvisou um palco no estrado de uma camioneta, não se cansou de vitorear a Coligação e os seus candidatos, que também ali foram apresentadas publicamente. Em conversa com o presidente da Câmara da Chamusca, Sérgio Carriho, o independente que de novo se candidata pela CDU, as perspectivas eleitorais no Concelho são, como sempre, boas, havendo plena confiança na vitória.

E finalmente chegou-se a Almeirim, onde cerca de 200 pessoas aguardavam o secretário-geral do PCP para um jantar/convívio que decorreu no Centro de Trabalho do partido. Trata-se de uma autarquia até aqui dominada pelo PS e onde o prestígio da CDU tem crescido regularmente em decorrência do excelente trabalho dos seus eleitos, nomeadamente do vereador Gabriel Duarte, cabeça de lista à presidência da Câmara pela CDU. Como foi assinalado nas intervenções proferidas no final do jantar - e encerradas por Álvaro Cunhal - o trabalho, a honestidade e competência da CDU, reconhecidos até por adversários, é a melhor garantia de um bom resultado eleitoral.

Extractos do discurso de Álvaro Cunhal no Tramagal Concentrar energias para a vitória em Dezembro!

Falando geralmente de improviso, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, produziu diversas intervenções no passado sábado, durante a sua jornada ao Distrito de Santarém integrada na campanha para as eleições autárquicas. Apresentamos de seguida alguns excertos do discurso proferido no Tramagal (Concelho de Abrantes), durante um almoço que mobilizou centenas de apoiantes da CDU — Coligação Democrática Unitária e decorreu num ambiente de assinalável entusiasmo e confiança.

(...)

Estamos aqui participando numa iniciativa inserida na campanha para as eleições autárquicas de 17 de Dezembro. Vitórias da CDU-Coligação Democrática Unitária, assim como das coligações alargadas em Lisboa, Setúbal e Covilhã, são particularmente importantes para o povo português, para o regime democrático, para a evolução da situação política.

Importantes pelo objectivo imediato: eleger para os órgãos autárquicos homens, mulheres e jovens ca-

pazes de, no exercício dos seus cargos e sempre em ligação estreita com as populações e ao serviço das populações, resolverem com o seu trabalho, a sua honestidade e a sua competência os problemas existentes que couberem no âmbito das suas atribuições e poderes.

Importantes porque o poder local democrático, valiosa componente do sistema de poder político, está sujeito à ofensiva do Governo de direita e das forças de direita que visam destruir as suas características essenciais e reconvertê-lo em instru-

mento obediente do Governo central.

Importantes ainda porque os resultados das eleições autárquicas terão sem qualquer dúvida profundas repercussões na evolução da situação política nacional. Vitórias da CDU e das coligações alargadas de Lisboa, Setúbal e Covilhã, das quais a CDU faz parte, constituirão um novo e sério obstáculo ao avanço das ofensivas antipopulares, antidemocráticas e antinacionais do Governo de direita, e constituirão sério estímulo à luta do nosso povo em defesa dos seus interesses fundamentais e por uma alternativa democrática ao Governo e à política actual.

É por compreenderem a importância das eleições de 17 de Dezembro e a perspectiva real de um êxito considerável da CDU e das co-

ligações alargadas em que participam as forças da CDU, que se desencadeia uma furiosa campanha contra a CDU e nomeadamente contra o Partido Comunista Português, que se confirma na conjuntura actual como a grande força política de resistência à política e ao Governo de direita, coerente defensor das conquistas democráticas e força motora da convergência e unidade dos democratas portugueses.

Os objectivos dessa campanha contra o PCP transcendem a campanha eleitoral. Um objectivo imediato e evidente é dificultar e, se possível, impedir o êxito da CDU e nomeadamente do PCP, nas próximas eleições. Verifica-se, é obrigatório sublinhar, que com esse objectivo assistimos à evidente convergência e por vezes identificação em algumas ideias centrais das forças e da propaganda eleitoral da direita e de alguns que, invocando a sua qualidade de membros do PCP, procuram de forma concertada abalar a confiança do nosso eleitorado.

Por todas essas razões impõe-se que no momento actual, nas duas semanas que faltam para as eleições, concentremos o máximo das nossas energias, da nossa acção política, da nossa propaganda, na campanha eleitoral de forma a que se confirme a perspectiva de um significativo êxito da CDU, que será um grande e significativo êxito do povo e da democracia portuguesa.

(...)

Enquanto a sociedade estiver dividida em exploradores e explorados, enquanto a riqueza de uma minoria assentar nas privações e miséria do povo, enquanto o homem não conquistar como inseparáveis a democracia política, económica, social e cultural, o ideal comunista será a linha inspiradora da luta dos trabalhadores e dos povos, o objectivo e

o futuro da humanidade. E o partido dos trabalhadores, o partido portador do ideal comunista, correspondendo a uma necessidade objectiva, será uma força indispensável à transformação progressista da sociedade.

(...)

Quando ao Secretário-Geral do PCP é sabido que não precisava de ser lembrado por outros que se trata de uma questão a resolver e não a longo prazo, por razões óbvias. Não era preciso que alguém o lembrasse. E será resolvida. Mas uma vez que na campanha contra o PCP é também assunto, então é oportuno dizer duas palavras a esse respeito.

Mostram o seu total desconhecimento do Partido aqueles que pensam que um futuro Secretário-Geral será designado por campanhas ou pressões externas. Ou que poderá ser Secretário-Geral do PCP quem pretenda que o PCP deixe de ser comunista.

O que querem afinal não é só a substituição do Secretário-Geral. É a substituição da Direcção. É a substituição da natureza de classe, do Programa, dos princípios, dos objectivos. É afinal a substituição do Partido. A substituição do Partido Comunista que somos por um partido social-democratizante.

(...)

É de reconhecer a cada indivíduo o pleno direito de reflectir, de mudar de opinião, de mudar de partido e mesmo de promover a criação de novos partidos. Por isso reconhecemos naturalmente o direito a alguém que num determinado período da sua vida foi comunista, ou pelo menos se afirmou comunista, e que agora deixe de sê-lo. Mas estão naturalmente enganados aqueles que, por deixarem de ser comunistas, pretendem que o Partido deixe de sê-lo também.

(...)



Tramagal

«A culpa é do PSD!»

A situação caótica da cidade e do concelho é da exclusiva responsabilidade da gestão PSD e do seu presidente da Câmara, Armando Moreira. Quem o afirma é Virgílio Alves, cabeça-de-lista da CDU à Câmara de Vila Real, engenheiro zootécnico, professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, impulsor da protecção das raças bovinas locais e das associações de criadores de gado. Conhecedor do meio rural, onde se movimenta com a naturalidade própria de quem conhece os problemas e as pessoas («as comunidades», como costuma afirmar), é também um interveniente activo na vida da cidade, onde, por exemplo, é presidente da Assembleia Geral da Associação dos Desportos de Vila Real.

«Naturalmente que durante 13 anos de gestão Armando Moreira fizeram-se obras, não é para admirar» — prossegue o Virgílio, sem nos dar tempo para interromper. — «Mas foram obras que não se sujeitaram a uma planificação séria e, não poucas vezes, feridas de irregularidades e incompetência, o que se tornou agora evidente com as inspecções e os relatórios do IGAT e da IGF. É caso para dizer que, na medida em que se zangaram as comadres dentro do PSD e deste com o CDS, vai-se levantando o véu e descobrindo as irregularidades, o compadrio, os escândalos na Câmara. E de novo querem pôr isto em segredo até depois das eleições. Foram à *manicure* para recompor o verniz que está a estalar.»

Mudou, mas...

«Avante!» — Vila Real mudou nestes anos? Fizeram-se obras, temos uma cidade diferente?

V.A. — Mudou, mas sem critério, sem planificação, ao sabor das conveniências e dos compadrios. Reino o favoritismo, não houve uma planificação, foi a anarquia no urbanismo; é hoje a rotura em sectores básicos para a sobrevivência da própria cidade — a sua zona antiga, a «bila», foi encaixotada, descaracterizada, o trânsito caótico, sem um único parque de estacionamento, nem lugar para estacionar, são os rios poluidísimos, mais parecem fossas a céu aberto, é a rotura no abastecimento de energia com siste-

máticos cortes no Inverno ou em períodos de ponta, é a própria qualidade da água.

Obras fizeram-se... por exemplo: um parque industrial praticamente sem nenhuma fábrica... o que é de admirar é que, durante tantos anos e, apesar de tudo, com importantes somas de dinheiro, tão poucas obras se tenham feito e o que o que se fez contenha tantos erros.

No mínimo merecem, merece o presidente da Câmara, mais uma condecoração: a medalha ou o prémio da asneira.

É uma política de fachada com objectivo confessado de projectar para o nacional e «para a Europa»... Geminações, Conselho da Europa, «debates» internacionais, festivais de música barroca... E os problemas concretos da região são ignorados, as misérias são ocultadas.

É a política prepotente, do posso, quero e mando... e quem não concordar não tem empregos na Câmara, e se quer realizar alguma obra torna-se tudo muito mais complicado».

Nova situação favorece CDU

O PSD tem cinco dos sete vereadores, tem-se aproveitado do CDS não concorrer e concentra assim uma votação. Agora PSD e CDS concorrem pela primeira vez separados. O CDS foi buscar o seu cabeça-de-lista ao PSD (Fausto Carvalhais), onde era um ele-

acusa o cabeça-de-lista da CDU à CM de Vila Real

mento destacado do PS. Pelo seu lado, o PS tem dois vereadores. Digamos, o xadrez político está mais baralhado. Como encaras esta nova situação?

Esta nova situação é-nos favorável. Primeiro, porque o PSD e Armando Moreira estão a perder prestígio, os seus erros e as fumaças de corrupção indignam a população. A distribuição de votos, provável, e a desconcentração de votos do PSD (agora a repartir com o CDS) pode e vai gerar uma maior repartição do eleitorado, perspectivas para passarmos a ter uma presença no executivo municipal.

Durante todos estes anos também não se notou qualquer activa intervenção, quer em propostas quer em denúncia ou oposição, da parte dos vereadores do PS, houve apenas o silêncio, a cumplicidade e não poucas vezes o acordo. O CDS foi um participante na gestão de Armando Moreira, não pode vir agora lavar as mãos como Pilatos. Nenhum, nem o outro comportam um capital de trabalho e provas dadas para que se possam constituir em alternativa.

Notou-se, e creio que é cada vez mais do acordo de todos, a falta que faz a presença da CDU na Câmara. Quer pela capacidade que a nível nacional dá provas, quer ainda pela atenção, a capacidade, a intervenção que lhe é reconhecida a nível local nos órgãos autárquicos em que tem estado presente, como o exem-

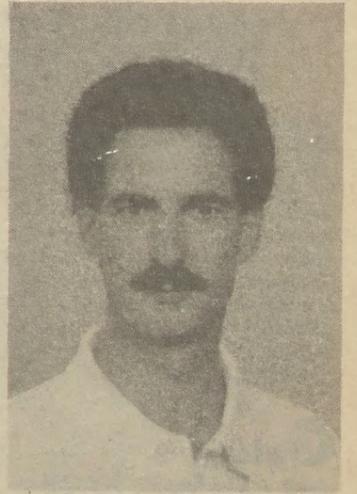
plar trabalho que fizeram os nossos eleitos na Assembleia Municipal.

Quais as medidas que a CDU propõe para Vila Real?

Para começar, um recenseamento imediato dos problemas que exigem medidas de emergência, a elaboração definitiva do Plano Director Municipal, a implantação de regras de rigor, transparência, informação à população, obras e admissão de pessoal por concursos públicos e limpos, fiscalização séria, isenta e competente das obras, em síntese, o fim dos compadrios e o início de uma nova era de dignificação da Câmara Municipal.

Naturalmente que, a par destas grandes medidas orientadoras, temos as nossas propostas concretas no que diz respeito ao trânsito, à urbanização, uma nova via de ligação entre as duas margens do Corgo, reforço de energia, qualidade da água, habitação social, iniciativa e apoio à acção cultural, recreativa e desportiva.

Damos ainda uma grande impor-



Virgílio Alves, primeiro candidato na lista da CDU para a Câmara de Vila Real

tância à aproximação do meio rural da cidade, ao combate ao agravamento das assimetrias entre a cidade e o campo, isto é, as freguesias rurais.

Importância programática assume ainda a ligação universidade-cidade, a dignificação e maior responsabilização das juntas de freguesia, o apoio à agricultura e uma atenção privilegiada aos jovens.

**

Deixamos Vila Real e os activistas da CDU empenhados na campanha, preocupados em fazer chegar o esclarecimento, a informação. Empenhados numa acção de propagação agora mais dificultada pela chuva e o frio que já se instalaram.

Os comunistas, os democratas empenhados na CDU conhecem os males de que padece o seu concelho, sabem a terapia que deve ser aplicada, falta o resto.

E é por esse resto, que não é tão pequeno assim que hoje batalham. ■

Vila Real — a JCP a crescer

Há um ano quase não existia aqui a JCP. A 18 de Novembro uma centena de jovens fizeram um magusto, onde se comemorou o aniversário da JCP.

Aí se dançou, se conviveu. O número de membros da JCP cresceu de semana a semana. Sónia Sampaio, na sua intervenção, anunciou que agora já existem núcleos em Vila Real, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e arranca-se em Murça.

Entre os objectivos, nas tarefas imediatas, aponta-se para criar um boletim e realizar a Assembleia Distrital em Janeiro.

Os jovens comunistas estão empenhados nas eleições associativas e comprometeram-se a trazer o ar fresco da juventude para a campanha da CDU.

No final, o desafio foi lançado — a próxima iniciativa será em Vila Pouca de Aguiar, já que os da «Jota» dali dizem que são «os maiores».

Sabrosa

Aqui diz-se que nasceu Fernão de Magalhães; natural do concelho é o escritor e poeta Miguel Torga.

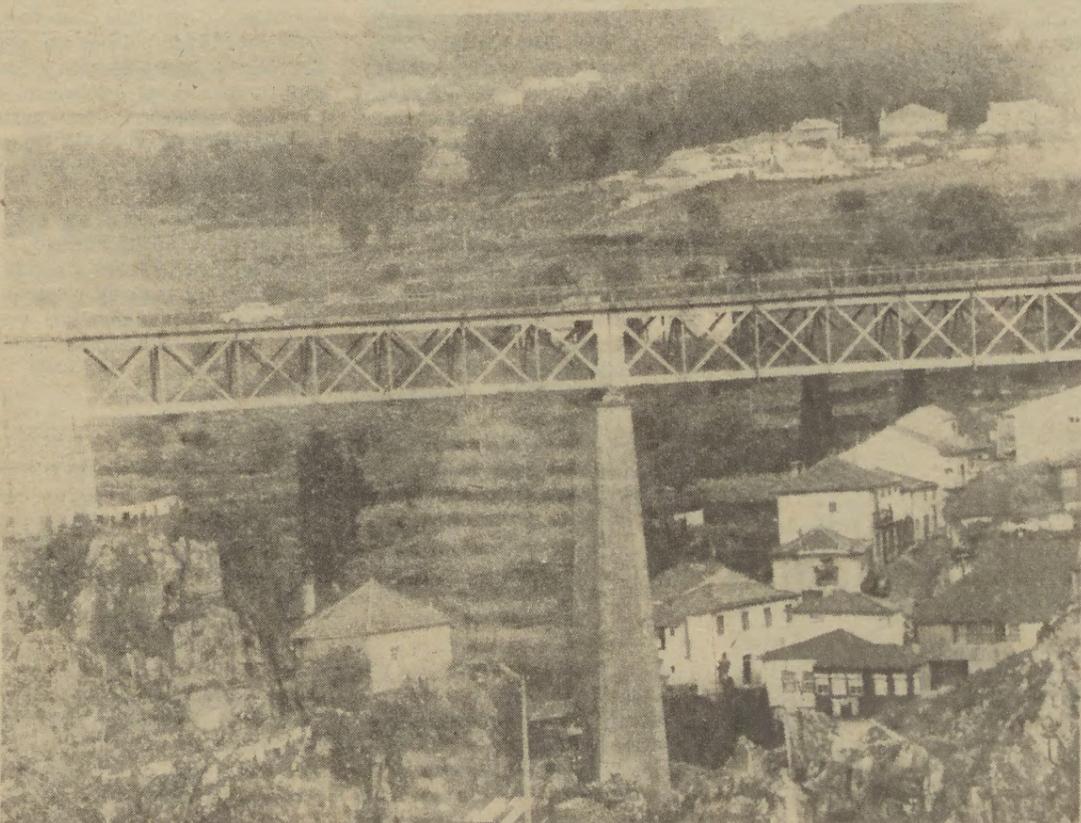
Aqui nascem bons vinhos — vinhos tratados — e as quintas espalham-se pelas encostas até ao Douro.

Aqui é também Provezende, a freguesia CDU em Trás-os-Montes, com obra feita, vontade e confiança em continuar.

No fim-de-semana passado, os fados subiram de Coimbra, não o Mondego, mas o trajecto para o Douro. E em Provezende e Sabrosa fizeram o convívio que uniu as vozes e as vontades dos candidatos da CDU que se apresentaram, as pessoas e os programas.

Francisco Cuevas, candidato à Câmara Municipal de Sabrosa, António José, de Provezende, e Fernando Mendes, da comissão distrital, denunciaram o que está mal, anunciaram propósitos e apresentaram os programas. O acolhimento foi bom.

Em Gouvães, outra freguesia de Sabrosa, domingo foi também dia de apresentação de candidatos. O cabeça-de-lista da CDU já foi presidente da Junta do PSD, agora promete e confia fazer de Gouvães mais um exemplo do que a CDU é à frente das freguesias.



Entre o presente e o futuro de Vila Real o PSD não foi capaz de fazer a ponte do desenvolvimento



Eduarda Ferreira e Valongo:

«A felicidade das pessoas está primeiro»

Valongo é um dos concelhos do chamado Grande Porto. É na sua proximidade com a cidade do Porto que assentam muitos dos problemas que uma gestão autárquica desacreditada e inoperante, durante anos e anos, não conseguiu resolver: a poluição, em particular a que é causada pelos lixos concentrados na LIPOR; a falta de infra-estruturas básicas; as reais carências nas áreas da acção social e da habitação, que não chega para fazer face à autêntica explosão demográfica a que se assiste nos últimos anos. São cerca de cem mil habitantes distribuídos por cinco freguesias — Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo — com características muito diversas, umas mantendo traços de ruralidade, outras podendo considerar-se já como centros urbanos, como é o caso de Ermesinde, onde mora quase metade da população do concelho. Nesta diversidade está a base das propostas da CDU, que ouvimos de **Eduarda Ferreira**, candidata à Presidência da Câmara de Valongo, para quem conta, em primeiro lugar, «a felicidade das pessoas que escolheram viver no concelho».

«Para um concelho onde dê gosto viver» é o lema da campanha da CDU em Valongo. Eduarda Ferreira conta-nos a razão de ser desta consigna, ao mesmo tempo que analisa a situação na autarquia.

A Câmara de Valongo é constituída por três vereadores do PS (que detém a presidência há nove anos, seis dos quais consecutivos e três com maioria absoluta), três vereadores do PSD (que esteve à frente da Câmara de 1979 a 1982), e uma vereadora da CDU. Apesar da alteração da composição do executivo em relação ao mandato anterior, mantiveram-se traços de actuação e gestão negativos, que estão na origem de grandes atrasos na resolução dos problemas do concelho e com os quais a CDU não pactuou.

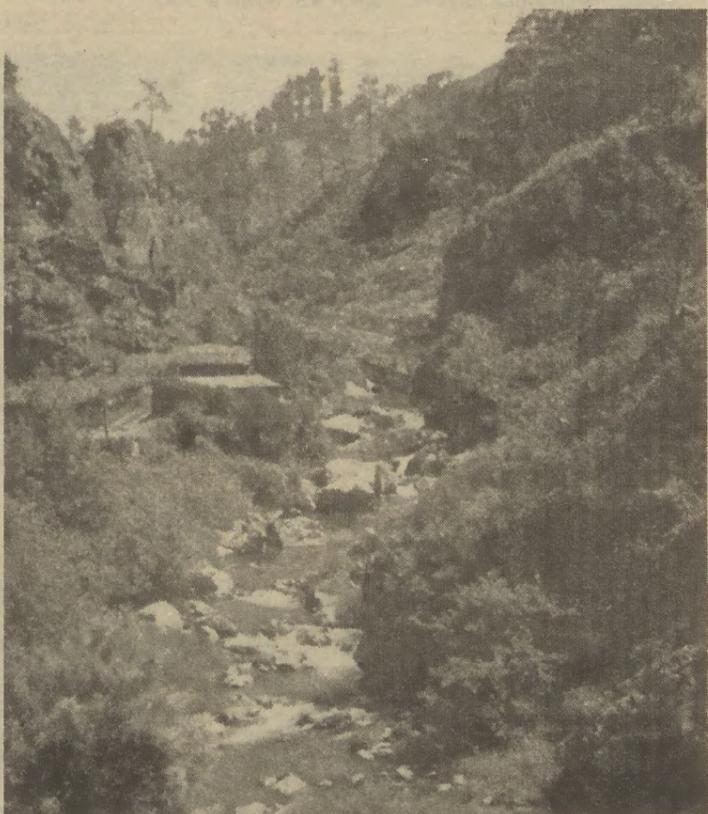
Eduarda Ferreira lembra alguns «erros que se pagarão caro», como o atraso na elaboração do Plano Director, que se traduz já em «atentados e males irreparáveis a um projecto de desenvolvimento harmonioso de todo o concelho», ou a «completa desorganização relativamente a projectos e objectivos traçados e incapacidade de utilização das verbas disponíveis, devido ao atraso sistemático na elaboração dos planos e orçamentos».

Também as graves deficiências de Planeamento e acompanhamento na execução das obras, de acordo com metas e prioridades, e a descoordenação dos Serviços que resultam em demoras excessivas, quer de resposta às solicitações dos municípios, quer na conclusão das obras, com todos os inconvenientes que a população conhece, são objecto das críticas da CDU no seu programa.

A «não descentralização de mais meios para as juntas de freguesia e, frequentemente, a falta de diálogo são responsáveis pela estagnação em que aquelas vivem», afirma a CDU:

Para Eduarda Ferreira, que é vereadora da Câmara de Valongo, responsável pelo Pelouro da Higiene e Limpeza, «é na falta de diálogo que assenta a maior dificuldade de trabalho na autarquia, em particular da parte do presidente PS, Moreira Dias, que não admite críticas».

Ao considerar que os problemas fundamentais do concelho estão longe de estar resolvidos, a CDU não se exime de responsabilidades nem teme ser confrontada com as po-



A CDU de Valongo propõe a criação de uma associação dos municípios atravessados pelos rios Ferreira (na foto) e Leça, para resolver o grave problema da poluição destes rios e seus afluentes

sições assumidas ao longo do mandato, ora votando sozinha, ora gerando consensos em torno das propostas apresentadas. «Entre um PSD comprometido com a política de direita do poder central, passivo e inoperante na Câmara, e um PS que continua a apostar no poder pessoal, não dialogante, avesso à crítica e ao debate, e nas promessas que não são para cumprir», a CDU assegura que é possível uma gestão diferente e melhor para Valongo.

Onde dê gosto viver...

É assim que, «para que dê gosto viver em Valongo», Eduarda Ferreira coloca à cabeça das propostas da CDU a «concretização do Plano Director Municipal com a maior brevidade, seguida de debate público e das correcções daí resultantes».

A reserva de espaços para centros cívicos e para zonas verdes, nomeadamente na Vila Beatriz, na zona da Fábrica de Cerâmica, na

Estação da CP em Ermesinde, na Ponte dos Sete Arcos, em Alfena, na Quinta do Visconde, em Campo, bem como nas áreas envolventes de grandes urbanizações são propostas relativamente ao ambiente.

Ainda neste campo a camarada Eduarda Ferreira lembra outros pontos importantes do programa da CDU: a criação da Reserva/Parque Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, cujo projecto-lei se encontra já na Assembleia da República, por iniciativa do Partido Ecolo-

gista «Os Verdes»; a constituição de uma Associação dos municípios atravessados pelos rios Ferreira e Leça, para resolver o grave problema da poluição destes rios e seus afluentes; e a resolução definitiva da poluição atmosférica provocada pela Lipor, com a construção da 3.ª estação de tratamento de lixos fora do concelho, ao mesmo tempo que se melhora a operacionalidade das duas linhas de tratamento existentes em Ermesinde.

A este propósito, a vereadora da CDU recorda que tem vindo a crescer, de ano para ano, a quantidade de detritos recolhidos nos vários concelhos (a isso não é estranho o facto de haver vereadores da CDU responsáveis por esta área em várias Câmaras do Grande Porto). No caso de Valongo, das 9320 toneladas recolhidas em 86, passou-se para 13 465 em 1988 e no ano corrente prevê-se um aumento de 15%. Ora tudo isto provoca, particularmente ao fim-de-semana, uma maior concentração de lixos na Lipor e cheiros pestilentos em Ermesinde e nas localidades mais próximas.

Viver melhor em Valongo passa também pela resolução dos problemas graves de infra-estruturas, do abastecimento de água, electrificação e saneamento (que só chegou aos centros de Ermesinde e Valongo). Passa por medidas de apoio à infância, juventude e terceira idade, pela construção de centros de saúde em Campo, Sobrado e Valongo, pela implementação da educação pré-escolar para referir apenas alguns pontos dos muitos que são propostos pela CDU.

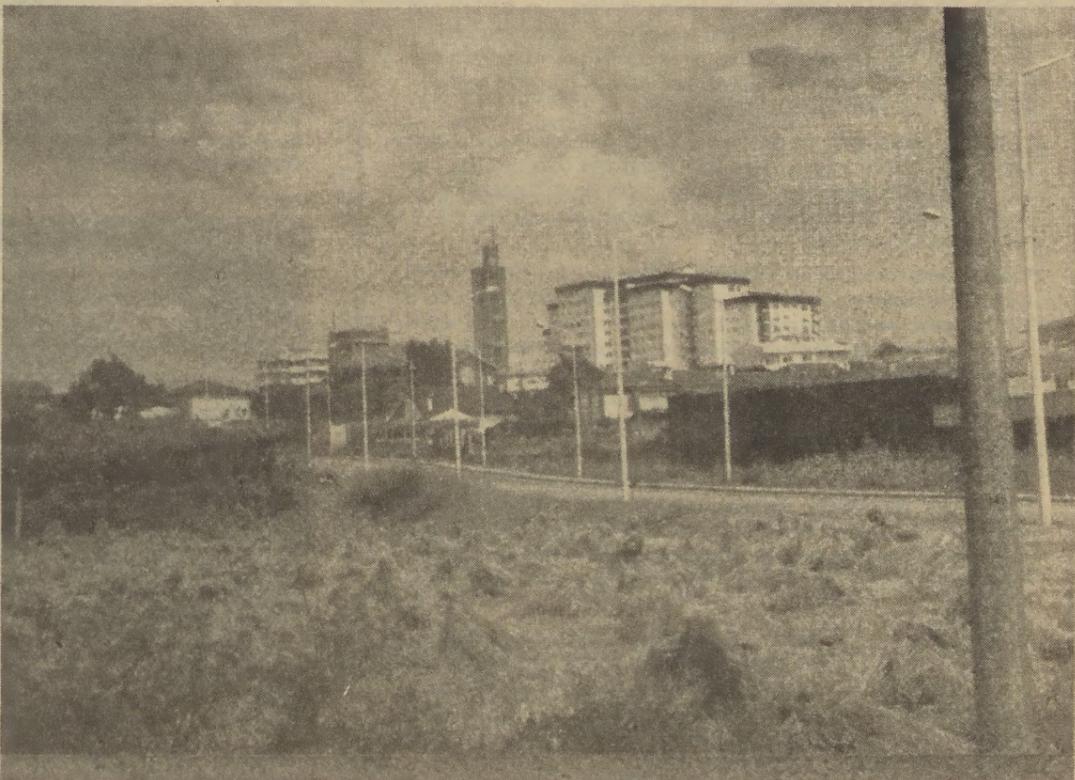
«Vivemos num concelho onde a maioria das pessoas trabalha fora. Ao fim da tarde, basta dar uma volta, por exemplo em Ermesinde, e vemos as pastas das crianças e jovens às portas das casas. Os mais idosos ficam dias inteiros fechados

nos prédios. Por isso defendemos a criação em todas as freguesias, utilizando instalações existentes ou sub-aproveitadas, de pólos de lazer, onde seja possível um espaço para o desporto, salas de leitura ou para ocupação de tempos livres, centros de dia e acompanhamento por pessoal especializado para os mais velhos.» defende Eduarda Ferreira.

Habitação, rede viária, trânsito e transporte são outras áreas em que a CDU de Valongo apresenta propostas concretas, bem como no domínio da cultura e do património, da reorganização dos serviços camarários e da regionalização.

«Cremos, pelo nosso trabalho ao longo do mandato, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, onde temos tido uma actuação muito interventiva, com propostas concretas e ponderadas que demonstram um olhar atento sobre a realidade do concelho, que a CDU é a única alternativa viável para gerir a autarquia de forma credível e sem suscitar divisões», afirma a candidata da CDU.

Este trabalho não deixou de ter reflexos também nas listas da CDU no concelho. «Também em Valongo conseguimos concretizar o espírito da CDU e ganhámos, para o trabalho com a Coligação e para candidatos, muitas pessoas cuja qualidade e experiência é de grande valia. Para além da presença de um largo leque de independentes, é de realçar a média de idades dos candidatos que não ultrapassa os 40 anos, e o maior número de mulheres e de jovens relativamente a eleições anteriores», refere Eduarda Ferreira, afirmando, a concluir, a sua convicção de que «vamos reforçar a nossa votação, e é com grande ânimo que encaramos estas três semanas que nos restam para levar à população do concelho as nossas propostas e opiniões». ■



Em Ermesinde, uma das cinco freguesias de Valongo, vive mais de metade da população do concelho

Luis Sá na sessão da CDU em Algé

«Peguemos nas autárquicas e nas nossas orientações»

(...)

No fim de um ano em que se destaca o empenhamento do PCP, com as inevitáveis condicionantes do calendário político e eleitoral, em dar corpo às aprofundadas reflexões e às estimulantes orientações saídas do XII Congresso; em que é saliente a continuada presença e intervenção activa do partido e dos seus militantes nas mais diversas áreas da vida nacional e designadamente numa vasta movimentação social; em que, em boa parte, por mérito e persistência do PCP, se registaram sensíveis progressos na convergência das forças democráticas; em que emergem com nitidez quer os bons resultados do PCP e da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu quer as boas perspectivas que se lhes desenham para as eleições autárquicas — é no fim de ano que comporta estas evidências que de novo se abate sobre o PCP um vendaval de ataques, fundamentalmente sustentado por falsificações, calúnias e mentiras a maior parte das vezes cozidas em palavras agrestes, azedas e carregadas de arrogância e intolerância.

A intervenção política contra o PCP e as coligações em que participa caracterizam-se, com particular nitidez neste momento, não pelo debate sério das suas propostas e do seu programa para Portugal ou para as autárquias mas pela falsificação, a mentira, as deformações, caricaturas e calúnias sobre as suas orientações. Não é contra o que o PCP realmente pensa que os nossos adversários esgrimem mas contra o que falsamente lhe atribuem. Só podemos sentir tristeza e indignação quando vemos algumas vozes entrarem neste imenso coro, que é difícil não ligar à tentativa de criar dificuldades e prejuízos nas próximas eleições autárquicas.

Sem dúvida que o PCP tem sérios problemas a considerar, enfrentar e resolver e muitas questões a debater, incluindo a evolução nos países socialistas, muitos dos quais foram publicamente apontados e assumidos no XII Congresso.

Em relação aos próprios países socialistas é preciso clarificar os termos do debate. O PCP apoia as conquistas e avanços que o socialismo permitiu e não, como alguns afirmam, as deformações e a negação dos seus valores e ideais na prática de países socialistas. E, sendo solidário com as lutas das forças progressistas e de todos os povos do mundo, só é obviamente responsável pela sua própria orientação e pela sua prática política em Portugal.

Peguem nas autárquicas e nas nossas orientações.

Não é adepto da «burocracia» e do «centralismo» um partido que tem uma política coerente e de fundo de descentralização e fortalecimento do Poder Local e que favorece a intensa participação dos cidadãos na gestão autárquica.

Não tem a mania de que é «iluminado» e tem a verdade toda um partido que trabalha nas autárquias no quadro da CDU e de coligações e acordos mais largos, que faz aprovar praticamente todas as propostas por unanimidade, buscando os necessários consensos, e que tem como orientação apoiar todas as propostas justas, venham de que partido vierem.

Não é adepto de privilégios da «nomemklatura» um partido que tem a orientação — e é o único que a tem — de que os seus eleitos não devem ser prejudicados nem beneficiados por exercerem cargos públicos e de que todos devem ser tratados por igual seja qual for a sua opção política e ideológica.

Não é adepto seja de que forma for de culto de personalidade um partido que tem como orientação o trabalho colectivo dos eleitos, com os trabalhadores autárquicos, com as populações e as mais diferentes organizações sociais, culturais, profissionais e juvenis sem discriminações.

Um pouco por todo o lado, onde podem ver-nos trabalhar, há eleitores de outros partidos que declaram apoiar nas autárquias a CDU. Mas a verdade é que as nossas orientações para as autárquias são parte das nossas concepções e ideais democráticos, comunistas e profundamente democráticos, e não uma excepção com fins eleitorais, como alguns pretendem insinuar.

Com as eleições autárquicas à porta, não é o momento de fazer a sua exaustiva demonstração. Mas, no entanto é preciso que fique claro que há quem nos atribua pretensas posições dogmáticas, esquemáticas, seguidistas, intolerantes e sectárias apenas na esperança de assim melhor disfarçar o ostensivo dogmatismo, esquematismo, seguidismo, intolerância e sectarismo que se desvendam por detrás de «clichés», de dislates e superficialidades que estão subvertendo.

Apesar da imensa gritaria, há dezenas de milhares de candidatos da CDU e de outras coligações que lutam nestes dias lado a lado com o PCP, por um Poder Local mais forte e eficaz e democrático e pelo fortalecimento da democracia portuguesa. É aí, e nas outras grandes lutas dos trabalhadores e das populações, tantas vezes caladas, que estão as sementes do futuro.

(...)



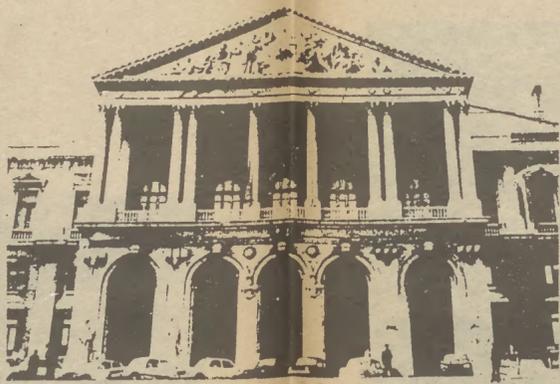
Almoço de apoiantes da CDU na Freguesia de Santa Maria, em Sintra. Realizado no Lourel, o almoço juntou oitenta pessoas, incluindo o cabeça de lista à Câmara Municipal de Sintra, Lino Paulo, que fez uma breve intervenção. Na iniciativa participaram numerosos independentes que manifestaram o seu apoio à CDU



Sessão de esclarecimento em Queluz integrada na campanha para as eleições autárquicas. Na iniciativa participou o actual presidente da Junta de Freguesia e de novo candidato, Sérgio Soares, bem como a vereadora da CDU Vera Dantas, também candidata. A sessão, muito participada, realizou-se na Escola n.º 1, no Monte Abraão, no passado dia 24 de Novembro



Jantar de apoiantes da CDU na Freguesia de Oeiras. Na iniciativa participou o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Oeiras, Celorico Moreira, Raul Abrunhosa (PRD) membro da Assembleia Municipal e candidato à Câmara e ainda José Casanova, do PCP



Acontecimentos de primeira importância verificados nos últimos dias como o encontro do Vaticano entre o chefe do Estado da URSS, Mikhail Gorbatchov, e o Papa João Paulo II e a cimeira soviética-americana de La Valeta, assinalam com marcos históricos o desenvolvimento da situação internacional num sentido favorável ao desarmamento, à paz e à segurança na Europa e no Mundo.

Esta evolução para que contribui sem dúvida a consciência de que uma nova guerra mundial significaria o holocausto da humanidade e as aspirações pacíficas dos povos permanentemente manifestadas, recebeu contudo um impulso decisivo da parte dos países socialistas e do movimento comunista, especialmente com as iniciativas de paz da União Soviética tomadas no quadro da «perestroika», muitas das quais protagonizadas por M. Gorbatchov.

O desenvolvimento da situação internacional e dentro desta a evolução das relações Leste-Oeste é uma referência fundamental e um tema obrigatório para qualquer debate minuciosamente sério que tenha em vista compreender os fenómenos negativos agora revelados nos países socialistas do Leste Europeu e os processos de mudanças vertiginosas, incluindo a abertura do «muro de Berlim», que neles ocorreu.

Outro tema obrigatório para este debate, nas vésperas da Cimeira de Estraburgo de 8 e 9 de Dezembro é o das eventuais implicações dos acontecimentos do Leste nos ritmos da Integração Europeia e a posição das Comunidades em relação aos países socialistas, o que pressupõe uma informação do Governo sobre as orientações que vão ser defendidas em nome do nosso país.

Pela nossa parte dispomo-nos a participar neste debate com a maior seriedade e empenhamento. Lamentamos que apesar dos nossos protestos nos tenham sido atribuídos apenas uns exiguos 40 minutos para todas as intervenções do Grupo Parlamentar do PCP enquanto o Governo e o PSD vão dispor de 2 horas, nem sequer contestamos, como podíamos ter feito, a falta de cobertura regimental para este debate. Entendemos a este propósito que ele abre um precedente em que a partir de agora qualquer partido da oposição pode fixar sem mais requisitos, a ordem do dia para promover um debate geral sobre quaisquer aspectos da acção e da política do Governo. É um avanço regimental. Regressando ao debate que hoje nos ocupa sobre a situação nos países socialistas:

Queremos assinalar que o seu agendamento para hoje, primeiro dia da campanha eleitoral para os órgãos das autárquias locais e revelador do carácter oportunista e dos rasteiros propósitos instrumentalizadores com que agem nesta matéria o PSD e o Governo que a tudo jogam mão para tentar ultrapassar as presentes dificuldades eleitorais com que estão confrontados.

Queremos salientar sobretudo que dão prova de grande mediocridade aqueles que procuram instrumentalizar em benefício de mesqui-

nhas operações partidárias eleitoralista ou em benefício de ambições pessoais os acontecimentos em curso nos países socialistas que pela sua profundidade e dimensão vão mexer, implicar e repercutir pelo mundo e influenciar a situação mundial.

Vamos primeiro aos acontecimentos.

Começemos por dizer, para refutar infundadas acusações que o PCP não tenta escamotear ou diminuir a gravidade dos fenómenos extremamente negativos verificados nos países socialistas e que os presentes acontecimentos põem em todo o relevo, mas reconhece pelo contrário, como faz na nota de 14 de Novembro, que eles «traduzem e representam insucessos, retrocessos, recuos e derrotas da causa do socialismo».

Em nosso entender esses fenómenos negativos desenvolveram-se, especialmente, ao nível do Estado, da Economia e do Partido.

Ao nível do Estado com o desprezo pela democracia socialista a confusão de funções entre o Partido e o Estado e a direcção deste altamente centralizada, autoritária e cada vez mais afastada do controlo popular.

Ao nível da economia com formas de organização económica excessivamente centralizadoras, voluntaristas, rotineiras, dirigidas, por um aparelho burocrático de dimensões excessivas e uniformizando esquematicamente as formações económicas, o que conduziu a situações de estagnação, a atrasos na aplicação das conquistas da revolução científica-técnica e a insuficiência no melhoramento das condições de vida do povo em conformidade com as exigências da vida moderna.

Ao nível do Partido, com a existência em diversos países socialistas de situações manifestamente dirigistas, com as direcções do Partido e por vezes alguns (ou algum) dirigentes a assumirem atitudes de imposição administrativas das suas orientações, opiniões e decisões, desligados das bases, e conduzindo os partidos respectivos para um progressivo isolamento das massas populares, das suas necessidades, dos seus problemas e das suas aspirações do que resultou o enfraquecimento e a redução da sua base de apoio.

É hoje evidente que estas características negativas do sistema do poder e da vida dos partidos dirigentes dos países socialistas acabaram de implantar-se como «um modelo», embora contradição frontalmente as grandes referências, ideias e os valores essenciais do ideal comunista, como foi compreendido por Marx, Engels e Lênine e permanentemente assumido pela generalidade dos partidos comunistas.

Sem minimizarmos em nada a gravidade dos fenómenos que tão abertamente criticamos e de que nos distanciamos chamamos a atenção para três reflexões essenciais à sua compreensão e perspetivação futura.

A primeira, é a de que as graves situações hoje reveladas não negam as grandes realizações históricas

Carlos Brito na Assembleia da República no debate sobre a situação nos países socialistas

«O muro mais difícil de derrubar é o muro da hipocrisia»

dos países socialistas nos domínios económico, social, político e cultural e o seu papel decisivo no processo libertador dos trabalhadores e dos povos e na defesa da paz.

Em relação à União Soviética cito-vos a propósito as palavras de um economista com credibilidade reconhecida. Trata-se de Abel Aganbeguan que afirma o seguinte:

«Em 70 anos de poder soviético, a URSS tornou-se num Estado industrial poderoso». «Se, em 1913, a parte da Rússia pré-revolucionária mal ultrapassava os 4% da produção industrial mundial, hoje em dia a URSS assegura cerca de um quinto da mesma». Continua o mesmo autor: «no nosso país, cada cidadão está socialmente protegido, quer dizer, não é ameaçado pelo desemprego, nem pela pobreza, podendo olhar o amanhã com confiança».

Em relação aos outros países socialistas lembre-se que a Hungria era conhecida como «o país do milhão de mendigos» e a Bulgária mal se distinguiu dos países atrasados do Terceiro Mundo. Estes países, incluindo a própria Polónia, apesar das destruições da guerra alcançaram no processo de edificação do socialismo, níveis de desenvolvimento que os colocaram, na expressão dos indicadores económicos globais, muito à frente do nosso país.

Em segundo lugar, é necessário salientar, que as características negativas que atrás enumeramos não instalaram e acentuaram nas condições de uma agudíssima tensão internacional, no auge da guerra fria quando as questões de defesa e segurança adquiriram um lugar prioritário. Foi nestas condições que os processos revolucionários de massas e de poder popular foram distorcidos e adulterados e transformado no «modelo» autoritário e burocrático que os acontecimentos em curso agora revelam.

Em terceiro lugar, é fundamental acentuar que a negação desse «modelo» e o processo de superação das suas características negativas arranca de dentro do próprio movimento comunista com a «perestroika» na União Soviética e os processos de reforma e democratização que se lhes seguiram em outros países socialistas, por iniciativa dos próprios dirigentes ou, em ruptura com eles, sob o impulso de amplos movimentos de insatisfação, crítica, protesto e reivindicação populares.

A atitude do PCP em relação ao sentido essencial destes processos de democratização pode avaliar-se pelo alto preço que sempre manifestou em relação aos objectivos fundamentais da «perestroika». A atitude do PCP em relação à «perestroika» foi amplamente desenvolvida na resolução do XII Congresso, realizado no Porto há precisamente um ano. Destacamos da resolução o seguinte passo esclarecedor:

«A «perestroika» rejeita soluções e orientações que o desenvolvimento social tornou caducas ou revelou erradas, procura soluções inovadoras para assegurar o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento radical da produtividade do trabalho, elimina desvios dirigistas e

deformações burocráticas incompatíveis com o poder popular, condena corajosamente dramáticos acontecimentos do passado, designadamente os crimes cometidos no período de Stáline, acentua o carácter democrático e humanista da nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem. Tudo isto constitui, na opinião do PCP, um novo e revolucionário aprofundamento e enriquecimento da sociedade socialista».

Tal é, de forma absolutamente inequívoca, a posição do PCP em relação à «perestroika» definida não agora, depois da abertura do «muro de Berlim», mas há um ano atrás como já sublinhámos.

Acompanhamos assim os acontecimentos que se desenrolam nos países socialistas de Leste Europeu não com o acabrunhado pessimismo que os nossos adversários desejariam, mas com apaixonado interesse, abertura a novas experiências, atentos aos perigos com sentido crítico e confiança na universalidade dos valores essenciais do ideal comunista. O sentido fundamental desses acontecimentos não representa para nós um crepúsculo, mas um alvorecer, representa a capacidade do socialismo se renovar e superar a crise. Significa um novo impulso do socialismo.

Esclareçamos mais uma vez que no seu XII Congresso, o PCP tomou claras distâncias em relação aos aspectos negativos da realidade dos países socialistas, quer pela crítica explícita e implícita, quer pela afirmação positiva das grandes linhas da sociedade socialista que o PCP defende para Portugal. No programa aprovado no Congresso condena-se como o PCP faz há décadas a ideia do «modelo». Nas características da sociedade socialista que o PCP propõe para Portugal, o programa salienta: O poder dos trabalhadores, a democratização de toda a vida nacional, a garantia do exercício das liberdades democráticas, incluindo a liberdade de imprensa e da formação dos partidos políticos, a protecção na ordem jurídica dos direitos dos cidadãos, a realização de eleições com observância estrita da legalidade pelos órgãos de poder, a coexistência das diversas formas de organização económica (incluindo empresas privadas) a par da propriedade social dos principais meios de produção, a libertação dos trabalhadores de todas as formas de exploração e opressão, o respeito pela dignidade e personalidade de cada cidadão, a erradicação dos grandes flagelos sociais, a transformação da cultura em património, instrumento de actividade de todo o povo.

O programa do PCP de 1988, como o anterior programa de 1965, está impregnado da concepção de que a democracia política possui um valor intrínseco pelo que é necessário salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa. Com esta visão da sociedade por que lutam em Portugal, os comunistas portugueses projectam-naturalmente na apreciação dos problemas que ocorrem no mundo, tendo em conta as situações concretas.

Os processos de reformas e mudanças em curso nos países socialistas do Leste Europeu estão estritamente ligadas aos avanços no sentido do desanuviamento internacional, da eliminação das forças de tensão, do desarmamento e da paz e revestem uma importância decisiva para a plena concretização destes grandes objectivos de toda a Humanidade.

A pior ameaça que cerca os processos positivos que se envolvem no mundo actual é o espírito de revanche que leva alguns círculos do imperialismo a procurar tirar vantagem dos acontecimentos em curso nos países socialistas para alterar em proveito próprio o equilíbrio de forças em que repousa a paz mundial. Gorbatchov acaba de advertir a insensatez daqueles que pensando à «maneira antiga», continuam a sonhar com a exportação do capitalismo.

O princípio da não ingerência, o respeito pleno pela soberania dos povos e nações incluindo o direito à autodeterminação é pedra basilar de uma nova ordem internacional que alguns factos já pronunciam e que a humanidade reclama.

Não se pode aplaudir o princípio da não ingerência quando as tropas soviéticas retiram do Afeganistão e deixam passar, sem condenação, a recente intervenção norte-americana nas Filipinas, a permanente ingerência norte-americana na República Popular de Angola flagrantemente denunciada pela queda recente de um avião da CIA, a agressão norte-americana contra a Nicarágua e a invasão de Granada, para citar apenas casos recentes e situações que perduram.

Não se pode exaltar os valores da liberdade e dos direitos humanos quando se fala das reformas em curso nos países socialistas e pactua a brutal violação desses valores na Turquia ou na Irlanda do Norte, isto é, no próprio seio da NATO e no espaço da CEE.

Não se pode proclamar o princípio da autodeterminação para intrigar contra os países socialistas e permitir pela cumplicidade das atitudes e dos interesses inconfessáveis, que estejam impedidos pela força de aceder a este princípio libertador dos povos da África do Sul, o povo palestino e tantos outros povos da América Latina, da África, da Ásia oprimidos por regimes trancos apoiados pelas grandes potências ocidentais.

Importa para nós portugueses nunca esquecer estes povos o muro de Timor-Leste oprimido pela ditadura capitalista e anticomunista da Indonésia.

O muro mais difícil de derrubar é o muro da hipocrisia atrás do qual se escondem as mais brutais injustiças e a mais feroz exploração, os que as praticam, os que as protegem e os que delas tiram chorudo benefício.

Por trás do muro da hipocrisia escondem-se a pilhagem das riquezas dos países subdesenvolvidos, o colonialismo e o neocolonialismo, os velhos e os novos pobres, a formidável superconcentração de riqueza numa infima minoria de países e dentro destes numa infima minoria

de potentados. A dívida dos países subdesenvolvidos como que representa hoje o negativo do filme dessa pilhagem.

Segundo números do insuspeito relatório do Banco de Portugal o peso da dívida representava nesses países em 1988, 308% do valor total das suas exportações de bens e serviços. Só o serviço da dívida representa 41% do valor dessas exportações e só a parte dos juros subiu em relação a elas, de 21,5% em 1987 para 26,1% em 1988.

Por detrás do muro da hipocrisia escondem-se os 49 milhões de pobres e os 16 milhões de desempregados de longa duração da CEE e escondem-se também os 35 milhões de pobres dos Estados Unidos, dos quais 30% são negros, que são apenas 12% da população.

Entretanto, 10% dos americanos detêm 2/3 da fortuna nacional e dessem 1% viu passar a sua parte, em dez anos, de 25 para 35% do total.

Isto acontece nos países capitalistas mais desenvolvidos. A grande massa dos países capitalistas é porém, de países pouco subdesenvolvidos. No Brasil, por exemplo, 42% das crianças abandonadas a escola por falta de meios financeiros ou intelectuais e 25% da força de trabalho é constituída por crianças de 10 e 14 anos. Em 10 anos a mão-de-obra aumentou 12% do nordeste brasileiro, mas a mão de obra infantil, 111%.

E em Portugal? É sabido, 80% dos reformados e pensionistas (mais de 1,6 milhões) e 38% das famílias portuguesas vivem abaixo do limiar de pobreza e estes valores têm-se agravado, situando-se Portugal acima da média comunitária (que é de 12%), começando a surgir o fenómeno de nova pobreza.

Em relação aos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos poderemos ainda falar designadamente da droga, da violência, da prostituição. Creemos que basta o que fica dito.

Vale a pena perguntar: com tanta miséria e tão gritantes desigualdades em casa quem é que pode cantar vitória?

O muro da hipocrisia é levantado e sustentado não apenas pelas trans e as multinacionais do imperialismo, mas pelas políticas, que as servem, as protegem, e as encobrem incluindo a social democracia. A grande mensagem que vem de Leste é a de que é preciso pôr a prática de acordo com os ideais e os princípios proclamados. Creio que é inspirador para todos nós.

Neste limiar do século XXI abre-se aos povos do Mundo uma rara oportunidade, a de edificar a segurança na Europa e no Mundo, a paz, a cooperação em novas bases sólidas e duradouras. M. Gorbatchov acaba de defender em Itália a aceleração de Helsínquia 2. Reconhecemos todos que é um bom princípio para a construção da nova ordem internacional mais justa e a que desde sempre aspira a Humanidade. Mas é necessário operar profundas mudanças na nossa política externa para que nova ordem no Mundo seja também uma construção de Portugal.

A arte e a morte

No passado fim-de-semana ocorreram na região de Lisboa dois acontecimentos culturais de relevo.

Um, produzindo o nascimento de um teatro.

Outro, impondo a morte de uma orquestra.

Neste caso a antinomia do novo que nasce e do velho que morre escapa à lógica e violenta a vida. Se na Natureza tudo se transforma, se neste planeta há sempre um ciclo natural que associa interminavelmente o princípio ao fim das coisas, coisas há que se subtraem a esta determinação implacável e, por isso, se vão da lei da morte libertando.

Já o dizia Camões.

Sempre o comprovou a Cultura, esse fruto glorioso do engenho humano que lhe sublima a espécie e garante a eternidade. Uma eternidade palpável, concreta e indiscutível, construída pelo próprio homem ao longo da sua frágil transitoriedade.

Daí que o nascimento e a morte de instrumentos culturais, como o são um teatro ou uma orquestra sinfónica, não possam ser vistos à luz normal do quotidiano ou aceites com a indiferença que concedemos às banalidades.

Beethoven considerava as orquestras um instrumento para falar com os deuses.

Sófocles obrigou os deuses a descer aos palcos e a falar como os homens.

Por isso construir um teatro é quase um acto divino. É de certeza erguer um templo à eternidade do homem. Por isso destruir uma orquestra é quase uma blasfémia. É de certeza um crime contra o homem no que ele tem de mais precioso — a eternidade da sua Cultura.

Pois no passado fim-de-semana, na região de Lisboa, deu-se vida a um teatro e matou-se uma orquestra. O teatro nasceu a 30 metros de Lisboa, na Calçada de Carriche, em Loures, e chama-se o Teatro da Mala Posta.

A orquestra morreu durante o seu último concerto no S. Luís, em Lisboa, e chamava-se Orquestra Sinfónica da RDP.

O primeiro nasceu do esforço e empenhamento de quatro autarquias que têm em comum ter maioria CDU. A segunda morreu às mãos do Poder Central, que fica na história em nome do Governo PSD do professor Cavaco Silva.

Exactamente o mesmo Governo que entrega milhões de sinecuras para fingir que comemora os Descobrimientos Portugueses, que oferece os recursos nacionais à rapacidade monopolista e decide que o apoio à Cultura é coisa de mecenas.

Exactamente o mesmo Governo que não constrói escolas e quer pastorear o Ensino, que não cumpre a lei das Finanças Locais e pretende estrangular as autarquias.

Autarquias como as de Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço que construiram o Teatro da Mala Posta num esforço financeiro de 350 000 contos e no quadro de um projecto intermunicipal denominado Associação de Municípios para a Área Sociocultural (Amascultura).

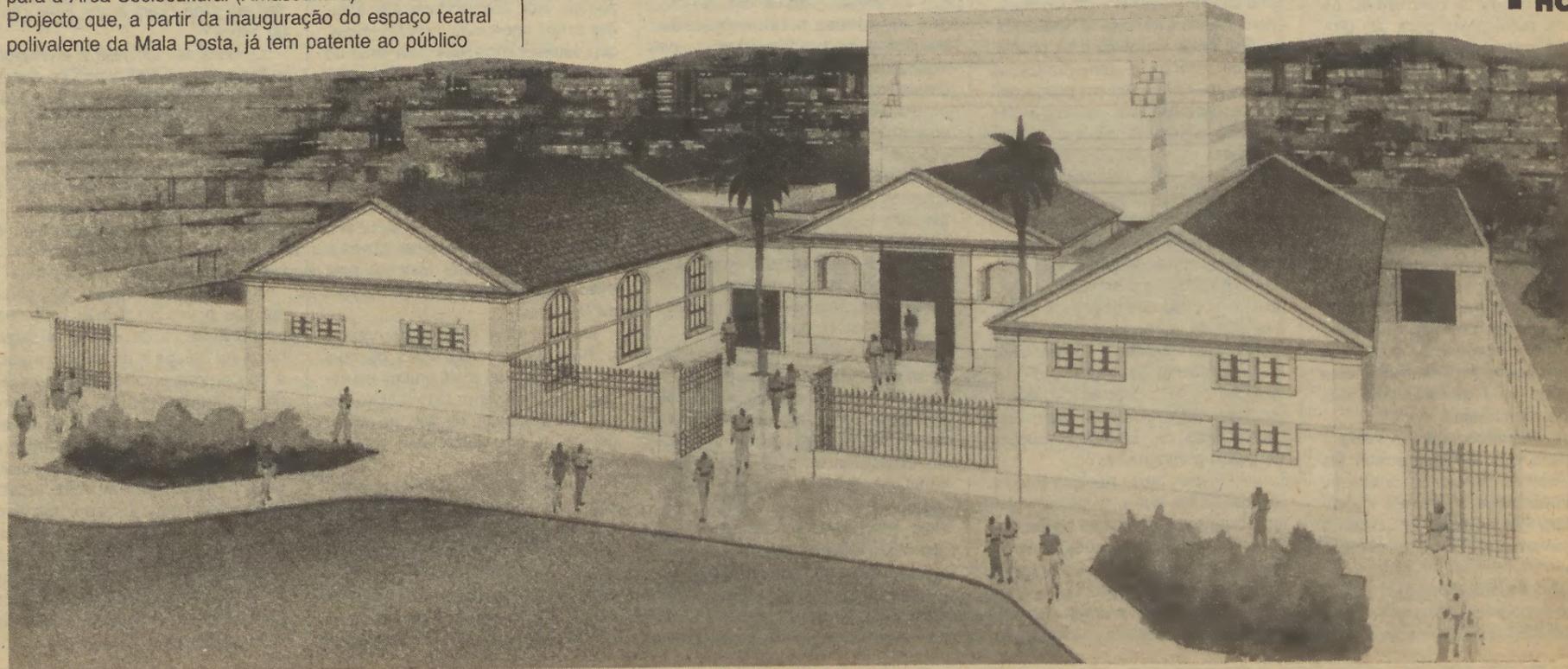
Projecto que, a partir da inauguração do espaço teatral polivalente da Mala Posta, já tem patente ao público



uma exposição documental sobre «50 anos de Cinema Canadiano», no âmbito de um ciclo que se iniciou com a projecção do filme «Train of Dreams» e se prepara para estrear, no próximo dia 20, a peça «O Render dos Heróis» de José Cardoso Pires, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett — CDIAG — companhia criada há cerca de ano e meio no contexto do projecto cultural intermunicipal e que já produziu nove espectáculos vistos por 27 000 espectadores.

Quanto ao «projecto» governamental em que se inseriu a decisão de extinguir a única Orquestra Sinfónica nacional, prevê o desemprego dos nossos músicos profissionais e a contratação, a peso de ouro, de executantes estrangeiros para récitas culturalantes, onde o «jet-set» cá da paróquia passeará gomas e frutos para se rever em revistas alcoviteiras.

■ HC





Mikhail Gorbachov

A ideia socialista e a reestruturação revolucionária

2. As deformações burocráticas da ideia socialista

A pesquisa de métodos e formas de construção da nova sociedade, historicamente necessária depois de Lênine, tornou-se numa dura luta ideológica e política. Estaline soube jogar com a impaciência revolucionária das massas, com as tendências utópicas e igualitárias características de qualquer movimento de massas, com a vontade da vanguarda de atingir o mais rapidamente possível o objectivo desejado.

Tudo isto limitou muito as possibilidades de debate criativo dos problemas que iam surgindo, das alternativas, e conduziu a uma uniformização em que já não havia lugar para a diversidade de opiniões e pontos de vista com base na teoria marxista e no quadro do programa do Partido. A ideia do socialismo aproximava-se cada vez mais da imagem do sistema burocrático-administrativo dirigente.

Outra consequência deste processo foi a separação cada vez maior entre a teoria marxista e a realidade, entre os ideais humanistas e a prática. O sistema político e económico burocrático, fortemente centralizado, funcionava segundo as suas leis. E a teoria tinha que cumprir a perversa função ideológica de criar a ilusão da «correção» deste funcionamento, justificar a prática, desenhando na consciência social um modelo acabado de socialismo que estaria supostamente de acordo com os princípios do marxismo-leninismo.

Em nome de um «grande objectivo» justificavam-se os métodos mais desumanos. A «racionalidade política» era colocada oficialmente acima da «legalidade formal», o que retirou à política a sua base moral. Depois de espezinhar normas e princípios da justiça e da moral universais, o sistema autoritário-burocrático tentava firmar a sua posição insistindo em introduzir na consciência social normas de vida e de comportamento «especiais», diferentes das normas universais.

Ao mesmo tempo, e apesar de todas as deformações,

o povo conservou no fundo da sua consciência o conceito humanista de socialismo, tentava utilizar qualquer possibilidade de lhe abrir o caminho. Teve enorme significado o XX Congresso e a revelação que nele foi feita do fenómeno que viria a ser denominado como «culto da personalidade», o desendousamento de Estaline e a condenação dos seus métodos. Isto obrigou a que se visse com outros olhos o caminho percorrido pelo país e pelo Partido.

Mas o XX Congresso, recusando e condenando os aspectos sombrios do regime estalinista, os seus extremismos, deixou no geral sem alteração o próprio sistema burocrático.

Este conseguiu manter-se, para o que contribuiu também a nova ilusão de que bastaria liquidar os extremismos do regime estalinista para que a energia libertada do socialismo pudesse, num futuro não distante, conduzir a nossa sociedade à fase superior do comunismo.

A classificação do estágio atingido pela sociedade como «socialismo desenvolvido» continha elementos de pragmatismo. No entanto, também aqui era extremamente elevado o peso do utopismo e do exagero e - o principal - mantinha-se o sistema burocrático.

As deformações estalinistas conduziram à perda do que havia de essencial na concepção de socialismo de Marx e Lênine: ver o homem como objectivo, e não como meio. Em vez da ideia do desenvolvimento livre de cada um, como condição do desenvolvimento livre de todos, surgiu uma visão do homem como «roda minúscula» na máquina do Partido e do Estado, e das organizações de trabalhadores como «correias de transmissão» desta máquina. Posteriormente, conservou-se o mecanismo assim criado. Mais, no fundo o sistema administrativo e burocrático ia ganhando cada vez mais força, o que teve consequências extremamente negativas para a sociedade que, por fim, foi conduzi-

da a um estado de estagnação e colocada à beira da crise.

É costume designar estes anos como «período da estagnação», mas, pelos vistos, tal caracterização mostra-se hoje já insuficiente. Aquele foi um tempo de oportunidades perdidas, que trouxe um sério prejuízo à causa do socialismo. Foi então subestimado o significado da revolução que se estava a processar na ciência e na técnica, não foram tomadas medidas práticas nesta direcção, embora até se falasse muito da necessidade de conjugar os resultados da revolução técnico-científica - ainda por cima, da sua etapa mais recente - com as vantagens do socialismo. Como consequência, no plano da civilização mundial, ficámos, numa série de importantes áreas e direcções, como que numa época tecnológica do passado, enquanto os países do Ocidente passaram para outra, para a época das altas tecnologias, de formas radicalmente novas de interligação da ciência e da produção, de novas formas de responder às necessidades das pessoas, entrando mesmo no dia-a-dia.

Muitos hoje tentam procurar a raiz dos nossos males e dificuldades actuais na própria opção socialista. Não nos caminhos da Revolução, mas na sua base, nos seus princípios.

O PCUS também retorna às origens e aos princípios da revolução, mas não para brandir a «insensatez dos heróis», antes para assumir plenamente a sua responsabilidade pela causa da revolução, pelo que prometeu, pelo que realizou e pelo que ficou a dever. O Partido, como organizador da Revolução, deve ter presente esta dívida. Sem esta atitude não é possível avançar na via do socialismo. O que não foi cumprido, o que não foi feito, deve ser cumprido, deve ser feito.

A teoria marxista previu a possibilidade de, durante a construção da nova sociedade, se ter que, por mais de uma vez, tudo refazer desde o princípio.

está a ser realizado por métodos democráticos, com o povo e para o povo, em relação ao qual o Partido intervém como a sua vanguarda política. A actividade e a iniciativa histórica de que dá provas é, deste modo, uma manifestação natural do seu papel de vanguarda. No entanto, o Partido não monopoliza o direito à pesquisa. Qualquer iniciativa útil, venha donde vier, é necessária à perestroika, já que a sua vitalidade depende politicamente do desenvolvimento da democracia, cuja função consiste, neste caso, em estimular a iniciativa popular.

Hoje, como nunca antes, é importante responder à questão das novas abordagens do socialismo, da nova visão das suas características fundamentais.

A perestroika transfere os princípios iniciais da revolução para o plano das realidades, uma vez que no passado grande parte deles eram apenas proclamados. Paralelamente, está hoje perfeitamente definido que estes princípios e os critérios neles baseados exigem uma concretização que leve em conta a experiência do socialismo mundial e os processos de desenvolvimento dos países capitalistas.

Antes de mais, deve desaparecer o cariz de confrontação, de contraposição absoluta e metafísica dos dois actuais sistemas sociais. A própria vida, a sua dialéctica, colocando perante a humanidade problemas e perigos globais, exige a passagem da confrontação para a cooperação entre povos e Estados, independentemente dos seus regimes sociais.

Se levarmos em conta que

fazemos parte da civilização humana, por cuja preservação somos responsáveis, tanto bastará para que superemos a ideia de confrontação. Contudo, no isolamento da nossa oposição directa ao capitalismo, subestimámos nitidamente a importância de muito daquilo que a humanidade criou ao longo dos séculos. Nestas realizações da civilização incluem-se não só simples normas da moral e da justiça, mas também princípios do direito formal, isto é, a igualdade de todos perante a lei, os direitos e as liberdades do indivíduo, os princípios da produção mercantil e das trocas equivalentes com base na acção da lei do valor. Agora, instala-se na consciência social, de forma cada vez mais nítida, a ideia de que a produção mercantil e os métodos económicos de gestão são um elemento inseparável da actual etapa de desenvolvimento do socialismo.

Devemos encarar também de outra maneira a conhecida tese de Lênine de que, entre o degrau denominado capitalismo monopolista e o degrau denominado socialismo, não existem nenhuma outras «construções» intermédias. É evidente que Lênine revelou de forma incompleta a proximidade, de que já tomámos consciência, das formas de organização e do nível de socialização da produção nestas formações, os quais mostram a entrada em acção de mecanismos universais, e não apenas formacionais. Deve alterar-se o conteúdo do conceito de competição económica entre o capitalismo e o socialismo. Adquirem hoje um significado decisivo, não o crescimento quantitativo da produção ou a quantidade de produtos per capita (apesar de alguns

sectores da economia nacional também esta tarefa se manter na ordem do dia, como, por exemplo, na agricultura), mas a poupança de recursos, o nível tecnológico, a informação. Temos que alterar os critérios económicos, adaptá-los ao presente, às realidades económicas dos nossos dias. Isto é essencial para a definição dos objectivos da nossa política económica.

Assim, detemos o primeiro lugar no mundo quanto ao volume de produção de aço, adubos minerais e alguns outros tipos de produção. E o que nos acrescenta, de especificamente «socialista», esta realização? É uma evidência que, a partir de dada altura, estas toneladas, unidades, metros, etc., tornaram-se indicadores demasiado grosseiros e primitivos do desenvolvimento social e económico. Nestas condições, os critérios do socialismo devem corresponder mais aos interesses e necessidades do homem. Na área da produção de bens materiais devemos seguir, não a palavra de ordem «atingir e ultrapassar», mas a orientação no sentido de uma incorporação mais orgânica no processo mundial de desenvolvimento económico. Só poderemos vencer economicamente se não nos opusermos aos outros nesta esfera, mas, em conjunto com eles, tentarmos resolver também os nossos problemas económicos.

É também evidente que, tanto no capitalismo como no socialismo, decorrem processos de conteúdo extremamente semelhante, porquanto resultam em última análise do desenvolvimento das ac-



3. A perestroika e a nova visão do socialismo

A perestroika revolucionária começou por iniciativa do Partido, da sua direcção. É nesta base que ela surge por vezes na nossa imprensa como uma «revolução vinda de cima», e é matéria para comparações e paralelos históricos.

Parece-nos, contudo, que o conceito de «revolução vinda

de cima» é inaceitável porque divide a nossa sociedade em «cúpulas» e «bases» executantes das suas ideias, instruções e ordens. Para Estaline, que o empregou quando caracterizou a colectivização, este conceito era natural, uma vez que traduzia a sua concepção de pirâmide do poder, assente nas «bases» e sendo

o topo constituído pelos dirigentes. Para nós tal ideia não é mais que uma cópia do sistema burocrático-autoritário, que repudiamos, e uma manifestação da ideologia antidemocrática estalinista, isto é, da mentalidade antiga e não da nova.

A perestroika é todo um processo revolucionário que

Mikhail Gorbachov

tuais forças de produção, do progresso científico-técnico. Trata-se aqui, em particular, dos processos de integração. É claro que não devemos copiar o ocidente, mas temos que aproveitar os benefícios dos processos integracionistas mais plenamente do que por enquanto se faz no quadro do sistema mundial socialista.

Em que é que vemos a essência e o conteúdo dos critérios socialistas, quais os valores que pretendemos preservar cuidadosamente e enriquecer, dando-lhes novos contornos?

A ideia do socialismo, tal como a compreendemos hoje, é antes de mais a ideia de liberdade. O principal motivo da revolução social - a libertação da classe operária - foi indissociavelmente ligado pelos fundadores do marxismo à libertação de «toda a espécie humana» de quaisquer formas de opressão e exploração (ver Marx e Engels, Obras, tomo 19, p. 246 da edição em língua russa). Tanto mais que se tratava da liberdade baseada na razão do homem, nos conceitos humanistas das liberdades do indivíduo em sociedade, da liberdade que nada tem em comum com a anarquia, com o voluntarismo interesseiro e destruidor. Eis por que o conceito socialista de liberdade está organicamente ligado às ideias da comunidade de interesses e do colectivismo. Todavia, não é um colectivismo de caserna, nivelador dos indivíduos, mas aquele que Marx e Engels denominaram de verdadeiro colectivismo, onde «os indivíduos adquirem liberdade na sua associação e por intermédio dessa associação» (idem, tomo 3, p. 75).

Lamentavelmente, foi precisamente este aspecto da ideia socialista que se tornou objecto de maior distorção. Em nome de um falso conceito de colectivismo, ignorava-se a individualidade humana, travava-se o desenvolvimento da personalidade, sob o pretexto da prioridade do colectivo sobre o individual, restringiam-se abruptamente as fronteiras racionais da liberdade, esterilizava-se a essência humana da organização socialista. Por outras palavras, o ideal socialista era despojado do principal - o próprio homem, as suas necessidades e interesses, a sua vida real.

Logo após a revolução, nasceu a conhecida fórmula poética: «socialismo - o trabalho livre das pessoas reunidas livremente». A vida e a prática concretizaram a seguinte fórmula: «não é directamente apoiados no entusiasmo, mas com a ajuda do entusiasmo, gerado pela grande revolução, e apoiados no interesse individual, na capacidade de interessar o indivíduo, no cálculo económico» - nestes princípios deveria, segundo Lênine, basear-se o processo

de construção socialista. Esta verdade foi por muito tempo esquecida durante o domínio do sistema autoritário-burocrático.

Também distorcidamente, de forma primitiva, era interpretado o mais importante princípio do socialismo - o princípio da socialização efectiva da produção. Precisamente, a socialização efectiva foi substituída pela sua declaração formal, por uma aparência de prosperidade que se fundamentava no diktat e no administrativismo, e, não raramente, na violência, como durante a colectivização do campo. Hoje, devemos ver de maneira mais concreta a propriedade social, considerando tanto a experiência positiva como a negativa. Antes de mais, trata-se de não reduzir a socialização à estatização, sobre o que advertiu Lênine e que depois foi ignorado.

Não rejeitamos nem rejeitaremos a ideia em si de socialização, da prioridade da propriedade social, que é parte integrante e constitutiva do ideal socialista. O trabalho unido e livre foi e continua a ser um traço do socialismo. Simultaneamente, rejeitamos a socialização formal, e implantamos na prática uma multiplicidade de formas de propriedade que não esgotaram o seu potencial e que são capazes de fazer avançar a economia socialista na via da elevação da sua eficácia.

A força do ideal socialista reside em que os problemas da eficácia e da produtividade do trabalho são indissociáveis do humanismo e da justiça social. Encontra-se aqui o centro de gravidade da ideia socialista, a sua diferença específica. É precisamente aqui que está a força, e não, como por vezes se pensa, a fraqueza da organização social socialista, desde que não se confunda o humanismo com a proliferação do parasitismo, e a justiça com o nivelamento absoluto, ou seja, com a ausência de qualquer tipo de diferenciação.

Infelizmente, na opinião pública têm ainda uma divulgação bastante ampla concepções de um igualitarismo grosseiro que Marx criticou. Hoje, muitos deixam-se ainda levar por tais ânimos. A justiça do socialismo está estreitamente ligada ao problema da distribuição segundo o trabalho, que, por seu turno, não pode ser resolvido sem uma análise profunda da produtividade do trabalho em geral, da correlação do trabalho simples e complexo e da conjugação dos interesses imediatos e de longo prazo da sociedade. Esta é uma tarefa de hoje e, simultaneamente, estratégica. Esta é a contradição do socialismo que intervirá como uma das mais poderosas forças motrizes do seu desenvolvimento.

Um traço essencial do socialismo é a afirmação do au-

têntico poder popular. Isto nunca foi negado por ninguém no decurso da nossa história. O envolvimento das massas na direcção sempre se considerou como o mais importante sinal da democracia socialista, cujo desenvolvimento, segundo Lênine, deveria consistir em que, de uma democracia para os trabalhadores, com o progresso da cultura e a elevação do nível da consciência das massas, ela se transformaria numa democracia realizada pelos próprios trabalhadores.

A proclamação do nosso Estado socialista como Estado de todo o povo, no limiar dos anos 50-60, deveria obviamente ser um marco que assinalasse esta transição. Lamentavelmente, as inovações teóricas no decurso dos decénios não se fizeram acompanhar de quaisquer mudanças nos mecanismos políticos. Por isso, tal como as relações de propriedade, é preciso encarar a democracia socialista, não de forma abstracta, mas em unidade com os mecanismos de materialização dos seus princípios fundamentais, destinados a garantir a autogestão socialista do povo, o Estado de direito. A aplicação consequente destes princípios representa a garantia não só da democracia, mas do autêntico desenvolvimento socialista do nosso sistema político. Esta é uma das lições do passado e uma tarefa que nos dita a vida, a realidade da perestroika.

O socialismo intervém como portador e defensor dos ideais e valores democráticos e universais. Neste sentido, adquire uma importância extrema a questão da essência de uma atitude de classe face à prioridade dos valores universais, afirmados na época contemporânea. Desde o início da formação do movimento proletário que Marx sublinhou o facto de que «a luta pela libertação da classe operária implica uma luta, não por privilégios e monopólios de classe, mas por direitos e obrigações iguais e pela liquidação de toda e qualquer dominação de classe» (Marx e Engels, Obras, tomo 16, p. 12 da edição russa). Desta forma o vector da origem de classe coincidiu com a direcção do progresso da civilização no caminho da liberdade e da paz.

Apesar disso, não podemos deixar de proceder a uma verdadeira análise de classe das realidades da vida, do estado actual da sociedade, das suas forças motrizes e contradições. Somente depois do levantamento detalhado dos interesses e necessidades das classes e grupos da nossa sociedade poderemos elaborar uma política realista também no decurso da perestroika, que deve superar as deformações do socialismo e elevá-lo a um nível qualitativamente novo.

das pessoas condições de vida consideradas naturais para qualquer Estado civilizado. A perestroika, durante a construção de uma realidade qualitativamente nova na sociedade, orientada para os valores humanistas do socialismo, deve acabar com este paradoxo do desenvolvimento unilateral. Ao criar condições para uma vida plena para as gerações de hoje, estamos a garantir também o futuro do País, o futuro do socialismo.

Colocando assim a questão, as concepções sobre o novo rosto do socialismo surgem de uma forma natural, no processo de revelação e de assimilação teórica das necessidades e dos interesses fundamentais dos homens de hoje. A partir desta base podem definir-se objectivos e programas adequados à realidade actual, mas, ao mesmo tempo, apontados ao futuro.

O novo rosto do socialismo é o seu rosto humano, o que está inteiramente de acordo com o pensamento de Marx, para quem a sociedade do futuro era o humanismo real, cuja concretização se tornara possível. E, uma vez que a sua construção é o objectivo principal da perestroika, podemos com toda a razão dizer que estamos a construir um socialismo humanista.

A nossa tarefa, claro, não consiste em simplesmente proclamar este conceito. Importa renovar na prática o socialismo, criando estruturas socioeconómicas e políticas que sejam um meio e o homem o fim, que garantam realmente que todo o sistema social fique virado para o homem. Esta humanização das estruturas sociais não corresponde apenas às exigências do humanismo ou dos imperativos morais. Ela representa actualmente para a nossa sociedade uma necessidade económica e social e uma condição indispensável para o seu desenvolvimento.

A perestroika demonstrou que só o empenho real do homem, como sujeito responsável, em todos os assuntos do Estado e da sociedade permitirá vencer a alienação do homem, a ruptura entre os interesses pessoais e colectivos, incrementar o papel activo da personalidade em todas as esferas da vida social.

Por outro lado, a humanização das estruturas sociais só é possível com o crescimento dos investimentos no homem. Temos que tomar plena consciência de que a sociedade se desenvolverá de modo tanto mais intensivo, quanto mais desenvolvido, competente e zeloso no trabalho for o próprio homem. Por isso, o investimento no homem é a forma mais vantajosa de utilização do capital. E neste aspecto nós atrasámo-nos seriamente em relação aos Estados desenvolvidos, onde as verbas para financiamento da educação, da saúde e de outras áreas sociais, pelo seu peso relativo no rendimento nacional, são muito maiores que no nosso país. Aqui é indispensável uma viragem radical, a recusa, não em palavras, mas em actos, do princípio de financiar estas áreas com as sobras, pois só tal atitude corresponde aos valores básicos do socialismo.

É a isto que nos obriga a perestroika e, ao definir as perspectivas, a nova face do socialismo, devemos aplicar plenamente o princípio da prioridade da medida humana em todas as esferas da vida da nossa sociedade.

No campo económico a modificação do nosso ponto de vista sobre o socialismo

levou à compreensão de que, para o progresso das actuais forças produtivas e o crescimento da produtividade do trabalho social, é necessário o desenvolvimento das diversas formas da propriedade socialista, a criação de novos mecanismos para a sua realização, que organizem e estimulem eficientemente o trabalho das pessoas.

No decurso destas transformações não temos necessidade de rejeitar as vantagens que todos conhecem do centralismo e da planificação em grande escala. Nós rejeitamos o centralismo burocrático a favor do democrático e, desta forma, rejeitamos o centralismo formal, no fundo impotente, a favor do centralismo real, eficiente. O pseudocentralismo dos gabinetes deve dar lugar a mecanismos de gestão seguros, com o auxílio das associações voluntárias dos colectivos de trabalhadores.

Os mecanismos económicos formados pela perestroika terão o devido efeito se o trabalhador for o sujeito real da propriedade, se o operário for o proprietário dos meios de trabalho, se o camponês for dono da terra, e se nestes mesmos mecanismos estiverem presentes não só os interesses da sociedade, mas, em harmonia com eles, os interesses próprios do trabalhador, para que as pessoas possam ver a relação dos resultados do seu trabalho com a recompensa por esse trabalho.

No processo desta transformação ocorrerá também, sem dúvida, uma profunda reorientação da economia, em primeiro lugar, pela conversão de empresas das áreas ligadas à defesa, para o que se abre caminho com os processos de reforço da segurança internacional, de desarmamento, de transição para uma paz desnuclearizada, e, em segundo lugar, pelo aumento significativo do aporte dos bens de consumo no volume global da nossa produção.

Há ainda um importantíssimo aspecto da perestroika nas estruturas, e aqui as nossas tarefas enquadram-se nas pesquisas que toda a humanidade está a fazer. Na segunda metade do século XX tornou-se evidente a falta de perspectivas do velho modelo de industrialização, o custo de enormes recursos naturais e consumindo quantidades cada vez maiores de matérias-primas, materiais, fontes de energia. Tal estrutura económica esbanjadora podia desenvolver-se durante um período limitado numa parte limitada do globo. A longo prazo e para toda a humanidade ela não serve, é simplesmente insuportável para a Natureza.

Infelizmente, o socialismo não conseguiu ocupar a posição de líder do reordenamento das estruturas - este papel é hoje desempenhado pelos países capitalistas industrialmente desenvolvidos. Confrontados por termos evitados as convulsões sociais ligadas à crise energética dos anos 70 no mundo capitalista, reparámos demasiado tarde que, à convulsão social, seguia-se ali um enérgico reordenamento estrutural com base nas altas tecnologias, na poupança de energia e de matérias-primas. Hoje estamos a pagar pela lentidão e pela autoconfiança, e estamos a pagar, nomeadamente, com custos sociais. A vida obriga-nos a confirmar as vantagens do nosso sistema no terreno do reordenamento estrutural.

Esta tarefa não é de menor

dimensões nem de menor complexidade que a industrialização realizada em prazos curtíssimos ou que a organização da indústria da Vitória nos anos da guerra. Esta tarefa também não é de menor significado, uma vez que se trata de interesses vitais, dos destinos do país.

A perestroika vencerá se vencer economicamente, ou seja, se se garantir a estabilidade económica, o devido crescimento da produtividade do trabalho e a aceleração dos ritmos do progresso científico-técnico. São também estas características que devem marcar a nova face económica do socialismo.

Na política a renovação do socialismo conduz à garantia de um autêntico poder popular por via da formação de mecanismos da sociedade civil e do Estado de direito.

No nosso país, habitualmente, até o próprio termo «socialismo democrático», identificado com a expressão de uma linha reformista, oportunista, no movimento socialista, suscitava uma reacção negativa. Hoje trata-se da democratização, não só do sistema estatal, mas também de toda a vida da sociedade, uma democratização que é um forte estímulo à participação mais activa e ao espírito de iniciativa das massas e que cria as condições para a sua manifestação.

Ao desenvolvimento da democracia está organicamente ligada a ideia da construção do Estado socialista de direito, que se traduz na supremacia da lei, na concessão a cada indivíduo de um amplo leque de liberdades e direitos sociais e políticos, em conjugação com um elevado sentido de responsabilidade e disciplina, na criação de mecanismos de direcção que funcionem eficazmente.

A democracia e a liberdade são grandiosos valores da civilização humana que herdámos e a que atribuímos um conteúdo socialista. A contraposição, que no nosso país estava generalizada, entre democracia real e formal comporta um determinado conteúdo teórico. Somos pela democracia real, mas opomo-nos a que sejam ignorados, a partir desta base, os princípios formais da democracia, já que o Estado de direito inclui necessariamente estes princípios, enquanto a nossa própria experiência mostra como é importante respeitar escrupulosamente todos os princípios do direito. Por isso podemos com toda a razão afirmar que estamos a construir não só um socialismo humano, mas igualmente um socialismo democrático.

A tendência principal no desenvolvimento do Estado e demais instituições políticas é a unidade dialéctica da teoria e da prática da autogestão socialista do povo (com vantagens que lhe são próprias, como a utilização das possibilidades da democracia directa, a participação activa dos cidadãos na direcção de todos os assuntos da sociedade por via dos diversificados canais de manifestação directa da sua vontade) com os mecanismos, provados por uma experiência de muitos anos, da democracia representativa parlamentar, que garantem uma clara delimitação dos poderes executivo e legislativo e a independência dos tribunais.

A autogestão socialista do povo pressupõe igualmente uma definição sensata das «esferas de influência» das instituições estatais e outras instituições sociais, das instituições da sociedade civil, e, ao mesmo tempo, a «germi-

4. O novo rosto do socialismo

Chegamos agora à questão principal, colocada no início: para onde vamos? Que sentido se deve dar ao conceito de nova qualidade da sociedade, de novo rosto do socialismo? Também aqui é importante a própria forma de ver a questão, a metodologia da sua análise.

Karl Marx, a seu tempo, escrevia que o comunismo não é um ideal, mas um movimento real da sociedade que elimina o seu estado anterior. Mas, contra esta ideia, no nosso País os esforços concentra-

vam-se na descrição de um «modelo» ideal de futuro, a partir do qual se pretendia interpretar as modificações verificadas na sociedade. Um esquema abstracto era imposto à realidade, não apenas em teoria, mas igualmente na prática. Contudo, a vida seguia frequentemente por outros caminhos, de acordo com as condições que objectivamente se iam criando. E o desejo de obrigá-la a mover-se segundo o esquema elaborado conduzia ao dogmatismo, à vulgaridade ideológica,

ao isolamento, ao auto-enganho, à violência sobre pessoas e sobre a História.

O povo cansou-se de esperar. Havia demasiados apelos e promessas inconsistentes para que neles se pudesse acreditar sem vacilações. Pronunciavam-se muitas palavras sobre os interesses do homem, mas elas eram pouco cimentadas com recursos materiais, com acções concretas. Como resultado, o País, que se tornou uma grande e poderosa potência, não criou para a generalidade

Mikhail Gorbachov

nação» dos princípios autogestionários dentro do sistema estatal soviético, para o que contribuirá o desenvolvimento de todo o sistema dos Sovietes de deputados do povo.

Um papel especial no novo organismo social pertence ao Partido Comunista, que deve ser a vanguarda política da sociedade soviética. Da sua actividade depende em grande parte, se não decisivamente, o destino da perestroika, ou seja, conseguir ou não um estado qualitativamente novo da sociedade, um novo rosto do socialismo.

A perestroika colocou o Partido perante uma tarefa com duas faces inseparáveis: definir o seu lugar em função da democratização do sistema político, da estruturação da sociedade civil, da passagem ao cálculo económico e aos métodos económicos de gestão, por um lado, e realizar a perestroika dentro do próprio Partido, por outro lado. Tudo isto são problemas novos e complexos. Desenvolver a iniciativa própria das massas e os processos de democratização de toda a vida social no quadro do sistema unipartidário é a nobre e difícil missão do Partido. E muita coisa dependerá da maneira como a levaremos a cabo.

Hoje, ao libertar-se das funções administrativas, da resolução dos assuntos correntes, o Partido transforma-se no centro de elaboração de plataformas políticas e ideológicas que são recomendadas à sociedade e ao Estado através dos seus órgãos electivos. O trabalho do Partido é assimilar os processos em curso, definir e propor uma política, levar a cabo uma actividade de prognóstico por meio da ampliação do trabalho teórico na base dos princípios e valores marxistas-leninistas, da análise das realidades do nosso presente, da experiência mundial. O PCUS exerce a sua influência nos processos sociais através do seu trabalho multifacetado nas massas, actuando através das organizações do Partido e dos militantes comunistas. O trabalho do Partido é encabeçar a resolução da tarefa, legada por Lênine, de lutar contra a burocracia do aparelho de direcção e conduzir esta luta de forma consequente em todas as etapas da perestroika.

Tal modificação das funções do Partido define de um novo modo também o seu lugar no sistema político como vanguarda ideológica, política e moral do povo. No plano organizativo, o Partido, sem «dar ordens» às estruturas estatais e sociais, deve conservar a independência e actuar no quadro da Constituição e demais leis soviéticas. Na complexa etapa actual, os interesses da consolidação da sociedade, da concentração de todas as suas forças são o cumprimento das difíceis tarefas da perestroika, determinam a justeza da manutenção do sistema unipartidário. Mas, nesta situação, o Partido vai contribuir para o desenvolvimento do pluralismo e da competição de ideias na sociedade, para o alargamento da transparência no interesse da democracia e do povo. Na luta pela renovação do socialismo o Partido não pode ceder a iniciativa, nem à demagogia populista, nem às correntes nacionalistas ou chauvinistas, nem ao bel-prazer dos interesses de grupo.

O Partido iniciou também a sua própria reestruturação. Alteram-se a sua estrutura interna, o estilo e os métodos de trabalho. Mas, infeliz-

mente, por enquanto a reestruturação no Partido decorre mais lentamente do que na sociedade em geral, o que cria dificuldades substanciais para garantir o seu papel de vanguarda. O Partido está decidido a enveredar por uma renovação radical, para com actos ser um exemplo de democratização, onde se vão elaborar novas formas e processos de autogestão, onde se vão desenvolver princípios do colectivismo e da camaradagem, onde se vão efectivizar os direitos dos membros da organização com base na disciplina consciente. Há que fazer corresponder às novas condições a estrutura e as funções do aparelho do Partido, remodelar a actividade de todos os elos do Partido, vencer o conservadorismo e o dogmatismo.

Torna-se cada vez mais profundo e fundamentado o processo de renovação do socialismo na esfera social. No sentido lato esta é a esfera da produção social do próprio homem, com os seus interesses e manifestações nas diferentes formas de comunicação. Ela inclui o dia-a-dia, a esfera de serviços, a educação, saúde, segurança social, tempos livres, etc., todo o conjunto das transformações sociais orientadas para responder às necessidades do homem.

Ao concentrar a atenção na direcção, entendida de forma superficial, da produção material, verificamos que o sistema de comando levou a esfera social a um estado de abandono e mesmo de parcial degradação. Agora sentimos directamente que a relação para com a esfera social foi também um dos factores da estagnação e causa do aumento da tensão social, cujos frutos hoje colhemos.

Apesar dos programas sociais figurarem actualmente no centro da política de perestroika, começamos apenas a implementar los de acordo com as necessidades do homem e princípios do socialismo. Temos ainda que nos libertar das exigências parasitárias de certos grupos para com o Estado e da imposição às pessoas de conceitos burocráticos sobre o modo de vida socialista. Neste campo devem materializar-se transformações qualitativas que se inscrevem nas nossas ideias sobre o presente e o futuro da sociedade socialista e da sua renovação revolucionária pela via da perestroika.

A perestroika coloca de nova forma a questão sobre a dinâmica da estrutura social da sociedade. É patente a unilateralidade do conceito anterior sobre a crescente uniformização da sociedade à medida do desenvolvimento do socialismo. A multiplicidade das formas de propriedade socialista, surgidas em vez da forma estatal única, significa que o incremento da uniformização social por um lado far-se-á acompanhar, por outro, do aumento da diferenciação.

Tudo indica que nas nossas ideias sobre a sociedade socialista, presente e futura, devemos ter em conta, de forma mais fundamentada, a especificidade do trabalho camponês como um trabalho na terra, que se relaciona com a natureza viva e nunca se tornará em absoluto numa variedade de trabalho industrial. Por isso o processo de superação da antiga divisão do trabalho entre a cidade e o campo, a eliminação das diferenças entre a classe operária e o campesinato resulta assim menos simples e linear do que antes parecia.

Agora trata-se, na prática,

nao da liquidação, mas do renascimento do campo, a sua aproximação à cidade do ponto de vista das condições culturais e de vida, a generalizada construção de estradas e desenvolvimento dos meios de transporte, que dêem mobilidade aos habitantes do campo e lhes permitam manter uma ligação constante com a cidade.

Devemos estudar os processos de inter-relação entre a cidade e o campo, que decorrem sob a influência de factores económicos e culturais que actuam progressivamente.

A perestroika trouxe literalmente à superfície da vida social uma massa de problemas e contradições na esfera das relações interétnicas. Estes problemas não surgiram hoje. Foram gerados na altura em que o princípio nacional era o rimido, declarando-se oficialmente resolvida a «questão nacional». Estes problemas atingiram a maior tensão na altura em que se considerava possível punir por culpa alguma povos inteiros. Nas condições da democracia e glasnost actuais estes conflitos apenas vieram à superfície, o que é preciso olhar serenamente, uma vez que sem determinarmos os problemas reais não será possível resolvê-los. É apenas importante assegurar que os movimentos nacionalistas, em defesa da sua soberania, economia e cultura não actuem em prejuízo de outras nações, em prejuízo de toda a nossa União, em prejuízo da perestroika.

Não raramente sob a aparência de contradições interétnicas actuam fenómenos que não têm raízes nacionais, mas de carácter social geral. É o departamentalismo, que dificulta o desenvolvimento económico de todas as regiões. É o burocratismo que viola os direitos elementares das pessoas.

É a resistência de elementos corrompidos à perestroika. Não obstante, os choques dilacerantes e complexos que, por culpa dos extremistas, adquirem mesmo por vezes um carácter trágico, significam que nesta área são necessárias mudanças es-

enciais no espírito dos autênticos valores do socialismo.

Na sua plataforma sobre política de nacionalidades, o PCUS, partindo da actual concepção da dialéctica do nacional e do internacional, tentou reflectir o máximo de tudo o que de válido surgiu nas discussões públicas, tentou apresentar a nova face da federação soviética, que conjuja em harmonia os interesses da soberania nacional com os interesses da união dos povos do país. No seu quadro, as relações entre as nacionalidades não podem deixar de assentar nos princípios da democracia e da igualdade de direitos, do respeito mútuo e do desenvolvimento livre dos povos.

Talvez as mudanças mais radicais para a renovação do socialismo devam ocorrer na área da ideologia, da cultura, da educação. A perestroika abre um amplo horizonte ao desenvolvimento espiritual do próprio homem e da sociedade em que ele vive, à alteração das atitudes psicológicas. Aqui cabem a elaboração de uma relação com o trabalho que corresponda às tarefas actuais da sociedade, a elevação do nível de profissionalismo e de competência, a depuração e o saneamento moral da sociedade.

Nas nossas ideias sobre o futuro atribui-se um lugar importante ao papel da intelectualidade, dos seus diversos grupos, das profissões intelectuais de massas (professores, médicos, engenheiros, trabalhadores científicos), da sua actividade criativa no campo da cultura e da ciência. Para corrigir as deformações das décadas passadas é extremamente importante, antes de tudo o mais, elevar decididamente a valorização social do trabalho intelectual, dos conhecimentos, do elevado profissionalismo.

O socialismo não terá aos olhos da humanidade nenhum poder de atracção intelectual ou moral se estiver algures no fim da primeira linha da cultura e da ciência mundiais. Mas o problema não está só aqui. O socialismo em geral não terá quaisquer pers-

pectivas se não criarmos condições para a materialização das forças criadoras, espirituais, de cada personalidade e de todo o povo, para a revelação dos talentos, das capacidades e do espírito empreendedor em todos os ramos de actividade. Menos instituições e gabinetes de toda a espécie, menos centralização e pirâmides hierárquicas, mais agrupamentos científicos em torno de ideias comuns e com um verdadeiro trabalho criativo. Não temos o direito de continuar a desperdiçar descobertas, invenções, ideias novas e originais. A competição de escolas e correntes, os contactos internacionais devem tornar-se fenómenos normais na nossa vida cultural e científica. Só assim, participando no sistema mundial de troca de experiências, é que nos enriqueceremos e daremos o nosso contributo para o desenvolvimento mundial.

Contudo, nem as melhores «universidades lá de fora» nos serão úteis, se nos anos mais próximos não conseguirmos criar por toda a parte, nas vilas e nas cidades, escolas com equipamento moderno, completadas com professores qualificados. Sem tais escolas, sem um professorado que ganhe de novo uma situação social digna que ainda está longe, o melhor potencial intelectual do povo pode não se materializar. O futuro passa pelo conhecimento, pela cultura, pelo intelecto.

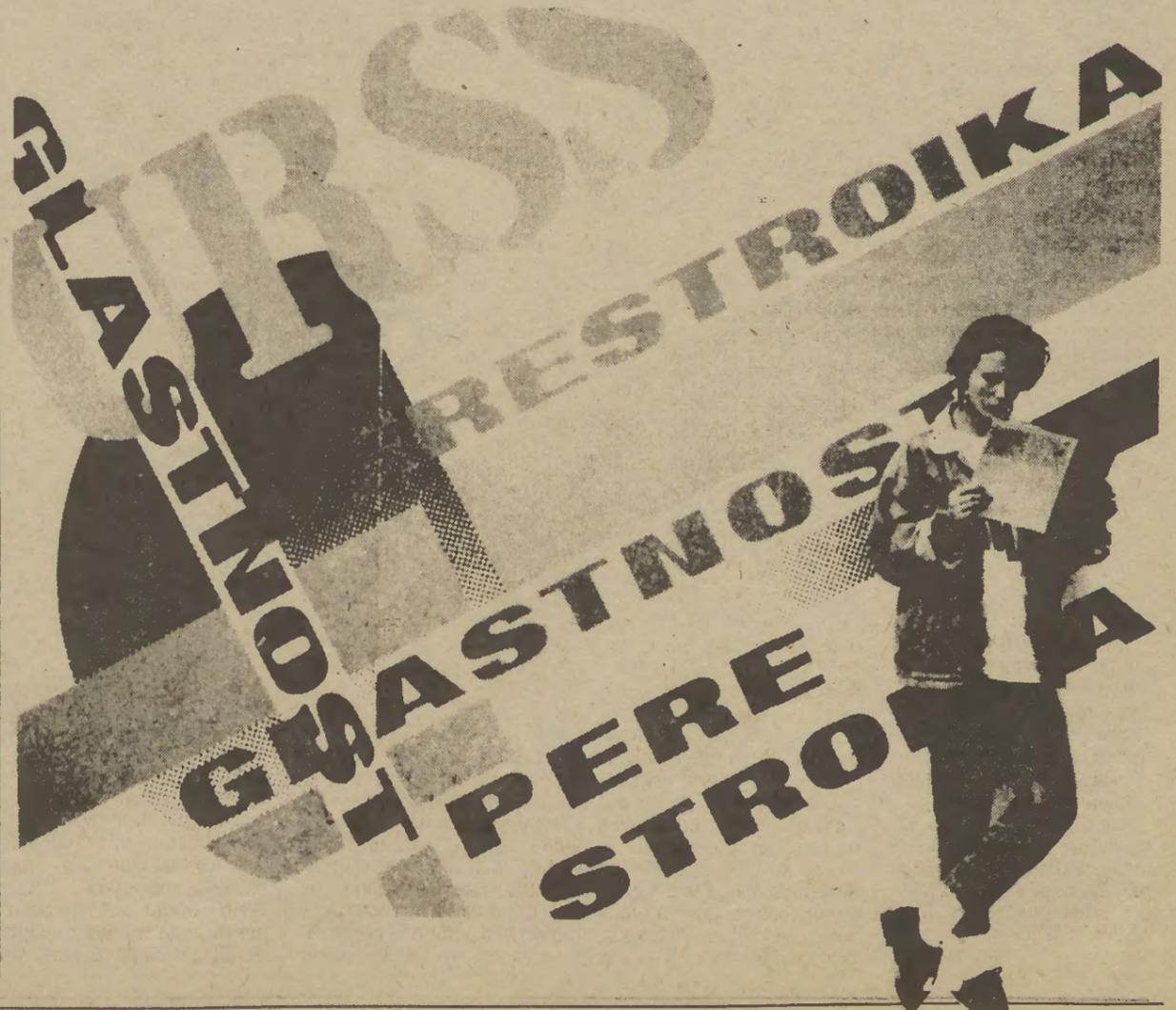
Desta forma, o socialismo para que avancemos com a perestroika é uma sociedade que se baseia numa economia eficiente, nos mais altos resultados da ciência e da técnica, da cultura, em estruturas sociais humanizadas, uma sociedade que realizou a democratização de todos os aspectos da vida social e que criou condições para que as pessoas tenham uma vida e uma actividade intensa e criativa.

Ao mesmo tempo, muitos processos de renovação do socialismo são, no fundo, processos universais, que decorrem de uma ou de outra forma noutros contextos sociais. Os problemas globais, comuns a

todos, começam a ocupar um lugar cada vez maior na vida da humanidade. Tudo isto justifica que se suponha que, conservando as suas especificidades, os diversos sistemas se desenvolvem num quadro que é cada vez mais condicionado pela prioridade de valores humanos como a paz, a segurança, a liberdade, a possibilidade de cada povo determinar o seu destino. E o mundo do socialismo avança para os objectivos comuns a toda a humanidade no quadro de uma civilização única, sem rejeitar os seus valores e prioridades, mas desenvolvendo-os e aperfeiçoando-os mais e mais nos caminhos da reestruturação revolucionária, da construção de uma sociedade verdadeiramente humana e assente nos princípios da razão e do humanismo.

Assim se nos apresentam, na actual etapa da sua compreensão, os problemas que dizem respeito aos objectivos da perestroika e da renovação do socialismo no mundo contemporâneo e que corresponde à tarefa da realização adequada da essência da ideia socialista. Sendo que - e há que sublinhar isto mais uma vez - nós não seguimos qualquer dogma imposto do exterior e formulado abstractamente, mas analisamos e tiramos as conclusões daquilo que surge na própria vida como resultado da criação de milhões de pessoas. Por isso, ainda há muita coisa que não sabemos, mas esperamos vir a conhecer no decurso da análise dos processos da vida da nossa sociedade, que entrou no período, transitório do ponto de vista histórico, da reestruturação.

Deve ser apoiada por todos os meios a participação activa dos homens das ciências sociais e das artes neste trabalho importante para o país. Penso que temos todas as razões para confiar no sucesso deste trabalho, confiar em que, unindo esforços, conseguiremos definir os contornos fundamentais da nova face do socialismo e, assim, ter nas mãos para o próximo XXVIII Congresso do PCUS um programa de acção a longo prazo teoricamente fundamentado.



Pontos Cardeais



por Ignotus Sum

O triste espectáculo

Marcelo explica: do PSD nada tem, já se vê. Pelo CDS não tem interesse. O PPM não o anucece. Marcelo não quer saber de nada disso. Diz que sozinho faz todó o serviço...

É, afinal, uma coligação, que não se coliga. Dinheiros: o Freitas diz que não que não vai na cantiga. Só se tolo fosse ele depois de ficar a arder com 60 mil dele. Ele acha que Cavaco e seus caixeiros inda foram além dos tais trinta dinheiros...

O chefe do PSD é tão impopular que não ajuda ninguém a ganhar na hora de ponta. Pensa Marcelo: o melhor é desligar ou então fazer de conta...

Gonçalo diz que os ignorantes comem erva daninha: — Este homem (o Marcelo...) roubou-me o «Alfacinha»!

No Paço sem regresso à História da grande área já se diz que o processo entrou na Judiciária...

Quanto a Basílio vendo o mau cheiro que deitava o idílio anunciou a despedida e foi à vida...

E o Kruz Abecasis? Com esse o Marcelo nada quis nem quer. Ora bem: buracos a mais já ele tem...

Cavaco não gosta de Freitas e diz. Freitas também diz dele não gostar. Quites. Do Freitas não gosta o Abecasis e sem palavras doces promete-lhe uns bons coices e é homem para os dar...

O Freitas manda o Abecasis àquela parte. Abecasis protesta, irado e triste. O Marcelo, penteada a pera com tal arte (é o Letria quem lhe cuida dessa parte...) sem uma palavra, assiste...

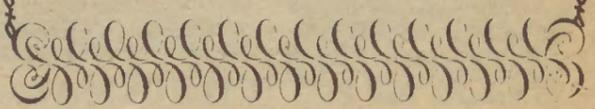
Cavaco não quer a seu lado: está desacreditado nem Freitas, pois, nem Gonçalo que só servem, afinal, para afundá-lo...

Quanto ao dinheiro, ou seja, a bretoeja dos mandões com que se compram, grandes, os melões... Quanto a dinheiro Marcelo, calmo, segue o seu caminho. Ele há sempre um banqueiro para investir o seu capitalzinho...

O candidato é forte e, a capricho, até apanha o lixo ou fará parte dele, não sei bem, mas que importância agora é que isso tem... A questão é que, se a malta da limpeza em greve, um dia, faltar ao activo estaria ali um presidente, com certeza pra fazer o trabalho alternativo...

Poderoso é ele, dia-a-dia, e se não desafia o sol, lá nas alturas, é só pra não deixar Salamanca às escuras...

E diante do produto que eles vendem o lisboeta pensa: — Isto é um perigo! Se eles já entre si se não entendem como é que iam depois entender-se comigo?...



CANDIDATOS ASSUMEM PROBLEMA DA HABITAÇÃO



O PSD apresenta Carlos Brito como seu candidato à presidência da Câmara de Porto. Fernando Gomes é o candidato à presidência da Câmara de Porto pelo Partido Socialista. Fernando Cabral é o actual presidente da Câmara, eleito pelo PSD. É o actual chefe de lista do PSD.

Os «critérios» de «A Capital»...

«Os candidatos do PSD, PS, CDS, CDU e PRD à presidência da Câmara do Porto reconhecem que a habitação é o principal problema do município», lê-se num dos artigos destas duas páginas de «A Capital» dedicadas às eleições autárquicas na Cidade Invicta. Na mesma peça pode ler-se logo de seguida: «Durante um debate promovido pelo Centro de Formação de Jornalistas que juntou pela primeira vez Carlos Brito, Fernando Gomes, Fernando Cabral, Oliveira Dias e Artur Andrade, os candidatos apresentaram, contudo, pontos de vista diferentes sobre o problema». A acompanhar o texto, três fotos individualizadas. Para Carlos Brito (PSD), Fernando Gomes (PS) e Fernando Cabral (CDS). E os outros dois cabeças de lista? Oliveira Dias e Artur Andrade, respectivamente da CDU e do PRD, não contam para essas eleições? Que pluralismo é este?

Frenética

A direita anda frenética. As autárquicas não se lhes apresentam, aos seus dirigentes, candidatos e comentadores, sob bons auspícios. Vá, portanto — na ausência de projecto credível, de se lançarem com unhas e dentes, e jornais e outros meios, numa campanha que tem pouco de autárquico e muito de tentativas de dividir o adversário ou adversários. É claro que o que mais os incomoda é Lisboa. Ou melhor, a coligação Por Lisboa, em que participam socialistas, comunistas e outros democratas. Acusam os socialistas de se coligarem com os comunistas. Tentam mostrar as divisões entre cada um dos dois maiores participantes na coligação. Dizem que os socialistas estão divididos e chamam muitas vezes os dirigentes do PS a comentarem posições, frases e ditos de companheiros seus. A ver se pega. Dizem que os comunistas estão divididos. E vá de tentar demonstrá-lo, procurando aqui e ali, sempre com os mesmos, declarações que contrariem a unidade reforçada do PCP. Como se nada bastasse, tentam dividir os comunistas em bons e maus, como querem mostrar divididos os partidos entre maus e bons. Para concluírem que o PCP é mau. Só não falam do poder local.

Porque aí já sabem que perdem ao falar, tal como o peixe morre pela boca...

A malvada oposição

Mais uma vez Cavaco foi à Assembleia não para debater um Orçamento. Foi lá para afirmar-lhe as virtudes e dizer mal da oposição. Um mimo do professor de Boliqueime: «Reina em Portugal optimismo e a confiança, mas a Oposição miserabilista só profetiza desgraças». Outro: «A própria Oposição cada vez mais tem de reconhecer a boa saúde económica do País». E vá de distribuir números (toda a gente sabe que Cavaco é bom a manipulá-los, o que não dá de comer senão a alguns poucos). Claro que não os dá todos. Mas tem azar. Ainda há dias, só para contrariar, o INE veio revelar que nem tudo andá assim tão bem de saúde na economia portuguesa. Pelo menos — que o mais a gente sabe —, o défice comercial agravou-se no ano passado em mais cerca de 50 por cento. O INE não é um partido da oposição. É o Instituto Nacional de Estatística.

Em queda

O homem tem-se esforçado. O show ao vivo marcou o início da sua campanha. Depois, parou um pouco. Agora, ameaça voltar em cheio. E até já se fala de saltos de pára-queidistas vestidos de Pai Natal. Sobre esta notícia, duas breves interrogações:

- 1. Com os saltos dos pára-queidistas, quererá o candidato simbolizar uma queda vertical para 17 de Dezembro?
2. Será que, devido ao vento, um dos «pára-

«quedistas» até vai cair mais longe, surgindo depois em carne e osso o próprio candidato, sorridente e orgulhoso de «mais» uma façanha, e desta vez sem vacina prévia? Aguardemos.

O abuso e a fraude

Com assinatura ilegível, a Comissão Executiva do CDS da Amadora, publicou o seguinte anúncio na imprensa diária, que reproduzimos (gratuitamente e sem comentários):

AMADORA
Levamos ao conhecimento de todos os interessados que abusiva e fraudulentamente têm vindo a ser solicitados apoios financeiros para a campanha eleitoral em nome da pretensa coligação PSD/CDS.
Tendo o PSD por sua única e exclusiva iniciativa e responsabilidade rompido a coligação, carecem de legitimidade quaisquer peditórios feitos em nome da mesma. O CDS não recebeu, até à data, quaisquer dos donativos pedidos por essa forma fraudulenta, declinando quaisquer responsabilidades em atitudes de baixa conduta.
A todos os que foram vítimas desta repugnante atitude solicitamos informações, a fim de procedermos pelas vias adequadas contra quem abusiva e ilegitimamente tenha utilizado o nome do CDS.
Pla Comissão Executiva do CDS da Amadora (Assinatura ilegível)



Agenda

Swante!

Ano 59 - Série VII
N.º 832

7 de Dezembro de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido



Álvaro Cunhal
nos distritos de Lisboa,
Setúbal e Évora

Sexta, 8

Oeiras — almoço-convívio na Associação de Moradores «18 de Maio» em Outorela, às 13.00

Amadora — comício no Polidesportivo da Brandoa, às 16.00

Sintra — comício no Atlético do Cacém, às 21.30

Sábado, 9

Sesimbra — almoço-convívio na Quinta do Conde, às 13.00

Sines — sessão na sala da sociedade «A Música», às 16.30

Santiago do Cacém — comício no Pavilhão Gimnodesportivo, às 21.00

Domingo, 10

Estremoz — almoço-convívio no refeitório da Escola Secundária, às 12.30

Borba — encontro com a população na Praça do Povo, às 14.30

Vila Viçosa — sessão no Cine-Teatro Florbela Espanca, às 15.30

Reguengos — encontro com a população na Casa do Povo, às 17.15

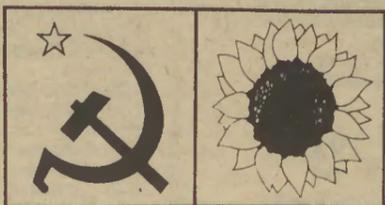
Mourão — encontro com a população da Granja, às 18.00

Évora — jantar-convívio no Café Portugal, às 21.00

Terça, 12

Pinhal Novo — jantar-convívio nos Bombeiros Voluntários, às 20.00

Montijo — comício no Cinema Joaquim Almeida, às 21.30



Quinta

LISBOA
Actividades do PCP:

- jantar-convívio com trabalhadores da TAP num restaurante do Parque Mayer - às 19.30;

- mini-comício na Manutenção Militar - às 12.15;

- contactos com trabalhadores das empresas Costa Ramos (Penha de França).

Actividades da Coligação Por Lisboa:

- visita de candidatos à freguesia de Sta. Engrácia e encontro com a população, na Escola - a partir das 9.30;

- visitas às escolas primárias da zona dos Olivais;

- sessão de apresentação dos candidatos da freguesia de Benfica - às 21.00, na Junta de Freguesia;

- sessão de apresentação dos candidatos da freguesia dos Anjos - às 21.00, na sede do MDP (R.Febo Moniz);

- visita de candidatos aos estabelecimentos de comércio e indústria da freguesia da Charneca - a partir das 14.30;

- contactos com comerciantes da Penha de França - a partir das 16.00; porta a porta na freguesia a partir das 9.30.

PORTO
Acção de rua, a partir das 16.00, sobre trânsito na cidade.

FELGUEIRAS

- Sessão de esclarecimento eleitoral na escola primária de Lordelo - às 21.00;

- sessão de esclarecimento na escola primária de Refontoura - às 21.00.

PAÇOS DE FERREIRA

Sessão de apresentação de candidatos em Freamunde - no Sport Club, às 21.30

MARCO DE CANAVEZES

Festa popular em Tutosa - às 21.30.

AMARANTE

Contactos com trabalhadores das empresas Alves & Cª (às 13.00) e Tabopan (às 18.00)

MEALHADA

Contactos de candidatos com trabalhadores da Soc. Água do Luso

AMADORA

- Visita de candidatos à Bio Farmacéutica - às 10.00;

- sessão de esclarecimento na Comissão de Moradores do Bairro Janeiro - às 21.30;

- sessão de esclarecimento na escola da Cova da Moura;

- sessão de esclarecimento na escola primária de Alfragide - às 21.30;

- sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia da Damaia - às 21.30

nas autarquias
CDU
é melhor

provas dadas projecto de futuro!



COIMBRA

- Contactos de candidatos com trabalhadores das empresas Unacel e Coimbra Importadora - às 8.00;

- contactos com os trabalhadores da Textilândia - às 12.00;

- sessão de esclarecimento na Associação Recreativa de Casa Branca com os candidatos José Carlos Viana e Fátima Januário - às 21.00.

SETÚBAL

Jantar promovido pela coligação «Desenvolver Setúbal» com empresários do concelho. Participam candidatos e ainda Luis Sá - às 20.30, no restaurante «O Beco».

ALMADA

- Porta a porta em Palhais (Charneca da Caparica) - às 10.00 - e em S. Paulo (Almada) - às 15.00;

- contactos com a população de Cacilhas - às 10.00;

- contactos com os trabalhadores têxteis na Confelis (com participação de Maria Emília Sousa) e na A.G.Fernandes;

- encontro na AIPICA, com participação de Maria Emília Sousa - às 15.00;

- candidatos no Ponto de Encontro de Cacilhas - às 21.00;

- sessão de esclarecimento no Barroquense - às 21.00;

- sessão de esclarecimento na Ramalha com participação de José Manuel Maia - às 21.00;

- sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa de Vale Figueira - às 21.30.

BARREIRO

- Sessão de esclarecimento em Penalva-Santo António com participação de candidatos - às 21.00.

SANTIAGO DO CACÉM

- sessão de esclarecimento em Vale de Água - na Casa de Convívio, às 20.30;

- sessão de esclarecimento em Aldela do Chão - na Cantina escolar, às 20.00;

- jantar e sessão de esclarecimento em Ermidas Sado com participação do general Vasco Gonçalves - às 19.00, no Vitória Futebol Clube Ermidense.

OEIRAS

Sessão de esclarecimento em Porto Salvo com a participação de Celorico Moreira e de outros candidatos - na Sociedade Instrução Musical, às 21.00.

SINES

- Sessão de esclarecimento em Brejos de Murgavel às 21.00;

- sessão de esclarecimento em ebação da Cabra - às 21.00.

SEXTA

OEIRAS

Almoço-convívio da CDU com participação de Álvaro Cunhal e de candidatos em Outorela-Portela - às 13.00, na Associação 18 de Maio.

AMADORA

Com participação de Álvaro Cunhal e de candidatos CDU às autarquias do concelho, comício no Polidesportivo da Brandoa - às 16.00;

- visita de candidatos ao Bairro Novo/Damaia, seguindo-se almoço-convívio;

- sessão-convívio no Casal de S. Brás.

LISBOA

Sessão de esclarecimento promovida pelo PCP no Polivalente da Musgueira Sul - às 21.00

Coligação Por Lisboa:

Porta a porta e iniciativa para a Juventude na freguesia de Campolide - a partir das 15.00 e das 21.00, respectivamente.

SINTRA

Comício no Cacém com participação de Álvaro Cunhal - às 21.30, no Atlético do Cacém.

ALCOCHETE
- Sessão de apresentação de candidatos na freguesia de Passil - às 21.00.

BARREIRO

- Debate promovido pelas associações juvenis do distrito de Setúbal sobre problemas e formas de organização destas estruturas - nos Penicheiros a partir das 14.30;

- sessão de esclarecimento na Quinta da Areia-Coina com participação de Apolónia Teixeira - às 17.00, na Sociedade Ariense.

- almoço-convívio no Centro de Trabalho de Santo André com a participação do camarada Luis Sá - às 13.00;

- comício no Lavradio com participação de Luis Sá - às 21.00 na SFAL.

SANTIAGO DO CACÉM

- Sessão de apresentação de candidatos à freguesia de Santo André - às 20.30;

- sessão de esclarecimento em S. Domingos - às 20.30;

- sessão de esclarecimento em Outeiro do Lobo - às 20.30;

- baile organizado pela CDU nas Relvas Verdes - às 21.00.

ALMADA

Iniciativas com participação de candidatos e do gen. Vasco Gonçalves:

- almoço-convívio no clube «Amigos da Costa» - às 12.30;

- passagens por Monte da Caparica (Largo) e Pia-Raposo, e visita ao Bairro do Matadouro - às 15.30;

- visita à Cooperativa Pragalense (às 16.00) e à Academia Almadaense (às 16.45);

- jantar-convívio na Cova da Piedade - às 20.00.

Outras iniciativas:

- porta a porta em Mário Casimiro/Quintinhas e Romeira/Mutela - às 9.30;

- visita de candidatos à esc. sec. nº 2 no Laranjeiro - às 10.30 - e à esc. sec. da Sobreda - às 15.00;

- iniciativa de esclarecimento eleitoral das mulheres candidatas às autarquias do concelho - na SFUAP às 16.00;

- encontro de candidatos com dirigentes de colectividades - na CURPIC/Charneca, às 21.30;

- sessão de esclarecimento no Polivalente do Alto do Índio - às 21.30;

- Grande Espectáculo CDU - na Incrível Almadaense, às 21.30.

SESIMBRA
Comício-espectáculo no cinema João Mota, às 21.30, com a participação dos cabeças de lista à CM e AM e ainda de Manuel Sobral. Actuação de Carlos do Carmo.

SINES
- Sessão de esclarecimento em Afeiteira - às 21.00;

- sessão de esclarecimento em Lentiçais.

SETÚBAL
Colóquio sobre Habitação no Casal das Figueiras

COIMBRA
- Porta a porta em Ameal, S. Paulo de Frades e Ceira, com a presença de candidatos;

- sessão de esclarecimento em Casal do Lobo com a participação de José Carlos Viana - às 21.30, na Associação Cultural;

- arruada com gaiteros e música popular na Conchada, com candidatos em visita à colectividade «Real da Conchada» e contactos com a população.

ÁGUEDA
Sessão de esclarecimento em Bolfiar.

OVAR

Porta a porta em Maceda, Válega e S. João de Ovar.

S. JOÃO DA MADEIRA

Porta a porta.

SEVER DO VOUGA

Sessão de esclarecimento em Rocas do Vouga.

SANTA MARIA DA FEIRA

Sessão de esclarecimento em Rio-meão

GAIA

- Corrida CDU. Em Valadares às 9.30.

- Visita de Ilda Figueiredo a Mafamude (às 9.30) e a Canideio (às 15.00).

GONDOMAR

Festa popular na esc. preparatória de Valbom - às 15.00.

MATOSINHOS

- Sessão de esclarecimento em S. Mamede - no Rancho Típico, às 21.30.

SANTO TIROSO

Comício-festa em S. Tomé de Negrelos - no Largo da Igreja, às 15.00

FELGUEIRAS

- Almoço-convívio, seguido de baile, em Barrosas - no restaurante «Caçarola (C.C. Fronteira)», partir das 13.00;

- sessão de esclarecimento na escola primária de Borba de Godim - as 21.00;

- sessão de esclarecimento no CRPT de Barrosas - às 21.00.

MARCO DE CANAVESES

Festa popular em Santo Isidro - às 15.00.

AMARANTE

Visita de candidatos aos bairros da cidade e à aldeia de Candemil (Murgido) - às 15.00.

Sábado

SESIMBRA

Almoço-convívio na Quinta do Conde com a participação do camarada Álvaro Cunhal - às 13.00, no Centro Comercial (avenida principal).

SINES

Sessão de esclarecimento com participação de Álvaro Cunhal na sala da sociedade «A Música» - às 16.30.

SANTIAGO DO CACÉM

Comício da CDU no Pavilhão Gimnodesportivo com a participação de Álvaro Cunhal - às 21.00.

ALMADA

- Espectáculo da Juventude CDU em Cacilhas - às 21.30;

- sessão de esclarecimento na Fonte da Telha - às 14.30;

- sessão de esclarecimento na Charneca com a participação de Maria Emília Sousa - no Clube Recreativo Charnequense, às 21.30.

BARREIRO

- Tarde Juvenil na sede da CDU em Santo António da Charneca;

- sessão de esclarecimento no Clube Recreativo da Quinta da Lomba - às 17.00;

- sessão de esclarecimento na escola primária de Coia - às 21.00;

- convívio musical na Praça S. Francisco Xavier em Santo André - às 21.00;

- colóquio no Centro Socio-Cultural do Bairro 3, Alto do Seixalinho - às 21.00.

ALCOCHETE

- sessão de apresentação de candida-



TV O Programa

Quinta
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez (inclui «Rua Sésamo»)
- 12.05 - Amor com Amor se Paga (94º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (22º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas (33ª e 34ª epis.)
- 15.15 - História da Agricultura Inglesa (série, 1º epis.)
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central (59º epis.)
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo (24º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo (telenovela, 2º epis.)
- 21.15 - Pobre Menina Rica (3º epis.)
- 22.15 - Histórias do Incrível e do Bizarro (10º epis.)
- 23.15 - 24 Horas
- 23.50 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (360º epis.)
- 15.25 - Agora, Escolha!



- 16.55 - Rowena e Lora (3ª ep.)
- 17.20 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue (71ª e 72ª epis.)
- 19.00 - Futebol - Milão-Barcelona (2ª mão da Super Taça)
- 20.30 - Primeiro Andamento - Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (135º epis.)
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Quinta Dimensão (nova série, 1º epis.)

Sexta
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 11.00 - Missa da Imaculada Conceição
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Feriados Nacionais
- 13.40 - Gloss
- 14.25 - Palavras Cruzadas
- 15.20 - História da Agricultura Inglesa (2º epis.)
- 15.50 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Missão Impossível (12º epis.)
- 22.10 - Telemundo
- 22.50 - Chefe, Mas Pouco... (21º epis.)
- 23.20 - 24 Horas
- 23.55 - Remate
- 23.55 - Pela Noite Dentro - «Pesadelo Assassino», real. Kenneth Johnson (EUA/1985, telefilme, 96 min.)

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (10º epis.)
- 17.25 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.40 - Haja Música



- 19.40 - Clássicos da TV («Johnny Staccato» e «O Homem da Carabina»)

- 20.30 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Quebrar a Solidão (1º epis.)
- 22.25 - Acerto de Contas
- 23.00 - A Era Nuclear
- 24.00 - Rotações

Sábado
RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Histórias da Ópera
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Oito e Basta (10º epis.)
- 14.05 - Parlamento
- 14.30 - Crime, Disse Ela
- 15.15 - O Reino do Urso Polar (1º epis.)
- 16.20 - Sessão da Tarde - «Coração Impaciente», real. John M. Badham (EUA/1971, 94 min.)
- 18.00 - Vivamúsica
- 18.45 - O Mar e a Terra
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.20 - Boletim Meteorológico
- 21.30 - Caixa Alta (4º epis.)
- 22.30 - Pisca Pisca (últº progr.)
- 23.30 - Cinema da Meia Noite - «Cidade em Pânico», real. Michael Wadleigh (EUA/1981, 112 min.)

RTP2

- 09.00 - Via Rápida
- 10.00 - TV 101 (12º epis.)
- 10.50 - O Aparecimento do Homem (6º epis.)
- 12.00 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Music Box Especial
- 20.25 - Incrível Mr. Pye (4º e últ. epis.)
- 21.15 - Estádio/Edição da Noite

Domingo
RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.15 - TV Rural
- 11.15 - Missa



- 12.00 - Juventude e Família - «Jim Henson Show»

- 13.00 - Notícias
- 13.15 - A Conquista do Espaço (9º e 10º epis.)



- 14.05 - Primeira Matinée - «Amor Selvagem», real. Jacques Tournier (EUA/1946, 90 min.). Às 15.45:



- «Pavor nos Bastidores», real. Alfred Hitchcock (G.Bret./1950, 108 min.)

- 17.50 - Ricardina e Marta (12º epis.)

- 19.00 - McGyver (12º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Querido John (11º epis.)
- 21.15 - Tom Jones no Casino Estoril (últ. epis.)
- 22.20 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Music Box Especial
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Troféu
- 17.00 - Sobrevivência (13º epis.)
- 18.00 - Quem Sai aos Seus...
- 18.25 - Imagem e Imagens
- 18.55 - Café Central
- 20.00 - Os Trintões (10º epis.)
- 20.35 - Artes e Letras - «Mário Dionísio»
- 21.55 - Cineclubes - «Regresso Impossível», real. Nicholas Ray (EUA/1971-76, 90 min.)

Segunda
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard (23º epis.)
- 14.20 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - História da Agricultura Inglesa
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.05 - Clube dos Subscritores
- 21.45 - Rodas e Volantes (5º e últ. epis.)
- 23.40 - 24 Horas
- 24.00 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Cinco (12º epis.)
- 17.20 - Trinta Minutos Com...



- 17.50 - Pacto de Sangue


Filmes

- «Pesadelo Assassino» - 6ª, 00.10, RTP-1
- «O Coração Impaciente» - sáb., 16.15, RTP-1
- «Cidade em Pânico» - sáb., 23.30, RTP-1
- «Amor Selvagem» - dom., 14.05, RTP-1
- «Pavor nos Bastidores» - dom., 15.45, RTP-1
- «Regresso Impossível» - dom., 21.55, RTP-2
- «As Herdeiras» - 3ª, 21.30, RTP-2
- «Encontro com o Amor» - 4, 21.30, RTP-1

Bailado

- «O Corsário» - 2ª, 21.35, RTP-1

Música

- Quinta
- 20.30, RTP-1: Sonatas de Beethoven

Sábado

- 09.00, RTP-2: Via Rápida
- 12.00, RTP-1: Histórias da Ópera
- 18.00, RTP-1: Vivamúsica
- 19.30, RTP-2: Music Box Especial

Terça

- 18.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta

- 23.05, RTP-2: O Som da Surpresa

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.50), 6ª (23.55), 2ª (00.15), 3ª (23.45), 4ª (00.10)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 24.00
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.15
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 14.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20

- 18.45 - Encontro com a Violência (telefilme)
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Elogio da Leitura
- 21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - Bailado - «O Corsário»: coreografia de Teimouraz Mourvaridze, pela Companhia de Bailado do Teatro Kirov de Leninegrado
- 23.05 - Memória Audio-Visual (últ. progr.)

Terça
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (61º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - História da Agricultura Inglesa
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Primeira Página
- 22.20 - Crónica do Crime (13º epis.)
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (3º epis.)

- 17.20 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.40 - Music Box - Via Rápida
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Cine Magazine
- 20.50 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemadols - «As Herdeiras», real. Marta Meszaros (França-Hungria/1980, 100 min.)

Quarta
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção (26º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - História da Agricultura Inglesa
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada - «Encontro com o Amor», real. Ulu Grosbard, interpr. Robert de Niro, Meryl Streep (EUA/1984, 105 min.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Campbells (10º epis.)
- 17.20 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.40 - Descobertas Subaquáticas
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Lusitânia Expresso (27º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Beija (13º epis.)
- 23.05 - O Som da Surpresa

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 22.00. What Happened to Madalena Iglésias?, texto e encenação de Filipe La Féria.

Clube Estefânia, Rua Alexandre Braga, 24-A. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 19.00, dom. às 17.00. Balancé, de William Gibson, enc. António Caldeira Pires.

Comuna, Pr. de Espanha. Café Teatro - De 3ª a dom. às 22.00, dom. também às 18.00. Fale Baixo Senão Eu Grito, de Leilah Assunção, adapt. Margarida Carpinheiro.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 3ª a sáb.

às 21.30, dom. às 16.30. Os Pais Terríveis, de Jean Cocteau, enc. Fernanda Lapa.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. Al Cavaquinho, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 5ª a sáb. às 16.00. Happy End, de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro da Politécnica, Rua da Escola Politécnica, 58. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. João e a

Máscara, de António Patrício, enc. Mário Feliciano, interpr. Eunice Muñoz, João Grosso, Estrela Novais, entre outros.

Teatro Politeama, Rua Portas de Santo Antão. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00 e 20.30. Quem Pode, Pode, de David Mamet, enc. João Canijo.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Os Meninos à Roda da Mamã, enc. Francisco Nicholson.

ESTORIL
Teatro Municipal Mirita Casimiro, Av. Faustode Figueiredo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A Morte de Danton, de Georg Bruchner, enc.

Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PORTO
Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 105. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. Gota D'Água, de Chico Buarque e Paulo Pontes, enc. Ulysses Cruz.

Para crianças

LISBOA
Teatro Maizum, Rua Poiais de S. Bento, 75-B. Sáb. e dom. às 16.00. O Sabor dos Sonhos, texto e enc. de Carlos Correia.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	O Amor é uma grande Aventura	—	★★★	—	—
B	Batman	★★★	★★★	★★★	★★★
C	Indiana Jones e a Grande Cruzada	★★★	★★★	★★★	★★★
D	Perigosa Sedução	—	★★★	—	★★★
E	Recordações da Casa Amarela	★★★★	★★★★	★★★★	—
F	Sexo, Mentiras e Vídeo	★★★	★★★	★★★	—
G	As Vozes da Ira	★★★	★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A— Real. Blake Edwards — Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00), S. Jorge/3 (14.14, 16.45, 19.15, 21.45), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- B— Real. Tim Burton — Amoreiras/10 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.35, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C— Real. Steven Spielberg e George Lucas — Alfa/Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Estúdio (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.
- D— Real. Harold Becker — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Berna (15.15, 18.00, 21.30), Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Império (15.30, 18.30, 21.30), Las Vegas (14.00, 16.15, 18.45, 21.30), Mundial/1 (14.30, 16.30, 19.00, 21.30), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E— Real. João César Monteiro — Forum/Picoas (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) — Lisboa.
- F— Real. Steven Soderbergh — Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 24.00) — Lisboa.
- G— Real. Oliver Stone — Amoreiras/3 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa.

Exposições

- LISBOA
 - Alberto Cardoso — Pintura. Galeria S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sab. das 11 às 13 e das 15 às 20.
 - Amália Rodrigues — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sab. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).
 - Ana Mamede — Pintura. Espaço do Pintor, R. S. Nicolau, 119, 2ºD. De 2ª a 6ª das 14 às 19 (até 22/12)
 - António Areal — Pintura e desenho. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 11/12)
 - António Sena — Desenho. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-2. De 3ª a sab. das 15 às 19.30 (até 9/12).
 - Arqueologia Industrial do Vidro — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes (até fim de Dezembro).
 - Artefactos Melanésios — Reflexões Pós-Modernistas. Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).
 - Carlos Calvet — Fotografia. Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 16/12)
 - Carmo Pólvora — Pintura e gravura. Alda Reis e Álvaro Miguel Pereira — cerâmica. Galeria Diversa, Rua Sapoadores, 85. De 2ª a sab. das 14.30 às 20 (até 9/12).
 - Colectiva de pintura (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.
 - Colectiva de pintura e escultura (Eduardo Lima Teixeira, Eduardo Santos Neves, Virgílio Domingues, Fátima Cruz Neves). Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 29/12)
 - Colectiva de tapeçaria — Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
 - Costa Martins e Figueiredo Sobral — «Ambiências», aguarela, gouache, pastel. Ditec-Espaço Arte, Av. da Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 8/12).
 - Costa Pinheiro — «Os Reis» (1964-66) e «La Fenêtre de ma Tête» (1982-89) — pintura, desenho, gravura. Centro de Arte Moderna, R. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até fim Dezembro)
 - Ena Berta — Pintura. Galeria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 3ª a dom. das 12 às 23.
 - Espiga Pinto — Pintura. Galeria Multiface, C.C. Gemini, Rua Sousa Lopes. Das 10 às 19.30 (até 14/12)
 - Eurico — Pintura. Gal. S. Bento, Rua do Machado, 1. De 3ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20, 2ª das 15 às 20 (até 16/12)
 - Henrique Manuel — Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 22/12)
 - João Moreira — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 19/12)
 - Leonel Moura — Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 9/12).
 - Luis Dourdil — Exposição de homenagem: obras suas e ainda de Artur Bual, Martins Correia, Lino António. Galeria Nartice, Rua Augusto Rosa, 20. De 2ª a 6ª das 15 às 20.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/12).
 - Margarida Dias — Fotografia. Espaço A/Clube 5-, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 13/12).
 - Nuno de Siqueira — Pintura. Gal. Alfa Mixta Espaço de Arte, Escolas Gerais, 34. De 2ª a sáb. das 14 às 20 (até 9/12)
 - Pedro Maia — Pintura e desenho. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 3ª a sáb. das 16 às 20.
 - Pintura Marroquina (14 artistas contemporâneos). Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20
 - Pires Vieira — Pintura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2ª a sáb. das 15 às 20.
 - Tapeçaria do Séc. XVI — Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.
 - Vieira da Silva — Obras gráficas. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30.
 - A Vinha e o Vinho na Pintura — Colectiva. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36.
- OUTRAS LOCALIDADES
 - 28º Salão de Arte Fotográfica. Sala do Conselho de Moradores (ex-Cordoaria Nicóla), das 16 às 19 e das 21 às 23 — BARREIRO
 - X Salão de Outono — Colectiva de pintura. Tema: «Os Descobrimientos». Das 15 às 24, Galeria de Arte do Casino (até 10/12) — ESTORIL
 - Azulejos do Concelho de Loures (séc. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 — LOURES
 - Luis Romano — Escultura e pintura. Casa do Adro/Museu Municipal de Loures. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até fim Dezembro) — Loures
 - Arqueologia Industrial do Vidro — Fábrica-Escola Irmãos Stephens — MARINHA GRANDE
 - Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 — QUELUZ
 - Américo Marinho — «63 anos de pintura». Forum. Rua Dr. Joaquim Luís Martins, 16. Das 14 às 19 (até 7/1) — SANTA-RÉM
 - João Viola — «Os Verdes do Outono em Sintra» — Pintura. Palácio Nacional da Pena. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 6/1) — SINTRA
 - Júlio Pomar — Desenho, gravura e pintura (exposição integrada nas comemorações de 50 Anos de Gaibéus de Alves Redol). Até 31/12, Galeria Municipal de Exposições — VILA FRANCA DE XIRA

tos na Fonte da Senhora - às 21.00.

- SETÚBAL
 - Iniciativa de mulheres apoiantes da Coligação «Desenvolver Setúbal» sobre a Convenção dos Direitos da Mulher: debate e festa no Salão Nobre da Câmara.
 - colóquio: «Devolver a Setúbal a Várzea» - na Junta de Freguesia de S. Julião;
 - porta a porta na freguesia de S. Sebastião.
 - porta a porta e sessão de esclarecimento na Aldeia Grande.
- PALMELA
 - Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros - às 21.30.
- MONTIJO
 - Jantar-convívio no Centro Recreativo das Faias - às 20.00.
- GAIA
 - Visita de candidatos a Crestuma, com a participação de Ilda Figueiredo - às 15.00;
 - sessão de esclarecimento em Vilar de Andorinho - no salão da Junta de Freguesia, às 21.30.
- GONDOMAR
 - Festa popular na escola da Boucinha, em Triana - às 21.30;
 - Festa popular no Bairro da Gandra, em S. Pedro da Cova - às 21.30.
- FELGUEIRAS
 - Sessão de esclarecimento em Vila Nova da Lixa - na escola primária às 21.00;
 - sessão de esclarecimento em Alão - na escola primária às 21.00;
 - sessão de esclarecimento em Cernande - na escola primária às 21.00.
- SANTA MARIA DA FEIRA
 - Sessão de esclarecimento em Rio-meão.
- S. JOÃO DA MADEIRA
 - Visita de candidatos a empresas da Zona Industrial.

Agenda

- AMADORA
 - Sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia da Reboleira - às 16.30;
 - sessão de esclarecimento na escola primária do Alto da Brandoa - às 15.30;
 - comício, com espectáculo, Venda Nova - às 21.00.
- COIMBRA
 - Porta a porta em S. Martinho do Bispo, freguesias de Eiras e Santa Clara com a participação de candidatos - a partir das 10.30;
 - sessão de esclarecimento no Bairro de Celas, com a participação de Santos Cardoso - às 21.00 no Centro Popular de Trabalhadores nº 21.
- LISBOA
 - Coligação Por Lisboa:
 - Porta a porta às 10.00 na Lapa e às 15.00 no Casal Ventoso, Santa Engrácia (R. Leite de Vasconcelos) e Campolide (Tarujó);
 - visitas de candidatos a Santa Isabel, Olivais (Zona Nascente), Alvalade, Ameixoeira e Marvila (Quinta da Montanha);
 - espectáculo no Largo da torre, na Ajuda - às 17.00;
 - sessão de apresentação de candidatos no salão da Junta de Freguesia do Socorro - às 15.00;
 - Festa da Juventude na Junta de Freguesia de Santa Engrácia - às 16.00;
 - sessão de apresentação de candidatos da freguesia de S. Paulo - na colectividade «Vai Tu», às 17.00;
 - sessão de apresentação de candidatos da freguesia de S. Francisco Xavier - no Caselas Futebol Clube às 21.00.
- SINTRA
 - Jantar-convívio da CDU em Montelara
- VARZEA (restaurante «Passaporte») com a participação de Lino Paulo;
- jantar-convívio no Algueirão com a participação de Luís Sá - às 19.30, na Escola da Messa.
- OEIRAS
 - Almoço-convívio de apoiantes da CDU no Centro de Trabalho PCP, com a participação do camarada Agostinho Lopes - a partir das 13.00.
- ÉVORA
 - Jantar-convívio com a participação de Álvaro Cunhal no Café Portugal - às 21.00.
- ESTREMOZ
 - Almoço-convívio com a participação de Álvaro Cunhal - no refeitório da escola secundária, às 12.30.
- BORBA
 - Encontro de Álvaro Cunhal com a população - na Praça do Povo, às 14.30.
- VILA VIÇOSA
 - Sessão de participação de Alvaro Cunhal no Cine-teatro Florbela Espanca - às 15.30.
- REGUENGOS DE MONSARAZ
 - Encontro de Álvaro Cunhal com a população - na Casado Povo às 17.15.
- MOURÃO
 - Encontro de Álvaro Cunhal com a população de Granja - às 18.00.
- PALMELA
 - Almoço-convívios no Bairro Alentejano e na Mateca.
- BARREIRO
 - Prova desportiva em Santo André às 9.00;
- PORTO
 - Encontros de candidatos com trabalhadores das empresas: dos STCP/Boavista às 11.30; dos STCP/Francos às 17.30.
- LISBOA
 - Encontros de candidatos com trabalhadores da Baptista Russo (12.15) e Dialap (17.00);
 - visita às escolas primárias e secundárias dos Olivais;
 - visita aos comerciantes de Santa Engrácia;
 - porta a porta na Penha de França.
- COIMBRA
 - Plenário geral de candidatos e activistas da CDU - às 21.00.
- ALMADA
 - Encontros de candidatos com a PSP da Costa da Caparica, a GNR da Cova da Piedade e a Repartição de Finanças de Cacilhas;
 - visita aos Correios;
 - encontro de candidatos com trabalhadores de Hotelaria da Costa da Caparica - no restaurante «A Sereia», às 16.00.
- SINES
 - Sessões de esclarecimento na Sonega e na Provença - às 21.00.
- SANTIAGO DO CACÉM
 - Sessões de esclarecimento em Casas Novas, Aldeia do Cano, Arealão, Salema - às 20.30.
- BARREIRO
 - Contactos com comerciantes da freguesia de Santo André - às 10.00;
 - sessão de esclarecimento no Lavradio - no Sociedade Socio-Cultural às 21.00.
- SETÚBAL
 - Encontro de candidatos com reforma-

dos - na Junta de Freguesia da Anunciada.

- PALMELA
 - Jantar-convívio no Pinhal Novo com a participação de Álvaro Cunhal - às 20.00, nos Bombeiros Voluntários.
- MONTIJO
 - Comício no Cine-teatro Joaquim Almeida com a participação de Álvaro Cunhal - às 21.30.
- BARREIRO
 - Sessão de esclarecimento em Cabeço Verde - às 21.00.
- SANTIAGO DO CACÉM
 - Sessões de esclarecimento em Catifarra, Panca Farinha, Vendas do Rancão e Frescos - às 20.30.
- ALMADA
 - Sessão de esclarecimento em Vale Flores com a participação de Henrique Carreiras - às 21.00.
- AMADORA
 - No Recreios da Amadora, sessão de esclarecimento com Orlando de Almeida e António Nunes;
 - sessão de esclarecimento em Carenque (na colectividade da Verbena) com a participação do general Vasco Gonçalves e de Manuel Vieira - às 21.00.
- LISBOA
 - Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia de Santa Engrácia - às 21.30;
 - porta a porta em Santa Engrácia e Penha de França.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Tempo

Fim de semana

Pequena melhoria, com vento a soprar do quadrante Oeste, fraco a moderado.

a TV

O caso do satélite-espião

Vamos supor que se atravessa um período de acalmia nas relações entre americanos e soviéticos. A esperança dos dias pacíficos aumenta e as atenções de todos os povos estão postas nos dois maiores. Este, o cenário.

Suponhamos agora que Gorbatchov resolve mandar para o espaço um satélite espião, equipado com poderes tão sofisticados que lhe permitem ouvir tudo o que se diz nos Estados Unidos. Nesse caso, **Telejornal** gritaria aqui d'el-rei que Gorbatchov era um hipócrita, um malvado, um criminoso...

Suponhamos, porém, que era Bush quem mandava o tal satélite-espião sobre o território da URSS. Nesse caso, **Telejornal** limitar-se-ia a dar notícia, secamente, como se fosse a coisa mais natural e no momento mais propício...

Destes dois cenários, apenas o segundo se realizou na prática. E o comportamento do **Telejornal** foi tal qual como eu escrevi...

O caso da bagunça autárquica

Vamos supor que sobre determinada autarquia CDU o governo mandou recair devassa às acções do Presidente, o qual contará com o apoio dos vereadores doutros partidos.

Nesse caso, estamos mesmo a ver, o **Telejornal** ia lá e dava ao assunto dimensões que ele em si próprio não justificava.

Suponhamos agora que num concelho os candidatos do PSD andam todos à lambada. Noutro, as candidaturas foram recusadas pelo tribunal. Noutro, o Presidente não se sabe o que fez aos dinheiros. Noutro, o Presidente abotoava-se a dois carrinhos. Noutro... Noutro...

Bem, nesses casos o **Telejornal** não ligava. Pfff, ele é superior a essas coisas. Além disso, ele não gosta de se meter nos assuntos internos dos partidos...

O caso da falta de meios

Vamos supor agora que se juntam centenas de intelectuais para manifestarem o seu apoio à candidatura «**Por Lisboa**».

Encontram-se nessa reunião o que há de melhor na inteligência portuguesa. Não estão lá todos os que são «**Por Lisboa**», mas assim mesmo é uma reunião de luxo. Em si mesmo, um grande acontecimento.

Pois nesse caso, **Telejornal** dirá que não tem meios materiais e humanos para fazer a sua cobertura...

Suponhamos que o pretendente à sucessão de Abecasis se lança numa ridícula palhaçada. Aí, **Telejornal** arranja todos os meios humanos e materiais para fazer a reportagem.

São dois cenários possíveis? Não. São dois factos. E o **Telejornal** portou-se tal e qual como eu supus.

Só me falta adivinhar os números do totoloto...

O estranho caso do que não acontece em Portugal

Vamos supor que, em determinado país da Europa, há durante vários dias, uma greve dos transportes. Vamos supor que essa greve assumiu em determinados casos aspectos de uma greve geral. Qual seria, nesse caso, o comportamento da informação na RTP?

Conforme os países.

Assim, se fosse na Inglaterra **Telejornal** pura e simplesmente ignoraria. Isso já aconteceu, não estou para aqui a inventar nada.

E se fosse na União Soviética? Nem precisava de ser tanto. Bastava uma grevezinha, uma minazinha, um comboiozinho, coisas assim. **Telejornal** daria a notícia, com imenso destaque, logo a abrir, com direito a trombeta de jericó, perdão!, de Jericó. Baseio-me na minha experiência.

Mas se esse país, pura e simplesmente, fosse Portugal?

Bem, se fosse em Portugal, o **Telejornal** referia-se ao caso lá para o fim como se não tivesse nenhuma importância, concedia-lhe um minuto de antena incluindo a polémica sobre a adesão. Passava logo depois às imagens do Ténis no «open» de Dallas e não se fala mais em coisas tristes.

Claro que isto não acontece. Em Portugal, greves dessas não há e, se houvesse, **Telejornal** teria a honestidade de lhe dar o merecido destaque.

Isto é a gente a falar...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A dança

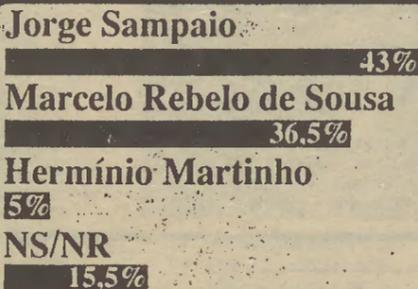
As eleições autárquicas, e particularmente as eleições para o município de Lisboa, têm atraído as atenções da generalidade da comunicação social. O que até é natural, pela importância que os resultados de 17 deste mês terão na vida política nacional.

E em época de eleições, era inevitável. Elas tinham de dar sinal de vida. As sondagens. Ou, também com muita propriedade, a dança dos números.

Números que quase nunca são coincidentes. Ora ganha um candidato, ora ganha o outro. E com algum jeitinho até podem empatar.

Lisboa prefere Sampaio...

Em qual deles tenciona votar?



...até na campanha!

Qual a melhor campanha?

	Sampaio	Marcelo
Boa	26.5%	25.5%
Média	26.5%	17.5%
Má	22.5%	36.5%
NS/NR	24.5%	20.5%

(«O Jornal» 30.11)

QUADRO - VALORES TOTAIS

CANDIDATO	PERCENTAGEM
MARCELO	46,0
SAMPAIO	44,8
MARTINHO	7,1
GARCIA PEREIRA	1,2
GIL GARCIA	0,9

(«Diário de Notícias» 4.12)

	TOTAL	MASC.	FEM.	18/24	25/34	35/54	+54
TOTAL	100	43	57	14	18	35	33
H. MARTINHO	1	0	1	0	0	0	1
J. SAMPAIO	41	20	21	5	8	15	12
MARCELO	34	16	18	6	5	11	12
NS	20	5	15	3	4	7	7
NR	4	2	2	0	1*	2	1

(«O Liberal» 2.12)

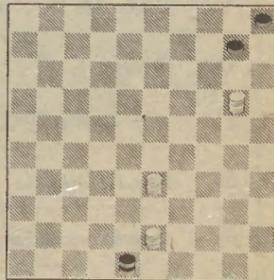
Marcelo e Sampaio empatados, 47%

LISBOA		INTENÇÕES DE VOTO	
	Resultados	Ponderação	
Marcelo Rebelo de Sousa - PSD/CDS/PPM	32,8	47,0	
Hermínio Martinho - PRD	2,5	4,5	
Jorge Sampaio	36,3	47,8	
Outros	0,7	0,7	
Não sabem/Não responderam	27,7	-	

Damas

CCXXXI - 7 Dezembro de 1989

Proposição N.º 231
Por: B. Mariot
«La Marseillaise», 16-XI-73 [Composição N.º 4826]
Pr.: [3]: 5-10 (48)
Br.: [3]: (20) - (33) - (43)

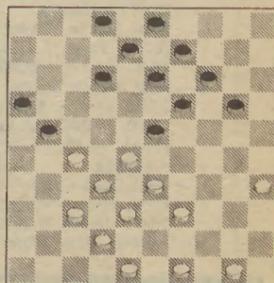


Jogam as Brancas e ganham

Golpe N.º 231 (Forcing)
Por: Picarda

Pr.: [12]: 2-3-8-9-12-13-14-16-19-20-21-23

Br.: [12]: 27-28-32-33-35-37-38-39-42-48-49-50



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXXXI

N.º 231 (B. M.): 43-25 (10-14) ABC, 20x9 (48-37) 25-14 (37x10), 33-15 (10-4), 9-36... +

- A: (48-26), 20-3 (10-14)D, 25-9 (26-37), 9-31... +

- D: (26-31 ou 37), 3-14 (10x19), 33-24 e 25x26 +

- B: (10-15), 33-39 (15x24) [Se (48x34), 25x39 (15x24), 39-34... +], 38-34 (48x30), 25x34 (5-10), 34-23 (10-15), 23-34 e 34-25... +

- C: (48-37), 20-14 e 33-24 25x26 +

Golpe N.º 231 (P.): 35-30! (Forcing, ameaçando: 30-24), (20-24), 49-44 e 44-40 e 33-29 (44x31), 29x7 (2x11), 37x6 ...D +

A. de M. M.

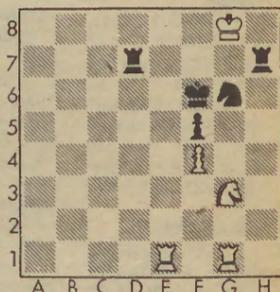
Xadrez

CCXXXI - 7 de Dezembro de 1989

Proposição N.º 231/A
Por: Abu Na'am
± 840

Pr.: [5]: Pf5 -Cg6-Ts.d7,h7-Rf6 (Bonus Socius N.º 42)

Br.: [5]: Rf4-Cg3-Ts.é1,g1-Rg8



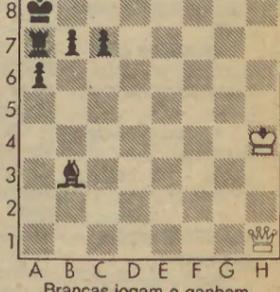
Mate em 3 lances

Proposição N.º 231/B

Por: W. Von Holzhausen
«Rigaer Tageblatt», 1912

Pr.: [6]: Ps.a6,b7,c7-Bb3-Ta7-Ra8

Br.: [2]: Dh1-Rh4



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXXXI

N.º 231/A (A.N.): 1. Ch5+, Th5;

2. Tg6+; 3. T66++

N.º 231/B (W.v.H.): 1. Rg5,Bg8;

2. Df3, Bf7; 3. Dh3++

A. de M. M.